



JUIZ DE FORA
PREFEITURA

CÂMARA MUNICIPAL
DE JUIZ DE FORA

Protocolo nº 3943

Em 19 / 11 / 2025

Mônica
EXPEDIENTE

Ofício nº 4277/2025/SG

Juiz de Fora, 18 de novembro de 2025

Exmº. Sr.
José Márcio Lopes Guedes
Presidente da Câmara Municipal
36016-000 - Juiz de Fora - MG

Referência: Ofício 3168/2025 DE ssb

Assunto: Resposta à Diligência - Transcrição de Parecer - Mensagem do Executivo nº 4711/2025

Senhor Presidente,

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos a essa Egrégia Casa Legislativa, as informações solicitadas na Diligência - Transcrição de Parecer - Mensagem do Executivo nº 4711/2025, por meio de resposta(s) emitida(s) pela(s) secretaria(s) competente(s), anexa(s) a este ofício.

Sendo o que se apresenta para o momento, colocamo-nos à disposição para os demais esclarecimentos que se fizerem necessários, oportunidade em que renovamos os votos de elevada estima e consideração.

Respeitosamente,

MARIA MARGARIDA
MARTINS
SALOMAO:13521039668

Assinado de forma digital por
MARIA MARGARIDA MARTINS
SALOMAO:13521039668
Dados: 2025.11.18 17:54:36
-03'00'

Margarida Salomão
Prefeita de Juiz de Fora

Secretaria de Governo

Av. Brasil, 2001 / 9º andar - Centro - CEP: 36060-010 - Juiz de Fora - MG Tel: (32) 3690- 7731 - Fax: (32) 3690 - 7719 - sg@pjf.mg.gov.br

Proc. Administrativo 65- 11.399/2025

De: Júlia D. - SEDUPP - AEIU

Para: Envolvidos internos acompanhando

Data: 17/11/2025 às 16:47:19

Setores envolvidos:

GP, SF, SG, DCIM, SF - SSAT - DCIM - SIAU, SEDUPP - SEIN, SEDUPP - AEIU, SEDUPP - SSPU - DPPINT, SF - SSUF, SF - SSUF - DPGF - SGDP, SG - SSRI - DGDA, SG - SSRI - DGDA - SOD, SG - SSRI - DCFEPRT, SEDUPP - DPGeo, SG - SSRI - DGDA - SAAD, SG - SSRI - DCFEPRT - SAERE, SF - SSAT - DCPI, SG - SSRI - DCFEPRT - SCCR, SG - SSRI - DAPROL, PGM - PROC, SF - SSAT - DCPI - SRBP, SF - NAF, SELICON - SSEIN - DEOF, SEDUPP, SG - SSRI, ATSG, SELICON - SSEIN - DEOF - SED, SELICON - SSEIN - DEOF - SLIQ, SG - SSRI - DCFEPRT - SCCR - ATP, SEDUPP - SLFC

NOVO PAC 2025 - PERIFERIAS VIVA - URBANIZAÇÃO DE FAVELAS

Prezados,

conforme solicitado no Despacho 61, envio em anexo, as respostas para os tópicos de 01 a 08, presentes no Documento Transcricao_de_Parecer_Mensagem_4711_2025.

Além disso, como complementação às respostas enviadas, envio também o Cronograma Físico-financeiro (QCI_CFF_Periferia_vivaassinado), a Análise Técnica Acerca do Bairro Dom Bosco, explicando as questões socioespaciais do território, e o Plano de Trabalho da ONU-Habitat (Nota Conceitual_Periferia Viva Juiz de Fora), demonstrando o Plano de Participação Popular a ser implementado no território.

Atenciosamente,

Júlia Romano Daibert
Assessora VI

Anexos:

Analise_Tecnica_Acerca_do_Bairro_Dom_Bosco.pdf
Nota_Conceitual_Periferia_Viva_Juiz_de_Fora_Set_25_1_.pdf
Periferia_Viva_Retorno_a_Camara_Municipal.pdf
QCI_CFF_Periferia_vivaassinado.pdf



Juiz de Fora, 17 de novembro de 2025.

Prezadas(os) Vereadoras e Vereadores da Câmara Municipal de Juiz de Fora,

Em atendimento ao Pedido de Informação em relação à Transcrição de Parecer solicitada pela Comissão de Urbanismos, Transporte, Trânsito e Acessibilidade - vereador Tiago Bonecão, sobre a Mensagem do Executivo 4711/2025, encaminhamos os esclarecimentos solicitados.

1. Encaminhamento do projeto executivo completo das obras previstas, bem como cronograma físico-financeiro detalhado.

O Programa Periferia Viva, prevê uma série de etapas a serem cumpridas. O Projeto executivo, somente será realizado após o cumprimento de todas as etapas obrigatórias previstas no Guia do Plano de Ação - SNP disponibilizado pelo Ministério das Cidades, em anexo.

Em nível de conhecimento, o Ministério das Cidades detalha a importância da realização de um diagnóstico e um planejamento multidisciplinar que necessariamente leva em consideração não só aspectos técnicos mas, também, a participação ativa da população em todas as etapas do Projeto, garantindo assim uma entrega com as reais necessidades locais.

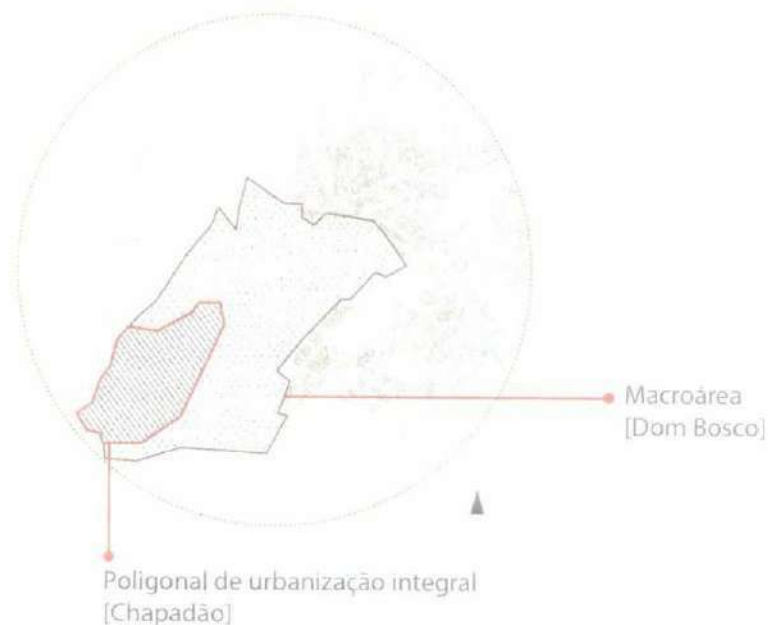
Assim, a primeira indicação de contratação para dar início ao projeto, é da empresa que prestará suporte técnico à Administração Pública, por meio da realização do projeto urbanístico em todas as suas etapas, conformando um Projeto de Urbanização Integral. Tal plano prevê o diálogo e a compatibilização entre todas as áreas de trabalho a fim de desenvolver um projeto integrado e poderá ser desenvolvido nos primeiros meses do Plano de Ação.

Portanto, o desenvolvimento de projeto executivo completo das obras previstas não cabe ao Proponente/Executor (Administração Pública do Município), mas à empresa que será contratada. Segundo lê-se no Guia do Plano de Ação Periferia Viva - SNP Ministério das Cidades, nas páginas 22 e 23, cabe ao Proponente/Executor:

- Definir a forma que o objeto do contrato será executado;
- Executar e fiscalizar os trabalhos;
- Selecionar o Território Periférico (Macroárea), a Poligonal de Urbanização Integral e as famílias a serem atendidas com unidade habitacional ou melhoria habitacional;

- Realizar o processo licitatório ou o chamamento público;
- Estimular a participação social;
- Operar, manter e conservar o patrimônio público que for gerado;
- Prestar contas dos recursos federais transferidos;
- Criar a Unidade Executora Local – UEL;
- Instalar e manter o posto territorial ou o escritório/plantão social.

Segue abaixo a área delimitada:



Fonte: SEDUPP.

Encaminhamos o cronograma físico-financeiro.

2. Descrição discriminada das intervenções específicas a serem realizadas em cada área contemplada (saneamento, contenção de encostas, sistema viário, iluminação, recuperação ambiental, melhorias habitacionais etc.), com respectivas justificativas técnicas.



De acordo com o Guia do Plano de Ação Periferia Viva - SNP Ministério das Cidades,

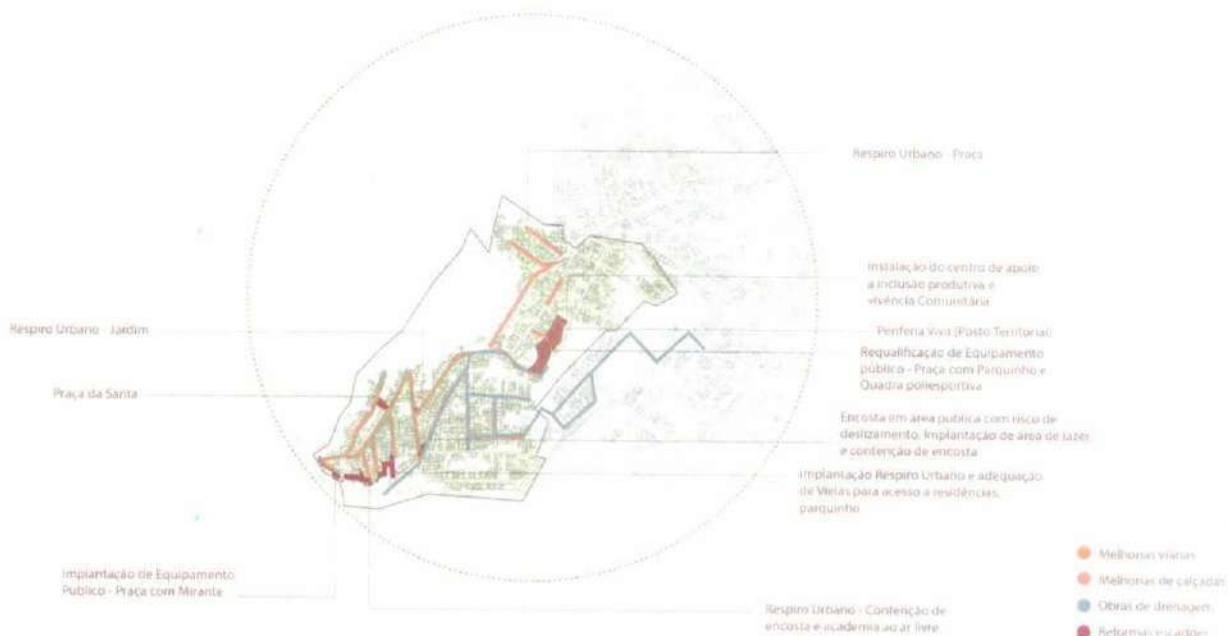
"Uma intervenção sensata do Estado nos territórios periféricos deve ser planejada com a participação da comunidade, por meio da escuta e do diálogo com seus moradores e organizações locais. Esse processo participativo deve identificar os problemas mais urgentes sofridos pela população, definir uma estratégia para enfrentá-los e priorizar as ações que serão executadas com o objetivo de melhorar as condições de vida da população." (Guia do Plano de Ação Periferia Viva - SNP Ministério das Cidades; p. 11)

O envio do Projeto para a seleção do PAC Periferia Vivas exigia estudos prévios com análises técnicas que comprovassem a real necessidade da intervenção.

A partir disso, o Grupo Técnico (GT) da Prefeitura, composto pela Secretaria de Obras (SO), Defesa Civil, Secretaria de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular - (SEDUPP), Departamento de Habitação (DEHAB), Secretaria de Mobilidade Urbana (SMU), Companhia de Saneamento Municipal (CESAMA), Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DEMLURB), por meio de análises técnicas de cada área, elencou as ações necessárias de infraestrutura local.

As ações elegidas pelo GT, foram: Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (REURB-s) - obrigatória para a área da(s) poligonal(is) de urbanização integral e para os locais onde forem edificadas UH ou equipamentos públicos-, Assessoria Técnica em Habitação de Interesse Social (ATHIS), trabalho Social (obrigatória para famílias da(s) poligonal(is) de urbanização integral), equipamentos públicos (inclui praças e áreas de lazer), infraestrutura urbana (esgotamento sanitário, abastecimento de água, manejo de águas pluviais, pavimentação, obras viárias, etc.), proteção, contenção e estabilização do solo, recuperação ambiental e soluções baseadas na natureza, proteção e prevenção contra incêndios, gestão de resíduos sólidos e avaliação pós-intervenção (obrigatório).

Todas as ações supracitadas são de cunho técnico e inicial e somente serão definitivas e implementadas após o retorno do trabalho social, etapa obrigatória dentro do PAC Periferia Viva. Assim, as propostas apresentadas abaixo, enviadas para o Ministério das Cidades para prévia aprovação, poderão sofrer alterações de acordo com os anseios e necessidades da população - questão compreendida e reforçada pelo Programa Periferia Viva.



Fonte: SEDUPP

3. Previsão detalhada da aplicação dos recursos, indicando valores destinados em cada etapa.

Encaminhamos o Cronograma Físico-Financeiro.

4. Identificação dos critérios técnicos, sociais e ambientais utilizados para a escolha das áreas beneficiadas.

Como explicado no número 01, uma das contratações exigidas pelo Programa Periferia Viva, é um Projeto de Urbanização Intersetorial, onde serão levantadas as problemáticas, com especialistas em habitação, urbanismo, saneamento, jurídico, social, meio ambiente, entre outros. Nesse projeto, serão indicadas, além das problemáticas, soluções de cada área mas de comum acordo entre os diferentes setores, com a intenção de mitigar problemas futuros.

Apesar disso, já podemos destacar a importância do projeto ser direcionado para a macroárea do bairro Dom Bosco, baseando-se no reconhecimento pelo Plano



Diretor Participativo de Juiz de Fora (PDP. Lei Complementar nº 82, de 3 de julho de 2018) da área como uma ZEIS (Zona Especial de Interesse Social), que consiste em um instrumento da política urbana que, conforme disposto no art. 108, Seção III, da Lei Complementar nº 82, de 3 de julho de 2018:

“ [...] caracteriza-se pela presença de assentamentos informais, precários e irregulares, com deficiências de oferta de infraestrutura, equipamentos e serviços, com presença de riscos geológicos, ocupada por população predominantemente de baixa renda, socialmente vulnerável, com baixos índices de desenvolvimento humano. A declaração de especial interesse objetiva sua regularização fundiária, requalificação urbanística e atenção social mediante a elaboração de projetos específicos.”

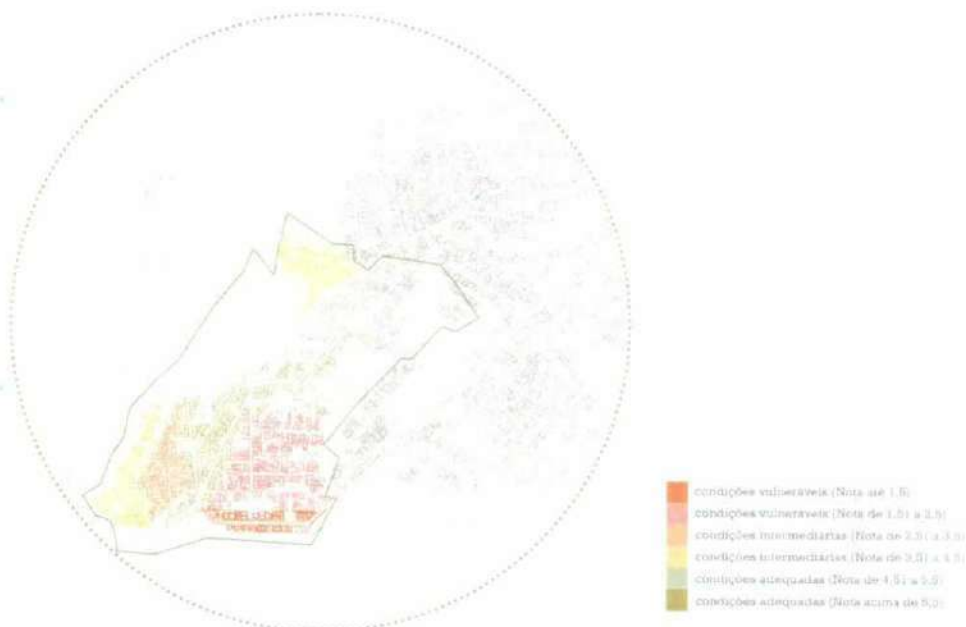
Dessa forma, a proposta do Programa Periferia Viva atende às demandas de regularização fundiária, requalificação urbanística e atenção social. Ademais, a área está situada em posição de grande impacto para a mobilidade urbana local, por fazer parte do acesso à Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF, a hospitais e a vias de distribuição. Já em termos ambientais, destaca-se a presença da mata que faz divisa com a UFJF e a necessidade de ações para reforçar sua preservação e relação com a comunidade local. Ressalta-se ainda, a relação entre os impactos advindos das mudanças climáticas e a infraestrutura local do bairro, a qual traz à luz a urgência de intervenções urbanas que fortaleçam a comunidade no sentido de enfrentamento dessas situações, visto que a área está classificada como área vulnerável de risco 3 e 4. Portanto, o Poder Público entende como válida e necessária a escolha da área beneficiada.

Os mapas abaixo, desenvolvidos pelo Departamento de Intervenções Urbanas da Secretaria de Desenvolvimento Urbano com Participação Popular - SEDUPP, por meio dos indicadores levantados pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), foram entregues em 2023 como resultado do Produto Mapa Rápido Participativo (MRP), que avaliou com dados e indicadores primários, ou seja, pesquisa realizada *in loco*, as 137 Zonas de Especial Interesse Social (ZEIS), definidas pelo Plano Diretor de 2018, mais 02 conjuntos habitacionais, Parques das Águas e Araucárias e 02 distritos rurais, Sarandira e Caetés.

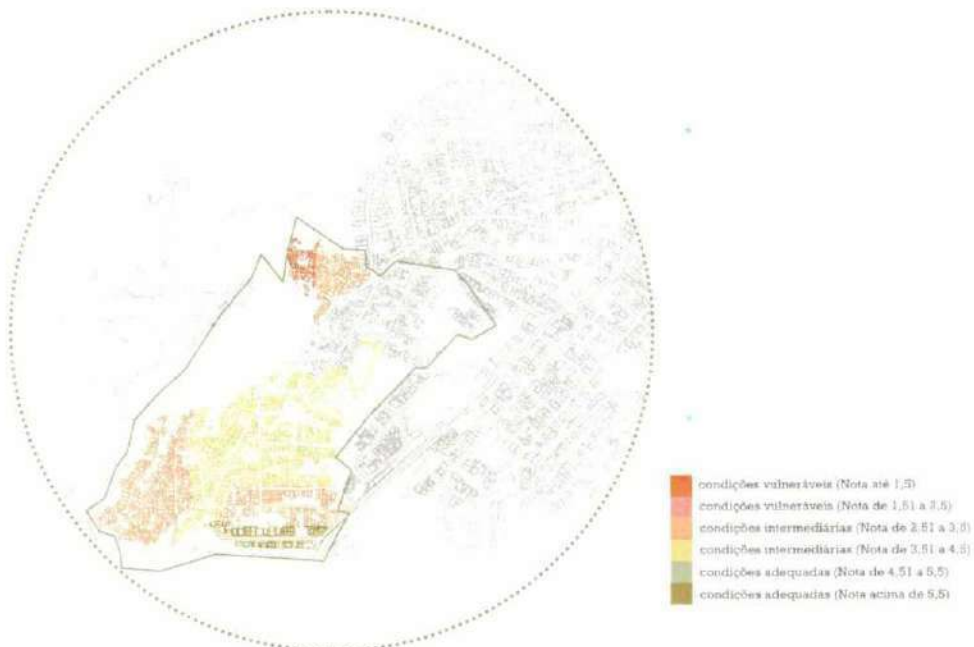
Nessa pesquisa, foi possível comprovar de forma técnica por meio de mapas, indicadores e mais de 5.000 registros fotográficos, todos presentes e acessíveis no site do Observatório da Cidadania, aberto ao público, que o território do Dom Bosco possui índices que comprovam a vulnerabilidade em diferentes setores.

Segue, abaixo, em nível de conhecimento, alguns dos indicadores georreferenciados e apresentados em níveis de tons diferentes de cores que destacam

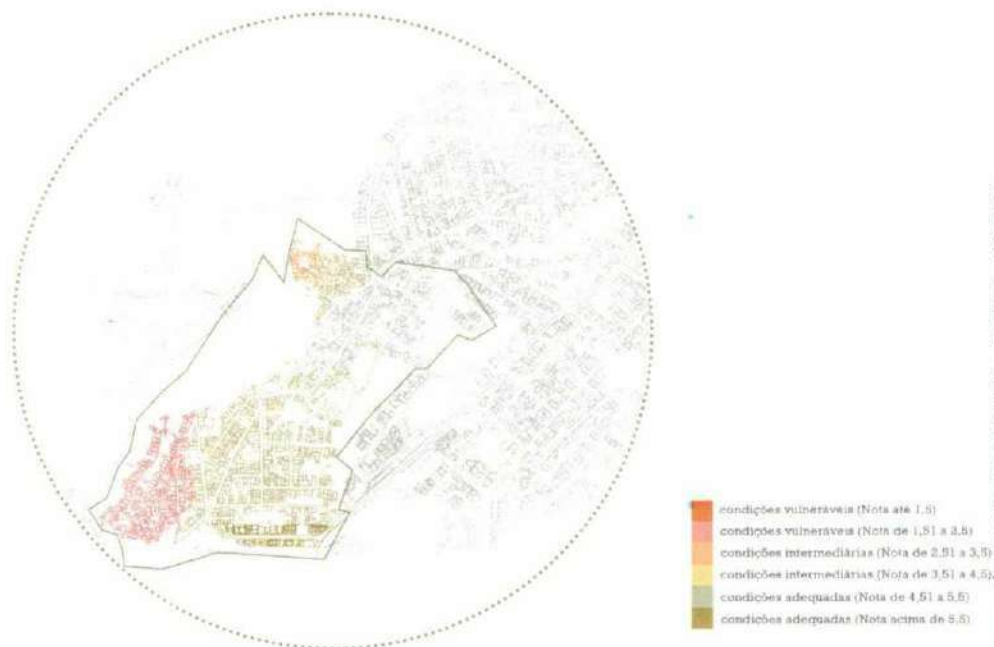
e possibilitam melhor compreensão da complexidade e necessidade da intervenção de forma urgente.



Mapa de Drenagem de Águas Pluviais no Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora - MG. Fonte: Desenvolvimento do mapa a partir dos dados do MRP da ONU-Habitat.



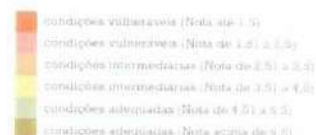
Mapa de Coleta de Lixo no Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora - MG. Fonte: Desenvolvimento do mapa a partir dos dados do MRP da ONU-Habitat.



Mapa de Padrão de Moradias no Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora - MG. Fonte: Desenvolvimento do mapa a partir dos dados do MRP da ONU-Habitat.



Mapa de Mobilidade no Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora - MG. Fonte: Desenvolvimento do mapa a partir dos dados do MRP da ONU-Habitat.



Mapa de Esgotamento Sanitário no Bairro Dom Bosco, Juiz de Fora - MG. Fonte: Desenvolvimento do mapa a partir dos dados do MRP da ONU-Habitat.

5. Cópia dos estudos de impacto urbanístico, ambiental, social e de mobilidade eventualmente já realizados.

Caso a pergunta esteja referenciada a problemas atuais, anteriores ao projeto Periferia Viva, em 2021 iniciou-se o Acordo de Contribuição entre o ONU-Habitat e a Prefeitura de Juiz de Fora, onde foi realizado um levantamento diagnóstico com pesquisa quantitativa e qualitativa gerando indicadores primários que foram capazes de comprovar a necessidade técnica de intervenção urbana no território.

Assim como levantamentos em nível territorial e de mapeamento georreferenciado realizado pela Defesa Civil que comprovou de forma técnica o Risco Nível 4, de acordo com os critérios da Defesa Civil Nacional. O cruzamento das informações e dados gerais comprovam de forma factual a necessidade da intervenção no território tanto da macroárea Dom Bosco quanto da Poligonal de Urbanização Integral, conhecida como Chapadão.

No entanto, se a pergunta for relacionada ao estudo do futuro impacto que o Projeto a ser implementado trará, conforme informado na pergunta número 01, somente será possível ser respondida após a contratação obrigatória, estabelecida pelo Ministério das Cidades e por meio das Diretrizes do PAC, da empresa que fará essas análises.

Os dados podem ser observados no documento "Análise Técnica Acerca do Bairro Dom Bosco". Em anexo.

6. Informação sobre o prazo estimado de início e conclusão das intervenções.

Os prazos de execução de cada etapa estão inseridos dentro do Cronograma Físico Financeiro (em anexo), tendo como data inicial condicionada a data de aprovação do poder legislativo e de aprovação da Caixa (Órgão fiscalizador). Tendo assim, como prazo total de execução, estimado em 48 meses.

7. Encaminhamento do plano de comunicação e participação comunitária, inclusive aquele apresentado em reunião com a comunidade, detalhando estratégias de mitigação de impactos durante a execução.

Para a execução do Trabalho Social, de acordo com os critérios estabelecidos pelo Ministério da Cidade, é necessária a contratação de uma organização externa ao Poder Público. Visto que, a Prefeitura possui desde 2021 um Acordo de Contribuição

Juiz de Fora Prefeitura



com o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), agência da ONU focada em urbanização sustentável e habitação adequada, a mesma será responsável pela implementação do Trabalho Social do Projeto Periferia Viva. Sendo assim, responsável pelo Plano de Comunicação, Instalação e Manutenção do Posto Territorial e Execução do Plano de Ação e todo o processo realizado com a participação comunitária.

Em um primeiro momento, o ONU-Habitat disponibilizou o Plano de Trabalho que será executado após a tramitação das etapas iniciais, para análise, aprovação e envio do mesmo para Caixa Econômica Federal, para liberação do financiamento.

Encaminhamos, o Plano de Trabalho do ONU-Habitat.

Permanecemos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Atenciosamente,



RRE - RELATÓRIO RESUMO DO EMPREENDIMENTO

CAIXA		RRE - RELATÓRIO RESUMO DO EMPREENDIMENTO		<div> <div></div> <div>Grau de Sigilo</div> <div>#PÚBLICO</div> </div>	
Nº OPERAÇÃO	Nº CONVÊNIO TGOV	GESTOR	PROGRAMA	ACÃO / MODALIDADE	RECURSO
CONVENIENTE/COMISSÁRIO/CONTRATADO		Ministério das Cidades	PAC - Periferia Viva	PAC - Periferia Viva	OCU PAC
Município de Juiz de Fora			MUNICÍPIO / UF	LOCALIDADE / ENDEREÇO	
			Juiz de Fora	Dom Bosco - Juiz de Fora	
OBJETO			APÊLIDO DO EMPREENDIMENTO	REPASSE	VALORES CONTRATADOS (R\$)
Periferia Viva - Dom Bosco			Periferia Viva - Dom Bosco	39.661.928,85	CONTRAPARTIDA INVESTIMENTO
					40.058.548,15

Situação do TC/CR/CT:				Percentual previsto em: nov-25				Medição nº:				Saldo a Reprogramar:				Repasse (R\$) 0,00				Contrapartida (R\$) 0,00				Período da Medição:			
Etapa		Meta / Submeta		Descrição da Meta / Submeta		Situação		Quantidade		Unid.		Lote de Licitação / nº CTEF		nº do BM		Valor Total (R\$)		Acumulado Anterior: 0,00%		Repasse (R\$) 0,00		Contrapartida (R\$) 0,00		Período da Medição:			
		TOTAL														Valores Medidos (R\$)		Acum. Período Anterior		No Período		Acum. incluindo o Período		Execução Física Acum.			
1	Meta 1.			Plano de Ação Periferia Viva		Sem Projeto		1,00		un		Lote 1		Repasse		39.661.928,85		0,00		0,00		0,00		0,00%			
1	Meta 2.			Projetos		Sem Projeto		1,00		un		Lote 2		CP. Financ. Outros		396.819,30		0,00		0,00		0,00		0,00			
1	Meta 3.			Trabalho social (obrigatória para famílias da(s) poligonal(is) de urbanização integral)		Sem Projeto		480,00		nº fam		Lote 1				1.018.601,05		-		-		-		-			
1	Meta 4.			Proteção, contenção e estabilização do solo		Sem Projeto		1.135,81		m²		Lote 3				12.493.910,00		-		-		-		-			
1	Meta 5.			Infraestrutura urbana (esgotamento sanitário, abastecimento de água, manejo de águas pluviais, pavimentação, obras viárias, etc.)		Sem Projeto		1,00				Lote 4				14.785.709,18		-		-		-		-			
1	Meta 6.			Recuperação ambiental e soluções baseadas na natureza.		Sem Projeto		1,00				Lote 5				113.499,29		-		-		-		-			
1	Meta 7.			Proteção e prevenção contra incêndios		Sem Projeto		1,00				Lote 6				159.109,09		-		-		-		-			
1	Meta 8.			Equipamentos Públicos (inclui praças e áreas de lazer)		Sem Projeto		1,00				Lote 7				3.254.267,56		-		-		-		-			
1	Meta 9.			Gestão de Resíduos Sólidos		Sem Projeto		1,00		un		Lote 8				48.640,94		-		-		-		-			
1	Meta 10.			Regularização fundiária (obrigatória para a área da(s) poligonal(is) de urbanização integral e para os locais onde forem edificadas UH ou equipamentos públicos)		Sem Projeto		90.245,32		m²		Lote 9				990.000,10		-		-		-		-			
1	Meta 11.			Melhorias de unidades habitacionais		Sem Projeto		1,00		un		Lote 10				5.535.585,18		-		-		-		-			
1	Meta 12.			Avaliação pós-intervenção (obrigatório)		Sem Projeto		1,00		un		Lote 11				153.520,00		-		-		-		-			

Local:

Data: 17 de novembro de 2025

Responsável Técnico

Representante do Conveniente/Compromissário/Contratado



Etapa	Meta / Submeta	Descrição da Meta / Submeta	Situação	Quantidade	Unid.	Lote de Licitação / nº CTEF	nº do BM	Valor Total (R\$)	Acum. Período Anterior	No Período	Acum. incluindo o Período	Física Acum.
Nome: Cargo: ART/RRT Fiscal.:						Nome: Cargo:						
Responsável Social												
Nome:												
Cargo:												
Responsável Financeiro												
Nome:												
Cargo:												

Documento assinado digitalmente:
LUIS OTAVIO CUNHA PRADO
Data: 17/11/2025 16:21:26-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

GUIA DO PLANO DE AÇÃO

Periferia Viva



MINISTÉRIO DAS
CIDADES

GOVERNO FEDERAL

BRASIL

UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

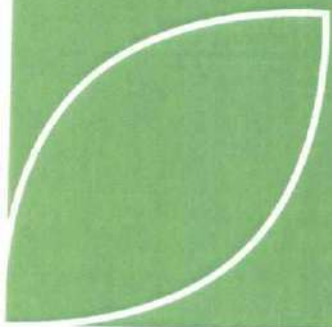


MINISTÉRIO DAS
CIDADES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

GUIA DO **PLANO DE AÇÃO**

Periferia Viva



PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Luiz Inácio Lula da Silva

MINISTRO DAS CIDADES

Jader Fontenelle Barbalho Filho

**SECRETÁRIO NACIONAL
DE PERIFERIAS**

Guilherme Simões Pereira

CHEFE DE GABINETE

Vitor Araripe Freire Pacheco

**COORDENADORA-
GERAL DE GESTÃO**

Rhaiana Bandeira Santana

ASSESSORA DO GABINETE

Simone Gueresi de Mello

ASSESSOR DO GABINETE

Francisco Josue
Medeiros de Freitas

**DIRETORA DE REGULARIZAÇÃO,
URBANIZAÇÃO INTEGRADA
E QUALIFICAÇÃO DE
TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS**

Júlia Lins Bittencourt

**COORDENADORA-GERAL DE
URBANIZAÇÃO INTEGRADA**

Isabela Sbampato Batista
Reis de Paula

**COORDENADOR-GERAL DE
ARTICULAÇÃO E PLANEJAMENTO
(ORGANIZADOR)**

Flávio Tavares Brasileiro

**COORDENADOR-GERAL DE
REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA**

Samuel da Silva Cardoso

**DIRETOR DO DEPARTAMENTO
DE MITIGAÇÃO E
PREVENÇÃO DE RISCO**

Rodolfo Baêso Moura

**COORDENAÇÃO-
GERAL DE OBRAS**

Pedro Henrique Lopes Batista

**COORDENAÇÃO-GERAL
DE APOIO A PLANOS**

Leonardo Santos Salles Varallo

**COORDENAÇÃO-GERAL
DE ARTICULAÇÃO**

Samia Nascimento Sulaiman

**EQUIPE TÉCNICA –
MINISTÉRIO DAS CIDADES**

Adriana Rondon de
Vasconcellos Santos
Henrique Soares Rabelo Adriano
Isis Bezerra Cavalcanti
Luana Alves de Melo
Luiz Alberto Arend Filho
Marina Amorim Cavalcanti
de Oliveira
Ramana Rodrigues
Oliveira Jacques

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Guia do plano de ação : periferia viva /
[organização Flávio Tavares]. --
Brasília, DF : Ministério das Cidades, 2024.

ISBN 978-85-7958-082-6

1. Favelas – Aspectos sociais 2. Periferia –
Brasil – Condições sociais 3. Políticas públicas
4. Urbanização – Brasil I. Tavares, Flávio.

24-190477

CDD-711.4

Índices para catálogo sistemático:

1. Planejamento urbano 711.4

Tábata Alves da Silva – Bibliotecária – CRB-8/9253



EQUIPE WRI BRASIL

Henrique Evers
Paula Santos
Simone Gatti
Ariadne Samios
Camila Alberti
Isadora Freire
Millena Oliveira

EQUIPE UNU-EHS

Simone Sandholz
Lucas Turmena
Letícia Vellozo

EQUIPE GIZ

Sarah Habersack
Cecília Martins
Daniel Wagner
Matheus Maia
Thomaz Ramalho

EQUIPE FUNDAÇÃO TIDE SETUBAL

Mariana Almeida
Fabiana Tock
Marília Câmara de Assis
Pedro Marin
Nabil Bonduki (Consultor)

PROJETO GRÁFICO

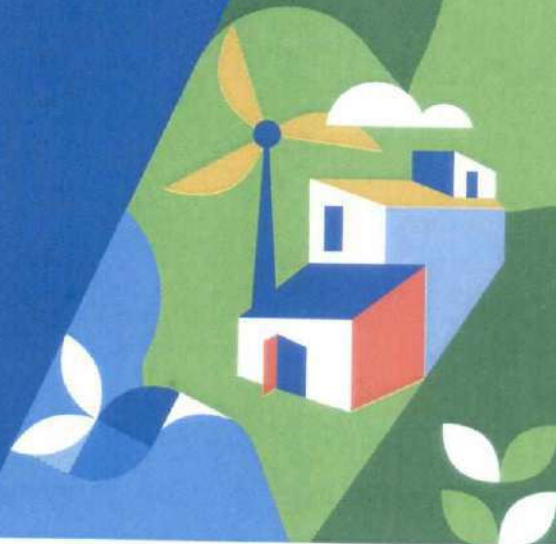
Oyá Design

REVISÃO

Bárbara Gontijo

1ª Edição: 2024

A Secretaria Nacional de Periferias tem articulado a implementação do Programa Periferia Viva com os mais diversos agentes públicos da sociedade civil, da academia, dos organismos internacionais, das fundações privadas, dos movimentos sociais e das entidades populares. Contamos com o apoio técnico do WRI Brasil, UNU-EHS, Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit (GIZ) GmbH e Fundação Tide Setubal para coordenar e elaborar conosco esse material. O guia conta com aprendizados sistematizados a partir da experiência do projeto Alianças para Transformação Urbana (Transformative Urban Coalitions, TUC).



Apresentação Institucional



A Secretaria Nacional de Periferias (SNP) foi criada dentro da estrutura do Ministério das Cidades, a partir de 2023, e demarca uma inovação institucional histórica na agenda da política urbana e na busca pela redução das desigualdades socioespaciais no Brasil. Ao estabelecer um recorte de atuação territorial para a SNP – as periferias urbanas – em detrimento de um recorte temático, o Governo Federal se coloca o desafio de promover uma abordagem holística e integrada para solucionar a multiplicidade de carências e vulnerabilidades impostas aos sujeitos periféricos.

Parte do desafio consiste em resgatar e ressignificar a urbanização de favelas como eixo fundamental da política urbana e habitacional do Governo Federal. Oriunda de práticas inovadoras de gestões municipais progressistas ao longo dos anos 1980 e 1990, a urbanização de favelas tornou-se eixo estruturante da política habitacional nacional no final dos anos 1990 e passou por uma significativa ampliação de escala, com a destinação de volumosos recursos do Programa de Aceleração do Crescimento entre 2007 e 2013.

A urbanização de favelas, junto com o saneamento integrado e as ações de prevenção e mitigação de riscos, que afetam sobretudo as áreas onde moram as famílias em situação de maior vulnerabilidade, foram as linhas de atendimento que de fato promoveram o direcionamento de recursos públicos para as periferias urbanas, já constituídas, durante esse período, muito embora tenham se restringido sobretudo às dimensões da infraestrutura urbana, que dialogam apenas com uma parte das necessidades dos territórios periféricos. Esses programas, no entanto, foram descontinuados ao longo da última década.

O afastamento do Governo Federal das periferias urbanas no último ciclo não deixou apenas um vazio. Ele foi preenchido pelo florescimento de diversas iniciativas de solidariedade, apoio mútuo e auto-organização a favor do conjunto de necessidades dessa população. A voz das periferias emergiu para apontar que estes territórios, onde vive a maior parte da população que depende, efetivamente, do apoio do Estado, são centrais para um

conjunto amplo de políticas públicas, que, para serem efetivas, precisam ser ofertadas de forma integrada.

Assim, o Periferia Viva nasce da constatação de que a melhoria da qualidade de vida nas periferias requer uma abordagem territorial, ancorada na valorização da organização social e comunitária, e que agregue a retomada de obras de infraestrutura urbana com ações que dialoguem com o conjunto de necessidades identificadas em cada território. Para isso, o programa busca promover a estruturação e integração de uma matriz ampla de políticas públicas, articuladas em torno dos eixos: Infraestrutura Urbana; Equipamentos Sociais; Inovação, Tecnologia e Oportunidades; e Fortalecimento Social e Comunitário.

Para isso, é fundamental contar com arranjos de assessoria técnica no território, bem como com a presença constante e cotidiana do Estado. É com esse espírito, que, no lançamento do Novo PAC, o escopo da ação de apoio à urbanização de favelas foi revisto, incorporando, entre outros aspectos, a identificação e envolvimento de assessorias

técnicas, a elaboração do Plano de Ação Periferia Viva e a exigência de instalação de um posto territorial.

A Secretaria Nacional de Periferias, em parceria com WRI Brasil, UNU-EHS, GIZ e Fundação Tide Setúbal, elaborou este guia para que os entes públicos municipais e estaduais e as assessorias técnicas contratadas por eles possam apoiar e orientar a elaboração do Plano de Ação Periferia Viva.

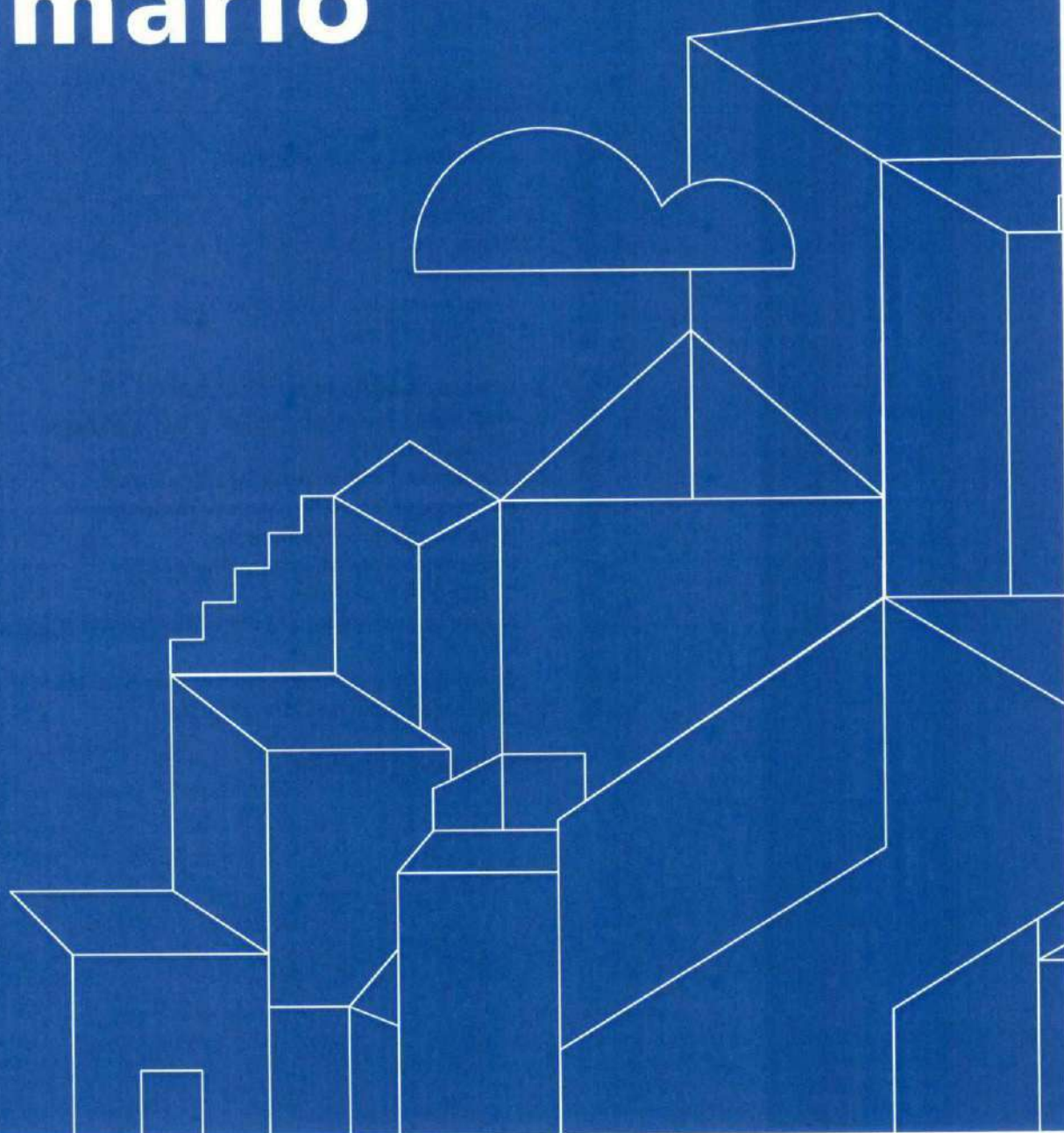
Este guia também vai possibilitar que as outras ações planejadas no campo do Programa Periferia Viva sejam realizadas com qualidade.

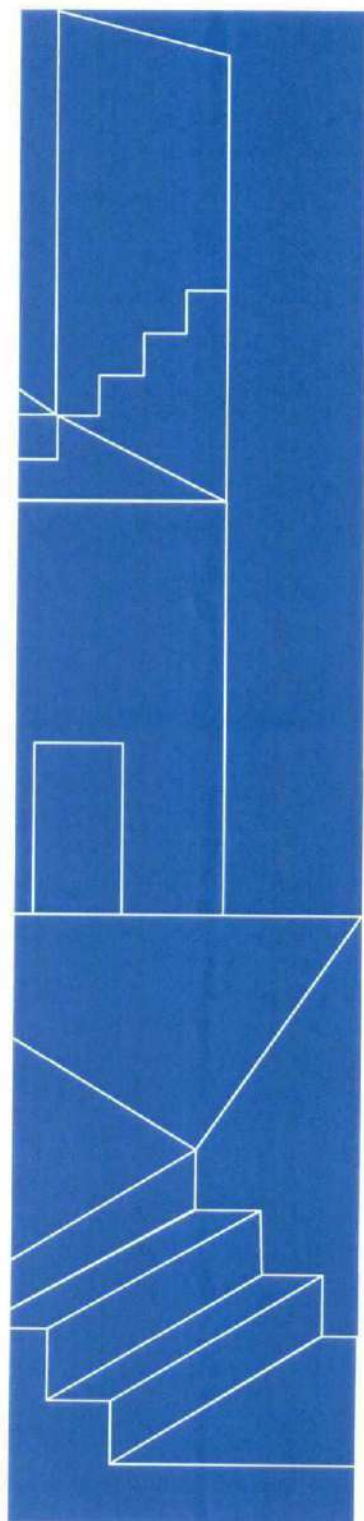
Portanto, é com alegria e entusiasmo que lançamos esta publicação, sabendo que os Planos de Ação Periferia Viva podem se tornar importantes ferramentas para a melhoria das condições de vida nas periferias das nossas cidades.

Guilherme Simões
Secretário Nacional de Periferias



Sumário





INTRODUÇÃO

10

1. PROGRAMA PERIFERIA VIVA

15

1.1 Objetivos

16

1.2 Pilares do Programa

16

1.3 Eixos

17

1.4 Governança

19

1.5 O papel de cada um no Programa

22

1.6 Recorte espacial

24

2. PLANO DE AÇÃO PERIFERIA VIVA

37

2.1 Participantes na elaboração do Plano de Ação

38

2.2 Posto Territorial

42

2.3 Etapas do Plano de Ação Periferia Viva

46

A. Organização do processo participativo

48

B. Leitura técnico-comunitária

55

C. Planejamento da estratégia de ação

60

D. Elaboração ou adequação de projetos

71

E. Arranjo Institucional e Plano de Ação Consolidado

74

F. Ação Tática

82

G. Mediação e pactuação das etapas de projeto

86

2.4 Implementação do Plano de Ação

90

CONSIDERAÇÕES FINAIS

93



Introdução

Este Guia busca orientar os entes públicos e entidades de assessoria técnica que participam do **Programa Periferia Viva** para elaborar e implementar o Plano de Ação Periferia Viva.

O Programa Periferia Viva pretende melhorar as condições de vida nas periferias urbanas brasileiras. A ideia é articular políticas públicas federais e fortalecer iniciativas populares em territórios periféricos.

O Plano de Ação é o instrumento de planejamento participativo do Programa. É nele que são definidas as ações, as intervenções urbanísticas e as políticas necessárias para o território periférico atendido pelos investimentos públicos.


Este Guia está estruturado em duas partes para bem orientar a elaboração do Plano:

1. PROGRAMA PERIFERIA VIVA

Seção que descreve os conceitos, a estrutura e quem participa do Programa.

2. PLANO DE AÇÃO PERIFERIA VIVA

Seção que detalha cada uma das etapas de elaboração do Plano e o que é necessário para a realização das estratégias e ações previstas no Plano.



É importante destacar que este Guia tem um papel complementar de facilitar a compreensão do normativo que rege o Programa Periferia Viva e a elaboração do Plano de Ação. É muito importante que os agentes que são potenciais participantes do Programa consultem o **Manual de Instruções para Apresentação de Propostas** do Programa Periferia Viva – Urbanização de Favelas para acessar o detalhamento das informações expostas neste Guia. Ele está disponível no site do Ministério das Cidades.



Rocinha, Rio de Janeiro/RJ

POR QUE AS PERIFERIAS?

As periferias brasileiras são territórios que expressam a segregação urbana, racial, territorial e social das cidades do Brasil. Em cada região do país, elas tomam diferentes nomes: favelas, ocupações, loteamentos precários, alagados, invasões etc. Caracterizam-se por estarem excluídas dos direitos urbanos fundamentais, como moradia digna, acesso ao saneamento e direito à mobilidade. Também sofrem, de forma mais intensa, o impacto dos eventos extremos gerados pela emergência climática, o que tem sido chamado de “injustiça climática”.

Mas periferias não são apenas marcadas pela exclusão. Como territórios de resistência, geram cotidianamente espaços de organização popular para reivindicar direitos e para criar estratégias de autogestão e de sobrevivência. São territórios férteis em variadas e múltiplas iniciativas de auto-organização que expressam uma enorme capacidade das comunidades de encontrar soluções acertadas para seus problemas.

No entanto, essas potências, costumam ser desperdiçadas pelo Estado, que muitas vezes aparece quase que exclusivamente apenas com a violência policial. O que esses territórios demandam, com urgência, é atuação transversal do poder público, associada às iniciativas da própria comunidade.

A IMPORTÂNCIA CENTRAL DA INTERVENÇÃO DO PODER PÚBLICO NOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS

O Estado só irá resgatar sua legitimidade se realmente atuar nos territórios periféricos. Eles são ocupados pela população de baixa renda, condição que por si só já gera vulnerabilidade

social. Seus moradores sofrem as consequências da somatória de prejuízos gerados pela precariedade ou pela falta de infraestrutura e de serviços urbanos e sociais (espoliação urbana), pela insegurança na posse da terra, pelas condições inadequadas de moradia e por estarem expostos a riscos de morte relacionados a eventos climáticos extremos piorados pelas mudanças climáticas.

A interrupção das ações do Governo Federal e a crise econômica da última década, os efeitos da pandemia e a piora da emergência climática, deterioraram ainda mais as condições de vida da população periférica, aumentando a desigualdade urbana brasileira.

IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA

Uma intervenção sensata do Estado nos territórios periféricos deve ser planejada com a participação da comunidade, por meio da escuta e do diálogo com seus moradores e organizações locais. Esse processo participativo deve identificar os problemas mais urgentes sofridos pela população, definir uma estratégia para enfrentá-los e priorizar as ações que serão executadas com o objetivo de melhorar as condições de vida da população.

POR QUE A VOLTA DOS INVESTIMENTOS FEDERAIS NOS TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS É URGENTE?

O diálogo e a participação são indispensáveis, mas são insuficientes. Para que eles possam gerar resultados concretos, é essencial recuperar os investimentos federais voltados para ações, de diferentes portes, capazes de qualificar os territórios periféricos.

DAS INICIATIVAS FOCADAS EM OBRAS DE INFRAESTRUTURA ATÉ O DESENVOLVIMENTO URBANO INTEGRADO

Nos anos 1990, na esteira de experiências locais, se firmou, na agenda do Governo Federal, a ideia de que os assentamentos precários deveriam ser consolidados. Desde então, as intervenções em territórios periféricos estão baseadas em dois tipos de obras: as de infraestrutura fragmentadas, como a implantação de rede de água, esgoto e drenagem, e pavimentação; e as mais integradas, como o antigo PAC – Urbanização de Assentamentos Precários.

Mesmo que esse tipo de intervenção seja fundamental, a urbanização dos assentamentos precisa fazer parte de um plano de desenvolvimento urbano integrado do território periférico onde eles estão inseridos. Nesse plano, deve haver um conjunto de ações relacionadas com diferentes políticas públicas físicas (saneamento, mobilidade, habitação, infraestrutura e meio ambiente) e sociais (saúde, cultura, educação e assistência social). Tais políticas devem envolver a ação de vários ministérios.

Esse plano deve ser amplo e inclusivo, associando diferentes políticas públicas. Afinal, o plano cobre um território extenso, que é também influenciado pelo resto da cidade. Além disso, dentro do próprio território há uma grande diversidade de situações.

POTENCIAIS DO TERRITÓRIO PERIFÉRICO

O desenvolvimento urbano integrado deve incorporar o enorme potencial social, organizativo e de inovação existente nos territórios periféricos. Eles não são apenas lugares de carência e precariedade. Como ação de resistência, seus moradores se organizaram e criaram soluções criativas para enfrentar as dificuldades e precariedades. Também formaram coletivos que produziram a cultura periférica, que traz novas linguagens artísticas. Deve-se dar importância a esse potencial na gestação de políticas públicas integradas nas periferias, como no Programa Periferia Viva.

IMPACTOS DA MUDANÇA DO CLIMA EM TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS E PERIFÉRICOS

É muito comum que as áreas urbanas mais vulneráveis tenham características como a falta de infraestrutura, altas densidades populacionais, ausência de espaços de lazer, habitações precárias, insegurança fundiária e pouco acesso aos serviços públicos. Muitas vezes, também são bastante expostas a riscos hidrológicos e geológicos-geotécnicos. Por causa dessas condições, elas são as áreas mais afetadas pelo crescimento dos impactos da mudança do clima, como deslizamentos de terra, vendavais, inundações e ondas de calor. Um exemplo são as chuvas fortes em áreas de encosta: quando acontecem em territórios com condições urbanas precárias, provocam deslizamentos desastrosos. As mais afetadas nesse tipo de evento são comunidades que



Comunidade Jardim Monte Verde, Recife/PE

são pouco capazes de se prevenir e de se reconstruir após situações de emergência.

Ao longo da história, essas comunidades foram responsáveis por poucas emissões de gases de efeito estufa, que causam a mudança do clima. Mas elas acabam sofrendo suas consequências mais graves. Além disso, eventos climáticos extremos aumentam ainda mais a vulnerabilidade socioeconômica das famílias. Desastres vinculados ao clima podem destruir casas, deixar famílias desabrigadas, desestruturar laços sociais, afetar a saúde física e mental de indivíduos, acabar com seus meios de subsistência e mesmo tirar vidas, condenando famílias a um ciclo de risco e pobreza.

Ignorar essa realidade é perpetuar ou mesmo aprofundar as desigualdades sociais e as violações de direitos humanos. Portanto, as políticas públicas devem considerar a promoção da justiça climática. Isso requer não apenas reduzir a emissão de gases de efeito estufa ou adaptar-se às novas condições climáticas, mas também atuar em áreas de maior vulnerabilidade social para garantir que o risco climático não

continue a recair desproporcionalmente sobre as populações que possuem menor responsabilidade sobre as causas da crise climática. Assim, tanto medidas de curto como de longo prazo são necessárias. No esforço de promover justiça climática, uma atenção especial deve ser dada ao combate ao racismo ambiental, já que, com frequência, as comunidades racial e economicamente marginalizadas são mais afetadas pelos efeitos da mudança do clima.

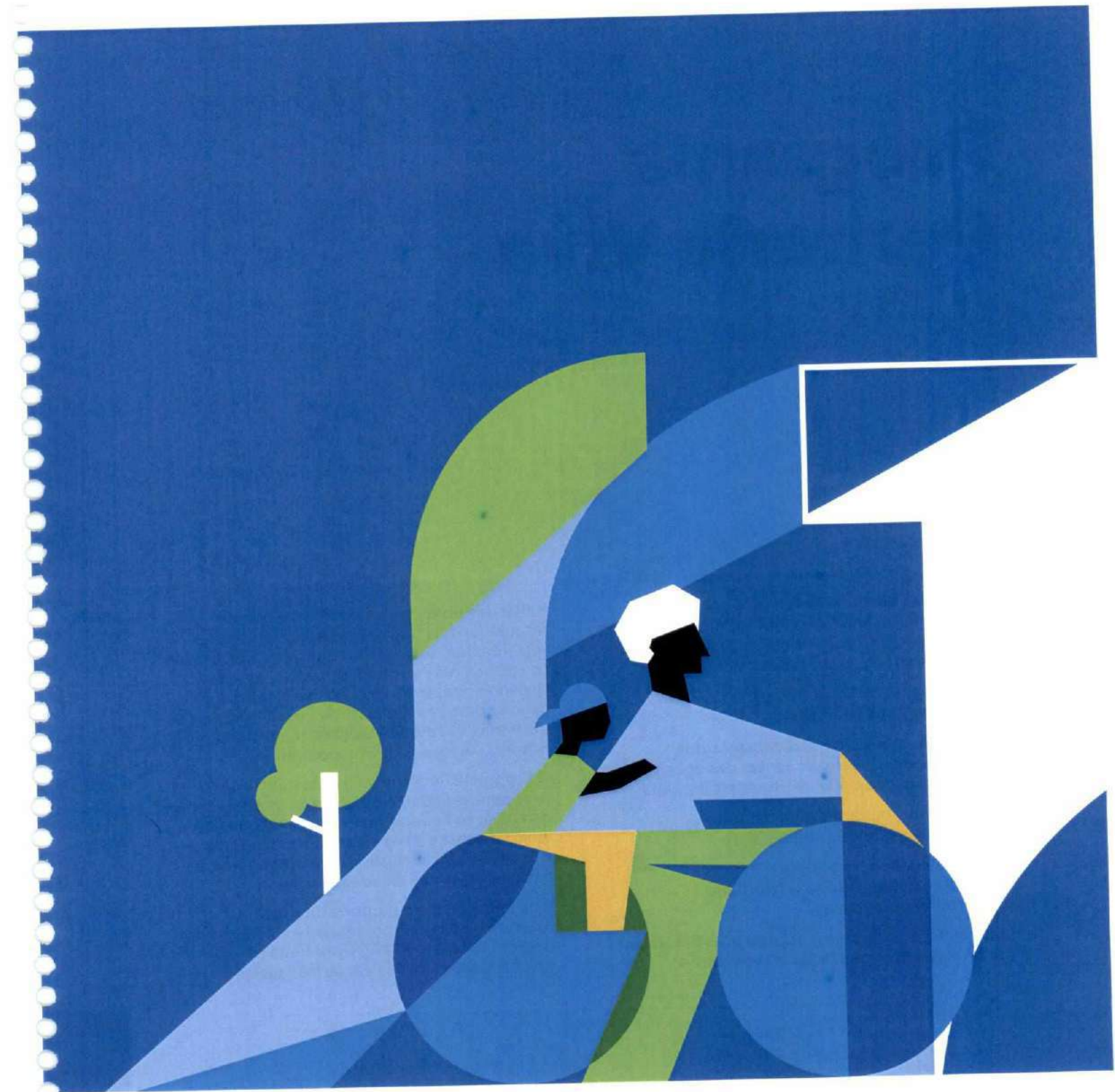
Essas obras devem planejar um baixo impacto ambiental na urbanização de territórios periféricos e contribuir com a resiliência da comunidade. Isso significa não apenas levar infraestrutura para essas áreas, mas também empoderar as pessoas para conviverem melhor com as situações de risco, darem respostas mais rápidas aos desastres e se sentirem mais fortes por meio da inclusão social, econômica e política.

Para isso, é possível aproveitar as iniciativas das próprias comunidades. Apesar dos desafios, muitas delas têm se mostrado capazes de inovar e se organizar. Projetos locais, muitas vezes criados e liderados pela própria comunidade, mostram caminhos de como é possível responder à mudança do clima e melhorar as condições de vida de todas as pessoas. Exemplos disso são a criação de hortas comunitárias, cozinhas solidárias, cooperativas para produção de energia renovável, ações para diminuir o risco de desastres em comunidades, entre outros. Com as estratégias adequadas, essas iniciativas podem ser potencializadas, expandidas e replicadas ou mesmo somar esforços a ações similares.

A luta contra a mudança do clima é também uma batalha por justiça e igualdade. É fundamental apoiar e amplificar as vozes das periferias para que elas estejam na construção de um futuro mais sustentável e resiliente.

Aline Sales





Programa Periferia Viva

O **Programa Periferia Viva** busca solucionar desafios importantes dos últimos ciclos de muito investimento em grandes obras de infraestrutura urbana integrada. Esses desafios envolvem:

- Os contratos de longa duração, próprios das intervenções;
- O fato de as prefeituras receptoras dos recursos federais e proponentes das ações terem uma capacidade institucional limitada;
- Os desafios impostos para o controle social nessas grandes operações; e
- As dificuldades para integrar as diferentes dimensões da vida urbana nos projetos propostos.

Para tanto, ampliou-se o escopo da urbanização de favelas, agora pensada não somente a

partir das obras, mas também a partir da integração das políticas públicas que estão relacionadas ao conjunto de necessidades dos territórios periféricos. Além disso, esse novo desenho considera as potências locais, ou seja, as práticas e iniciativas que já existem nas periferias das cidades, vistas como elementos potencializadores da atuação estatal.

O Programa Periferia Viva é, portanto, um programa que tem o objetivo de integrar ações do Governo Federal, melhorar condições de vida, de acesso a bens e serviços públicos e oportunizar a inclusão social e econômica nas periferias das cidades brasileiras.

Vale lembrar que o Periferia Viva está inserido no Novo Programa de Aceleração do Crescimento (Novo PAC), por meio da ação "Periferia Viva – Urbanização de Favelas".

1.1. Objetivos

Os objetivos do Programa Periferia Viva podem assim ser sintetizados:

- Promover a inclusão social e o direito à cidade;
- Levar políticas públicas às periferias com prioridade, para reduzir as desigualdades socioterritoriais;
- Promover processos em que a comunidade participe do planejamento e acompanhe as intervenções em territórios periféricos;
- Promover o reconhecimento, a valorização e o incentivo de iniciativas coletivas e comunitárias;
- Incentivar a cooperação entre os níveis de governo, a iniciativa privada e organizações da sociedade civil;
- Reduzir riscos de desastres e possibilitar a adaptação dos territórios periféricos às mudanças climáticas; e
- Promover a melhoria das condições urbanas, de moradia e a segurança da posse em territórios periféricos.

1.2. Pilares do Programa

Para cumprir sua missão, o Programa se estrutura em três pilares: Participação Social e Formação Cidadã; Integração das Políticas Públicas; Visão Territorial (**Figura 1**).



Figura 1: Pilares do Programa Periferia Viva.

1.3. Eixos

Os pilares do Programa Periferia Viva são a base para a articulação de um conjunto de políticas públicas que inclui pelo menos 26 programas e ações de diferentes órgãos

federais. Isso possibilita integrar a atuação do Governo Federal nas periferias. Esses programas e ações estão organizados em quatro eixos (ver Quadro 1).

Eixo	Descrição	Ações
INFRAESTRUTURA URBANA	<p>Intervenções de urbanização integrada de assentamentos precários e aporte de infraestrutura urbana e ambiental nas periferias.</p> <p>O objetivo é reduzir riscos de desastres, ampliar a área de saneamento ambiental, melhorar a acessibilidade e a mobilidade ativa, possibilitar condições dignas de moradia, aumentar a oferta e a qualidade de espaços públicos e verdes e ampliar a segurança da posse.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Periferia Viva - Urbanização de Favelas ▪ Soluções Baseadas na Natureza em Periferias
EQUIPAMENTOS SOCIAIS	<p>Equipamentos públicos e/ou comunitários, construídos ou requalificados, de educação, saúde, cultura, assistência social, justiça, segurança pública, esporte, lazer, recreação etc. Eles devem ser instalados no território periférico, de maneira independente ou integrada, em uma mesma edificação (multifuncional).</p> <p>Servem como âncora para a garantia da condição plena de cidadania e direitos humanos e possibilitam a promoção de uma política pública de maneira contínua.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Centro de Artes e Esportes Unificados (CEUs) e MiniCEUs ▪ Creches ▪ Escolas de Ensino Básico ▪ Unidades Básicas de Saúde (UBS)

Eixo	Descrição	Ações
FORTALECIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO	<p>Políticas, projetos e ações com o objetivo de garantir e ampliar o acesso da população das periferias aos direitos sociais, fortalecer as redes, articulações, agentes coletivos e movimentos sociais das comunidades periféricas, apoiar iniciativas sociais e comunitárias em curso.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Formação de Agentes Comunitários ▪ Agentes Comunitários de Cultura nas periferias ▪ Pontos de Cultura nas periferias ▪ Qualificação profissional de trabalhadores domésticos e cuidadores ▪ Apoio a iniciativas periféricas de combate à fome ▪ Fornecimento de alimentos e qualificação de cozinhas solidárias e comunitárias ▪ Fomento à agricultura urbana ▪ Fomento de áreas urbanas verdes ▪ Salas verdes (educação ambiental) ▪ Núcleos de Mediação de Conflitos Fundiários ▪ Capacitação de professores para a cultura de paz ▪ Matrícula em tempo integral nas periferias urbanas ▪ Projeto Rede de Desenvolvimento do Esporte ▪ Caravana das Periferias e Prêmio Periferia Viva

INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E OPORTUNIDADES

Políticas, projetos e ações que têm como intuito conectar as políticas públicas às realidades locais. Também têm o objetivo de incentivar e apoiar que a população seja qualificada e inserida no mercado de trabalho, além de ser capacitada na área de tecnologia e economia criativa.

Buscam garantir que a comunidade tenha acesso à tecnologia e suas potencialidades e aumentar as oportunidades de trabalho.

São o motor de transformação socioeconômica, tecnológica e de visibilidade das periferias.

- Conectividade nas escolas
- Ações articuladas com os Institutos Federais
- Ações de Tecnologia em Saúde
- Geoportal das Periferias – Plataforma
- Mapeamento de iniciativas periféricas
- Formação de programadores com HUB de inovação
- Programa Asas pro Futuro
- Inovação e inclusão produtiva

Quadro 1: Eixos e ações articulados pelo Programa Periferia Viva.

1.4 Governança

A governança do Programa Periferia Viva envolve desde a escala federal até os agentes presentes no território. Na esfera federal, um Comitê Gestor Interministerial liderado pela Casa Civil é responsável por fazer a coordenação. Esse comitê define um conjunto de ações que podem ser financiadas pelo Programa, além de agir para garantir que as ações desenvolvidas sejam implementadas, monitoradas e avaliadas. O conjunto de ações que podem ser financiadas é escolhido a partir das necessidades locais e registrada na matriz de ações financiáveis do programa. Esse conjunto de ações deve sugerir parcerias com atores públicos locais, sociedade civil e a comunidade. Também deve apontar as fontes de financiamento para as intervenções e iniciativas a serem implementadas.

A governança na escala do território e do município ocorre a partir de um arranjo entre agentes territoriais, Assessoria

Técnica e poder público. Para isso, deve haver um Posto Territorial que funcione como âncora no território periférico atendido. Esse é um aspecto muito importante do Programa Periferia Viva, porque garante a presença física de uma equipe de trabalho no território periférico. O Agente Executor é quem instala o Posto Territorial, um espaço físico destinado a servir como apoio local para as ações de mobilização, participação e articulação entre Assessoria Técnica, Trabalho Social, poder público e comunidade. A presença do posto é obrigatória e tem como objetivo criar vínculos e fortalecer o tecido social local e a presença e o compromisso do Estado. É o suporte da Assessoria Técnica que articula os dois níveis de governança do programa. Ela é o agente responsável por elaborar o Plano de Ação Periferia Viva. Além disso, a Assessoria deve apoiar a articulação, a mobilização, o controle social, o planejamento territorial e os projetos relacionados às outras ações do Programa.

A **Figura 2** mostra o modelo lógico do Programa Periferia Viva, indicando a relação entre as ações ministeriais e no território.



Figura 2: Modelo Lógico do Programa Periferia Viva.



Ocupação Tiradentes II, Curitiba/PR

Leandro Vaz

1.5 O papel de cada um no Programa

No **Quadro 2**, estão listados os participantes do Programa, seus papéis e suas principais atribuições:

Papel	Participante	Atribuições
Gestor	Ministério das Cidades	<ul style="list-style-type: none"> • Definir as diretrizes gerais • Selecionar e enquadrar as propostas • Descentralizar os créditos¹ e os recursos em favor da CAIXA • Promover o monitoramento, o acompanhamento e a avaliação das propostas
Mandatária da União	Caixa Econômica Federal (CAIXA)	<ul style="list-style-type: none"> • Analisar a documentação das propostas selecionadas • Realizar o contrato de repasse ou o termo de compromisso • Promover a execução orçamentária e financeira • Promover o monitoramento, o acompanhamento e a avaliação das propostas
Proponente/ Agente Executor	Administração Pública dos Estados, Municípios ou do Distrito Federal	<ul style="list-style-type: none"> • Definir a forma que o objeto do contrato será executado • Executar e fiscalizar os trabalhos • Selecionar o Território Periférico (Macroárea), a Poligonal de Urbanização Integral e as famílias a serem atendidas com unidade habitacional ou melhoria habitacional • Realizar o processo licitatório ou o chamamento público

1. A descentralização de créditos ocorre quando um órgão ou entidade pública federal recebe orçamento de outro órgão da União para executar ações e políticas públicas, que podem ser de interesse recíproco ou apenas de quem envia o orçamento.

		<ul style="list-style-type: none"> ▪ Estimular a participação social ▪ Operar, manter e conservar o patrimônio público que for gerado ▪ Prestar contas dos recursos federais transferidos ▪ Criar a Unidade Executora Local – UEL* ▪ Instalar e manter o posto territorial ou o escritório/plantão social
	Unidade Executora Local (UEL)*	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Responsabilizar-se pela concepção e implementação das intervenções de urbanização
Beneficiários	Famílias atendidas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Participar de forma ativa ▪ Fornecer dados ▪ Atender às solicitações do Agente Executor ▪ Apropriar-se dos bens e serviços disponibilizados da maneira prevista nas normas
Entidade de Assessoria Técnica	Organização da Sociedade Civil (OSC), Instituição de Ensino Superior, ou demais Pessoas Jurídicas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Mediar e qualificar os contatos entre Agente Executor e as famílias ▪ Elaborar o Plano de Ação Periferia Viva ▪ De acordo com a escolha do Proponente, também poderá elaborar projetos, executar o trabalho social, executar a regularização fundiária e a avaliação pós-intervenção

*A concepção e implementação das intervenções de urbanização de assentamentos precários com valor de investimento superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) deverão estar sob a responsabilidade de uma Unidade Executora Local – UEL, constituída, formalmente, por ato administrativo do Proponente/Agente Executor.

Quadro 2: Papéis dos diferentes atores no Programa Periferia Viva.

1.6 Recorte espacial

Para a seleção do Novo PAC, a ação de Urbanização de Favelas vinculada ao Programa Periferia Viva parte da definição de duas delimitações: o Território Periférico (ou Macroárea) e a Poligonal de Urbanização Integral. Essa definição é tarefa do Proponente, e deve fazer parte da proposta enviada para seleção do Ministério das Cidades, preferencialmente a partir de processos participativos e de consultas públicas.

O Território Periférico (Macroárea) deve ser uma extensão territorial contínua (**ver Figura 3**) com um perímetro bem delimitado (**ver Figura 4**) por elementos urbanos (rodovias, linhas de trem, grandes equipamentos urbanos), naturais (como rios, vales, morros), culturais (territórios com forte identidade e sensação de pertencimento por parte de uma população) ou administrativos (divisões administrativas em bairros, subprefeituras, setores, regiões).

Macroárea
Contínua



Macroárea
Descontínua



Figura 3: Continuidade da Macroárea.

Exemplos de elementos que podem delimitar a Macroárea





Figura 4: Exemplos de elementos que podem delimitar a Macroárea.

Para participar da seleção do Programa Periferia Viva, é preciso que o Território Periférico (Macroárea) seja predominantemente ocupado por populações em situação de vulnerabilidade social, ou seja, por pessoas que não possuem acesso pleno aos seus direitos fundamentais, por conta de situações como:

- Baixa renda familiar, desemprego ou subemprego;
- Insegurança da posse de suas moradias;
- Condições ruins de moradia;
- Carência de infraestrutura adequada, como abastecimento de água potável, saneamento, fornecimento de energia elétrica e acesso a transporte público precários;
- Falta ou insuficiência de equipamentos públicos como escolas, unidades de saúde ou centros de assistência social;
- Exclusão digital e baixo acesso a telefone e internet;
- Falta de espaços verdes e de lazer.

O Programa Periferia Viva se aplica a todo o Território Periférico e deve combinar todas as ações, políticas, projetos e intervenções desenvolvidas pelo poder público para atender às necessidades da área.

O Território Periférico deve possuir um ou mais assentamentos precários (**ver Figura 5**), que serão demarcados como Poligonais de Urbanização Integral. Tais assentamentos precisam se encaixar em uma das seguintes modalidades:

- **Favela:** composta principalmente de casas autoconstruídas de maneira espontânea em propriedade irregular, geralmente carente de infraestrutura e serviços e com altas densidades.
- **Cortiço:** construções subdivididas para habitação coletiva, geralmente superlotadas e com banheiros divididos por diversos moradores ou famílias.
- **Loteamento irregular de baixa renda:** construídos sem aprovação da prefeitura ou sem atender às condições legais exigidas, geralmente autoconstruídos e sem infraestrutura adequada.
- **Conjunto habitacional degradado:** produzido pelo poder público, necessitando reabilitação ou readequação por precisar de manutenção ou ter sido construído de forma incompleta.





Google Street View

**Conjunto
Habitacional
Degradado:**
Conjunto
Beira-Mar,
Paulista/PE



Favela da Caixa d'Água, São Paulo/SP



Figura 5:
Diversidade de
assentamentos
precários.

Cortiço: Bairro Bela Vista, São Paulo/SP

Vale lembrar que a área da Poligonal de Urbanização Integral deve estar ocupada principalmente por populações que estejam recebendo até 3 salários-mínimos por pelo menos cinco anos. Mas, se a área estiver sujeita a risco, à insalubridade, estiver localizada em lugares inadequados para moradia ou em situação de calamidade pública, a área pode ser uma Poligonal de Urbanização Integral.

O assentamento precário marcado como Poligonal de Urbanização Integral é a parte mais precária dentro do Território Periférico (Macroárea). Nele, acontecerão intervenções urbanísticas maiores, no Eixo de Infraestrutura Urbana do Programa. Como o nome já diz, a intenção é que essa parte passe por uma urbanização integral, que atenda ao conjunto das necessidades materiais dos moradores. Serão consideradas não apenas as melhorias no espaço público, mas também as carências de habitação (tanto porta para fora como porta para dentro), incluindo as seguintes intervenções:

- Construir a infraestrutura urbana necessária (saneamento básico, manejo de águas pluviais, iluminação pública, acessibilidade e adequação do sistema viário);
- Agir para reduzir riscos de desastres (como deslizamentos de terra, alagamentos, enxurradas, inundações);
- Construir e qualificar equipamentos (como escolas, unidades de saúde, bibliotecas) e espaços públicos (como praças e outros espaços de permanência e lazer);
- Implantar e qualificar conexões e acessos que melhorem a acessibilidade da área em relação à sua vizinhança (como a criação de novas vias, pontes, passarelas, ciclovias e calçadas e promoção de ruas seguras);
- Melhorar as condições das moradias (reformas das casas) e a construir novas unidades habitacionais;

- Recuperar as áreas degradadas e promover soluções baseadas na natureza (como jardins de chuva, telhados verdes, biovaletas, lagos de contenção e parques urbanos);
- Realizar a regularização jurídico-fundiária em favor das famílias moradoras.

A relação entre a Macroárea e a Poligonal de Urbanização Integral, além dos tipos de intervenções requeridas está representada na **Figura 6**.

Porém, existem ações que podem ser realizadas fora da Poligonal de Urbanização Integral. O Programa admite intervenções de qualificação urbanística no Território Periférico (Macroárea) fora das poligonais que definem os assentamentos precários. Ainda que essas áreas não apresentem carências urbanísticas tão essenciais como a área da Poligonal de Urbanização Integral, elas ainda necessitam que suas infraestruturas sejam complementadas, para garantir melhores condições de vida ao conjunto de sua população.

Também é preciso considerar que algumas soluções para problemas apresentados nas áreas contidas nas Poligonais de Urbanização Integral exigem intervenções fora delas. Por exemplo, as intervenções para reduzir riscos de desastres devem ser planejadas a partir das bacias e sub-bacias hidrográficas. Nesse caso, as obras devem ser feitas em zonas que não estão dentro do assentamento precário que é foco da urbanização integral.

Porém, essas intervenções de qualificação urbanística têm um escopo mais específico e precisam atender a pelo menos um dos seguintes aspectos:

- Melhorar a acessibilidade e a conexão do Território Periférico (Macroárea) com a malha urbana do restante da cidade;
- Ampliar e qualificar o oferecimento de equipamentos e espaços públicos;
- Promover soluções baseadas na natureza para a melhoria do ambiente urbano, a redução de riscos e a prevenção a desastres.

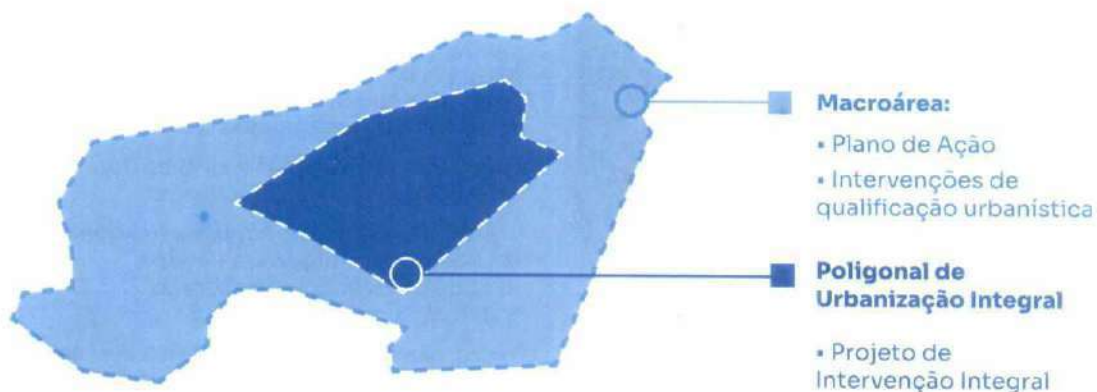


Figura 6: Relação entre intervenções e os perímetros de atuação.

A **Figura 6** mostra a relação entre as escalas de intervenção e os projetos incluídos no Programa Periferia Viva.

A delimitação do Território Periférico (Macroárea) pode coincidir com a Poligonal de Urbanização Integral, se assim o Proponente

julgar pertinente. Nesse caso, toda a área delimitada será objeto de urbanização integral. Da mesma forma, podem existir várias Poligonais de Urbanização Integral dentro de um mesmo Território Periférico (Macroárea), dispostas de maneira descontínua. As diferentes composições podem ser vistas na **Figura 7**.



Figura 7: Relação entre a Macroárea e a Poligonal de Urbanização.

1.6.1. Áreas de reassentamento ou remanejamento

As intervenções urbanísticas do Programa Periferia Viva, que integram o eixo Infraestrutura Urbana, podem fazer com que seja necessário alterar o local de habitação dos moradores. Nesse caso, a proposta do Proponente deve incluir a definição de outras áreas:

- **Área que será submetida a remanejamento ou reassentamento (origem):** área que não pode ser ocupada e cujos moradores precisarão ser instalados em outra localidade.
- **Área de reassentamento (destino):** área fora da Poligonal de Urbanização Integral onde unidades habitacionais novas serão construídas, de preferência dentro do próprio Território Periférico (Macroárea).
- **Área de remanejamento (destino):** área dentro da Poligonal de Urbanização Integral onde serão construídas novas unidades habitacionais.

No entanto, é importante destacar que o reassentamento ou remanejamento de famílias deve ser encarado como algo a ser feito apenas em caso extremo. Isso deve ocorrer apenas quando parte da Poligonal de Urbanização Integral estiver em uma área imprópria para morar, oferecer risco à vida de seus moradores ou a desocupação for fundamental para a regularização urbanística do Território Periférico (Macroárea), conforme condições estabelecidas pelo Manual de Instruções para Apresentação de Propostas do Programa Periferia Viva - Urbanização de Favelas.





Luana Alves

Comunidade dos Canos, Paulista/PE

Se for necessário reassentar, o que fazer?

Quando reassentar as famílias nos projetos de urbanização integral de assentamentos precários for indispensável, deve-se garantir o direito à moradia adequada, que as atividades produtivas possam continuar e que a população acesse todos os serviços urbanos. As seguintes medidas podem tornar esse processo mais justo e eficaz:

• **Reassentamento em áreas próximas**

Quando não for possível o remanejamento dentro da Poligonal de Urbanização Integral, a oferta da nova habitação deve buscar localidades próximas, para que os laços sociais construídos nas comunidades de origem não se percam. Deve-se evitar novas frentes de urbanização em áreas distantes, porque elas causam altos custos de abastecimento de infraestrutura para os municípios.

• **Possibilitar um processo participativo e transparente**

O processo de reassentamento é o segundo de três fases: antes de reassentar, mobilizar-se a sociedade; depois, há o processo de pós-ocupação. Todas essas fases devem ser comunicadas amplamente às famílias envolvidas, para garantir que as informações cheguem às pessoas atendidas e todas as suas necessidades possam ser satisfeitas.

• **Oferecer opções adequadas ao arranjo familiar às suas capacidades de pagamento**

Nem sempre o reassentamento para uma nova moradia é a melhor opção para a pessoa atendida, porque pode aumentar os custos de moradia, por exemplo, com um possível financiamento ou despesas da formalização da residência. Além disso, podem existir opções de reassentamento inadequadas para o tamanho da família, ou as relações de trabalho podem ficar mais difíceis, seja por não ter espaço ideal na nova unidade ou pela distância do local de trabalho. É importante que a intervenção de urbanização integral considere esses fatores quando oferecer opções de reassentamento às famílias.

• **Ofertar a “chave a chave”, para evitar abrigos provisórios ou auxílios temporários**

É importante que as famílias que serão reassentadas possam sair de suas casas diretamente para a moradia definitiva.

Além de ser mais seguro, isso evita que o contato entre o Agente Executor e as pessoas atendidas seja perdido, o que muitas vezes acontece nos reassentamentos.

• **Oferecer habitação provisória perto da área de intervenção**

Quando as famílias precisarem se deslocar temporariamente, uma medida muito importante a ser tomada é buscar a possibilidade de pagar bolsa-aluguel para as famílias e de fazer convênios com hotéis e pensões próximos às suas moradias originais. Isso porque a realocação para abrigos temporários dificilmente é adequada para os diferentes tipos de família existentes.

• **Realizar Trabalho Social integrado**

É necessário um Trabalho Social integrado que possa garantir que a comunidade seja mobilizada e organizada antes do reassentamento. Isso inclui mediação de conflitos e apoio para geração de trabalho e renda, educação ambiental, sanitária e patrimonial. Deve haver avaliação e monitoramento antes e após a realocação. Para fortalecer o sentimento de pertencimento e cuidado com as novas moradias, as famílias devem participar do desenvolvimento dos projetos.

• **Incentivar a gestão colaborativa do condomínio e do prédio**

Estimular que os próprios moradores e moradoras façam a gestão de seus condomínios pode trazer benefícios financeiros importantes. Assim, não é preciso contratar uma administradora externa e as necessidades locais podem ser atendidas de forma mais eficaz.

• **Dar prioridade para mães solo, famílias com crianças, idosos e pessoas com deficiência**

Todas as pessoas devem ser atendidas, mas os grupos mais vulneráveis precisam ser priorizados.



Plano de Ação Periferia Viva

O Plano de Ação Periferia Viva é o principal instrumento de planejamento participativo do Programa Periferia Viva. Seu objetivo é definir as ações que têm prioridade, as intervenções urbanísticas e as políticas públicas necessárias, de forma integrada e transversal. Isso para enfrentar e solucionar aos poucos as condições de vulnerabilidade do território em que o Estado irá atuar quando colocá-las em prática. Quem deve elaborar o Plano é a entidade de Assessoria Técnica, selecionada pelo Agente Executor.

Conforme já falado, o Plano deve abranger o Território Periférico (Macroárea) como um todo. Sua elaboração se inicia com o mapeamento de agentes e a organização do processo participativo que guiará todo o desenvolvimento do Plano de Ação. Depois, usando dados já produzidos e levantados pela Assessoria Técnica, o diagnóstico socioterritorial da área é realizado. Ele poderá indicar a necessidade de adaptações na proposta apresentada pelo Proponente no processo de seleção do Novo PAC. De acordo com o contato com a comunidade, os projetos técnicos poderão ser alterados, hierarquizados e divididos em fases para melhorar a execução das obras, de acordo com a dinâmica de vida e ocupação de cada território.

Também faz parte da finalidade do Plano planejar e executar uma Ação Tática. Entende-se essa ação como uma ou mais microintervenções

para qualificação urbanística do território periférico, e elas fazem parte das estratégias de mobilização para que as ações do Plano sejam desenvolvidas e implementadas.

Para além disso, o Plano deve definir os arranjos institucionais² e as parcerias com agentes públicos, sociedade civil e comunidade, assim como indicar fontes de financiamento para o conjunto de ações, intervenções e políticas esperadas para a área. É importante destacar que a urbanização é apenas um dos elementos desse conjunto que integra o eixo de Infraestrutura Urbana do Programa Periferia Viva. O Plano também define estratégias para os outros três eixos do Programa: Equipamentos Sociais; Fortalecimento Social e Comunitário; e Inovação, Tecnologia e Oportunidades.

Dentro do Plano também se preenche a matriz padrão de ações financiáveis pelo Programa Periferia Viva, fornecida pelo Ministério das Cidades. Essa matriz é o cardápio de políticas, ações e programas do Governo Federal que estarão disponíveis para implementação no território periférico. Seu preenchimento deve considerar todas as informações produzidas para a elaboração do Plano e ser validado pela comunidade. O objetivo da matriz é contribuir para que as políticas federais sejam integradas e para que as necessidades locais sejam de fato atendidas.

2. Os arranjos institucionais são compreendidos como "as regras e instâncias específicas estabelecidas, para definir a forma de coordenação das políticas, envolvendo um número significativo e heterogêneo de agentes públicos e privados, abrangendo diferentes etapas do ciclo das políticas públicas". Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/hsyCHXqZJGGVgWVjg4TLtZyl/>. Acesso em 17 nov. 2023.

2.1 Participantes na elaboração do Plano de Ação



Paloma Luna

A entidade de Assessoria Técnica, selecionada pelo Proponente, é a participante que elabora o Plano de Ação. Sua atuação envolve ações de articulação, mobilização social, planejamento territorial e monitoramento.

O papel de Assessoria Técnica pode ser assumido por Organizações da Sociedade Civil (OSCs), Instituições de Ensino Superior e outras pessoas jurídicas capacitadas. A contratação de OSCs deve seguir o Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC). Esse marco traz o regime jurídico aplicado para a relação entre governo e essas organizações, e a atuação das OSCs são permitidas em rede para o cumprimento dos objetivos acordados. Já no caso de pessoas jurídicas, podem-se formar consórcios.

A participação de organizações, coletivos e movimentos que já desenvolvem ações territoriais focadas na redução de desigualdades deve ser estimulada. Para fortalecer essa colaboração, recomenda-se que os Proponentes façam editais para a seleção das entidades de Assessoria Técnica que priorizem a contratação dessas organizações. Dessa maneira, a experiência e o conhecimento prévio dos territórios é aproveitado. Isso pode facilitar a elaboração do Plano de Ação, principalmente quando já existe uma relação estabelecida com a comunidade.

Para que a entidade de Assessoria Técnica seja selecionada pelo Agente Executor, os interessados devem enviar proposta com a descrição detalhada das etapas de elaboração do Plano de Ação. Na seleção, o Agente Executor precisará seguir critérios relacionados aos anos de existência da entidade, à sua capacidade técnica e à composição de sua equipe. Esses critérios foram pensados para garantir que a entidade tenha toda a estrutura e a competência para realizar as atividades de elaboração do Plano de Ação.

Em relação ao tempo de atuação, a entidade deverá comprovar no mínimo três anos de existência formal. Para provar capacidade técnica, deve-se comprovar experiência em trabalhos que envolvam elaboração de projetos e planos participativos, gestão de conflitos, capacitação de equipes e comunidades, articulação institucional (envolvendo a administração pública, agentes privados, universidades, sociedade civil), entre outras competências, detalhadas no Manual de Instruções do Programa Periferia Viva.

A composição da equipe deve incluir, no mínimo:



1 coordenador(a),
com experiência
em coordenação
de projetos.



**1 profissional de
Arquitetura e Urbanismo,**
com experiência no
desenvolvimento de
planos participativos,
responsável
técnico pela área de
planejamento urbano.



**2 profissionais
de nível
superior,** com
experiência no
desenvolvimento
de ações
socioterritoriais
em assentamentos
precários.



**2 mobilizadores
locais.**



**1 profissional de
trabalho social,**
com experiência
em assessoria ou
assistência técnica,
responsável pelas
ações de mobilização
comunitária e
trabalho social.



**1 profissional de
Arquitetura e Urbanismo
ou Engenharia,**
com experiência no
desenvolvimento de
projetos técnicos
de urbanização de
assentamentos precários.

Equipe básica

Atenção para a seleção dos (as) mobilizadores(as) locais. Ela deve ser criteriosa, para garantir que sejam pessoas com boas relações na comunidade, com perfil para articulação, mediação de conflitos e habilidades de comunicação.

Parte dos profissionais irão compor a equipe básica da Assessoria Técnica – coordenador(a), arquiteto(a/e) urbanista, profissional de trabalho social e mobilizadores locais –, que deverá permanecer instalada e operando

continuamente no Posto Territorial durante todo o processo de elaboração e acompanhamento do Plano de Ação Periferia Viva.

Vale ressaltar que o Agente Executor poderá definir se a entidade de Assessoria Técnica irá desenvolver outras atividades necessárias para a implementação da intervenção, como, por exemplo: elaboração de projetos, execução do Trabalho Social, execução da regularização fundiária, e execução da avaliação pós-intervenção. É inclusive recomendado que essas atividades sejam assumidas pela Assessoria Técnica, como forma de garantir a continuidade e integração das ações do Programa.

Outro alerta é importante: o Agente Executor precisará ficar atento para a ocorrência de serviços duplicados, principalmente em relação ao Trabalho Social previsto para as intervenções de urbanização. Ele deverá tornar compatíveis os termos de referência das contratações.



Figura 8: Atores que interagem com o Posto Territorial.

Rede Periferia Viva

Para apoiar a elaboração dos Planos de Ação pelas Assessorias Técnicas (ATs), a **Rede Periferia Viva** será formada, **a partir da seleção do Novo PAC Urbanização de Favelas**. Essa rede integrará as diferentes ATs, para proporcionar **trocas de experiências e apoio técnico** na realização das diferentes fases do Plano de Ação: seja na articulação comunitária, na elaboração e execução dos projetos de urbanização integral ou na implementação das Ações Táticas.

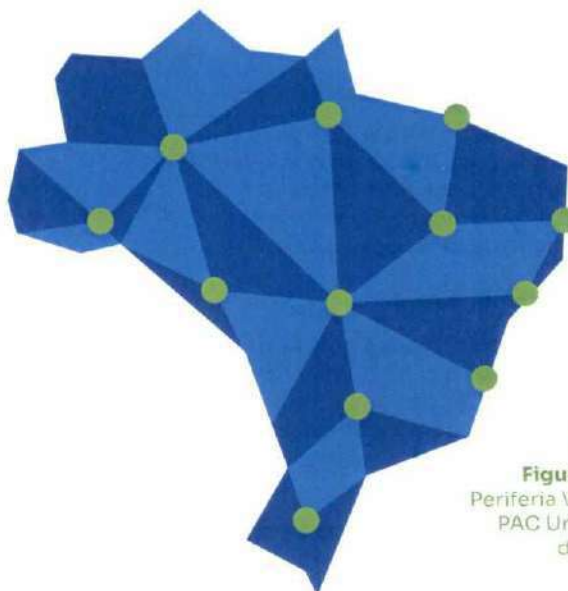


Figura 9: Rede Periferia Viva "Novo PAC Urbanização de Favelas".

A Rede Periferia Viva do Novo PAC Urbanização de Favelas apoiará as ATs da seguinte forma:

Mentorias Temáticas

Compartilhamento de boas práticas em assuntos de interesse das ATs, tais como: utilizar ferramentas de articular a comunidade e criar projetos de maneira compartilhada; formas de mapeamento de agentes locais; comunicação e disseminação; ferramentas de leitura do território como apoio ao trabalho social; ações de urbanismo tático; e práticas para o enfrentamento das desigualdades socioterritoriais e da mudança climática, entre outros temas propostos pela Rede Periferia Viva.

Eventos on-line, para troca de experiências entre as cidades

Trocas de experiências periódicas, para o compartilhamento de aprendizados entre as ATs, buscando a criação de uma rede de apoio entre elas.

Debates abertos com especialistas

Profissionais especializados nos temas trabalhados pelas ATs serão convidados a compartilhar conhecimento e práticas e trazer novos caminhos para a elaboração dos Planos de Ação.

Informativo bimestral

As informações trocadas pela Rede Periferia Viva, os assuntos de interesse comum e atualizações das ações nos territórios serão compartilhadas em um canal digital, com veiculação periódica.

Disponibilização de materiais de apoio

A Rede Periferia Viva dará acesso a cursos, capacitações e materiais de apoio para a elaboração dos Planos de Ação. Isso inclui materiais produzidos pelo projeto TUC (www.urbancoalitions.org/pt-br), parceiro da Rede Periferia Viva que está promovendo transformações urbanas em cinco cidades da América Latina.

Integração com as redes do TUC

As ATs estarão em contato com as várias instituições que compõem o projeto Alianças para Transformação Urbana (UNU-EHS, WRI Brasil, World Resources Institute, IIED e IDOS), a fim de trocar conhecimento e disseminar suas ações em outros países do Sul Global.

Todo o material da **Rede Periferia Viva do Novo PAC Urbanização de Favelas** será armazenado e compartilhado em um canal específico na ReDUS (www.redus.org), plataforma criada para incentivar pessoas e organizações a atuarem em rede para construir um futuro mais sustentável para nossas cidades.



2.2 Posto Territorial

Como dito na seção que trata do Programa Periferia Viva, as ações de planejamento, acompanhamento e mediação devem ocorrer a partir de um Posto Territorial instalado no Território Periférico pelo Agente Executor. Nesse posto, atuará a entidade de Assessoria Técnica que irá elaborar o Plano de Ação.

A escolha do local onde será a sede do Posto Territorial deve ser cuidadosa. Assim, pode-se garantir, ao mesmo tempo, um bom ambiente de trabalho e uma interação contínua entre a Assessoria Técnica e a população local. Por isso, é importante que o local seja um ponto de referência visível, fácil de acessar e acolhedor para a comunidade.

O Posto pode ser alojado em imóveis próprios do Agente Executor, em estabelecimentos locados, cedidos ou até mesmo construídos para isso.

Ele pode ser instalado, por exemplo, em uma casa alugada, uma associação de moradores ou em salas de uma escola. O mais importante é que o acesso seja público e o espaço físico seja adequado para abrigar a equipe da entidade de Assessoria Técnica e receber a comunidade local nas dinâmicas do processo participativo. Além disso, é obrigatório que a parte externa da edificação seja sinalizada com identidade visual fornecida pelo Ministério das Cidades, o que torna o lugar facilmente reconhecido e associado ao Programa Periferia Viva. Algumas possibilidades são demonstradas na **Figura 10**.

Já que os serviços que o Posto Territorial e o Trabalho Social oferecem são similares, o Posto poderá funcionar também como escritório/plantão social do Trabalho Social. Essa escolha depende do Agente Executor.

Escola



Posto de Saúde

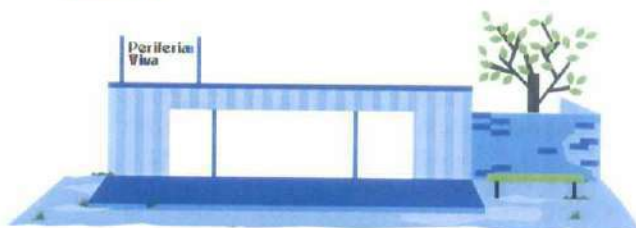


Figura 10: Diversidade dos Postos Territoriais e aplicação da identidade visual.

Associação de moradores



Contêiner em terreno baldio/prça



Ruas da Comunidade



Conjunto Habitacional



Trabalho Social

A participação da população que mora no Território Periférico (Macroárea) é necessária na elaboração do Plano de Ação Periferia Viva, em todas as suas etapas. Por isso, a Assessoria Técnica responsável pelo Plano deve utilizar metodologias de participação social específicas, semelhantes às utilizadas na elaboração do Trabalho Social e outros processos participativos, tanto para estimular o engajamento das pessoas moradoras na leitura técnico-comunitária, como garantir seu protagonismo nos processos decisórios e na pactuação das estratégias a serem adotadas no Plano de Ação.

Desse modo, a Assessoria Técnica deve incluir em sua equipe profissionais com experiência na área social e em processos participativos, e assim também pode estar apta a desenvolver o Trabalho Social, se essa for uma escolha do Ente Público.

A elaboração do Plano de Ação ocorre simultaneamente com a elaboração do Projeto do Trabalho Social e sua implementação na etapa pré-obra. Assim, tanto a organização do processo participativo e a leitura técnico-comunitária do Plano devem estar articuladas com o processo de mobilização, organização e fortalecimento social, previsto no Trabalho Social, e seus estudos, diagnósticos integrados e participativos, como parte das estratégias do Plano de Ação podem ser implementadas pelas ações do Trabalho Social.

Nesse sentido é importante compatibilizar os termos de referência para evitar duplicidade de serviços e integrar as ações.

O Trabalho Social envolve ainda atividades que interferem mais diretamente no dia a dia da população moradora da Poligonal de Urbanização Integral, com o objetivo de dar suporte à intervenção do poder público junto às famílias beneficiárias, incluindo estratégias como plantão social, e promover a participação das pessoas beneficiárias nos processos de decisão, implantação e acompanhamento das intervenções de urbanização.

Assim, é importante destacar que o Trabalho Social exige diagnósticos mais bem detalhados para a poligonal de urbanização, como a realização de pesquisa sociofamiliar censitária dos moradores diretamente atingidos, de forma que se possa atuar em situações em que é inevitável a demolição de moradias, que implicam no remanejamento e reassentamento de famílias, ou ainda em situações de atendimento com diferentes soluções habitacionais.

As ações pós-obras de urbanização ou pós-ocupação das moradias também integram o escopo do Trabalho Social, e objetivam fomentar processos de inclusão produtiva e social, capacitação profissional, processos socioeducativos que englobem educação ambiental e patrimonial, com informações

sobre o uso e manutenção dos equipamentos e serviços implantados, ou ainda a implantação de gestão condominial, quando as habitações forem produzidas sob essa modalidade.

O conjunto de estratégias do Trabalho Social deve ser decidido com a população. Esse conjunto deve atuar para superar as carências mais urgentes e promover as potências

identificadas na comunidade e que demandam incentivo. Dessa forma, o Trabalho Social permite muitas formas de se agir para o desenvolvimento social do território, como promover a cultura local, reconhecer iniciativas através de premiações e apoiar ações coletivas que já acontecem no território e contribuem para que os direitos sociais dos beneficiários da urbanização e da população da Macroárea sejam garantidos.



Figura 11: Potências e carências identificadas pelas populações e coletivos periféricos na Caravana das Periferias, promovida pela Secretaria Nacional de Periferias do Ministério das Cidades, 2023.



O Trabalho Social possui regulamentação específica, que integra os diversos Programas e Ações do Ministério das Cidades, e estabelece as normas e as orientações para que ele seja elaborado, contratado e executado.

2.3 Etapas do Plano de Ação

Na seleção de assessorias técnicas, as entidades devem apresentar um cronograma físico-financeiro para a elaboração do Plano de Ação Periferia Viva. Ele deve apresentar, com detalhes, as etapas previstas, que podem ser distribuídas em um prazo sugerido de **seis meses**, incluindo:

- A. Organização do processo participativo
- B. Leitura técnico-comunitária
- C. Planejamento da estratégia de ação
- D. Elaboração ou adequação de projetos
- E. Arranjo institucional
- F. Ação Tática
- G. Mediação e pactuação das etapas de projeto

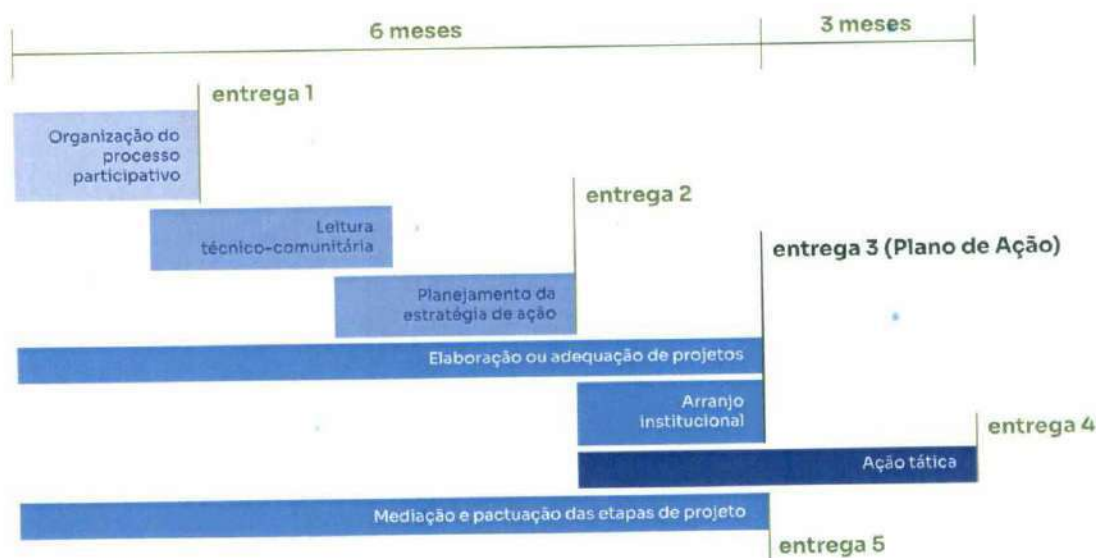


Figura 12: Cronograma sugerido para elaboração das etapas do Plano de Ação Periferia Viva.

Conforme mostra a **Figura 12**, as entregas podem incluir produtos de mais de uma etapa do Plano de Ação. Além disso, diferentes etapas podem ser realizadas ao mesmo tempo, dependendo das especificidades de cada território. Por exemplo, a leitura técnico-comunitária pode começar sem que a etapa de Organização do processo participativo esteja totalmente concluída. Basta que aconteça um planejamento inicial.

Outras etapas podem acontecer ao longo de toda a elaboração do Plano de Ação, como a Elaboração ou adequação de projetos e a Mediação e pactuação das etapas de projeto. É possível iniciar a adequação dos projetos

técnicos da intervenção de urbanização ainda no início do processo e terminar só depois dos seis meses de elaboração do Plano. Da mesma forma, as ações da etapa de Mediação e pactuação das etapas de projeto também podem envolver todo o tempo do processo de elaboração do Plano ou, ainda, começarem apenas ao final da etapa de Arranjo Institucional.

Por fim, vale destacar que a etapa de Ação Tática pode durar mais que os seis meses recomendados para a duração total da elaboração do Plano de Ação. Nesse caso, sugere-se que ela seja concluída em até três meses após a entrega do Plano.

A seguir, estão detalhadas cada uma dessas etapas.



Paulo Sérgio/WRI Brasil

Residencial Edgar Gayoso, Teresina/PI

A. Organização do processo participativo

Uma das diretrizes gerais da política urbana no Estatuto da Cidade é a gestão democrática. A população e as associações representativas dos vários segmentos da comunidade devem participar da execução e do acompanhamento dos planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano. Isso é muito importante porque a participação social contribui diretamente para reduzir desigualdades socioespaciais.

Às vezes, o protagonismo cidadão é visto apenas como cumprimento de protocolo. Porém, quando ele é incluído nas prioridades do desenvolvimento urbano, os benefícios são concretos. A governança aberta melhora a efetividade, reduz a corrupção e torna as políticas mais eficientes, rápidas e legítimas. Além disso, para que o desenvolvimento urbano sustentável aconteça, é necessária continuidade. A participação da sociedade civil contribui para isso, apesar das mudanças políticas.

Para resolver problemas urbanos complexos, deve-se ter uma visão sistêmica, o que não é o caso apenas com conhecimentos técnicos e visão exclusiva dos poderes públicos. Acessar várias perspectivas de vivência na cidade ajuda a identificar prioridades e lacunas de conhecimento. Grupos marginalizados, como os de pessoas negras, LGBTQIAP+, residentes em espaços estigmatizados e mulheres, enfrentam mais desafios em ambientes públicos e privados. Garantir sua participação em decisões promove justiça e impacta positivamente aqueles que mais precisam.

O desafio da governança participativa é garantir que a comunidade participe de maneira significativa e transformadora, o que é possível por meio de formatos que permitam o controle cidadão: espaços onde existe negociação em pé de igualdade, veto de medidas pela comunidade, gerenciamento compartilhado de programas e controle sobre os recursos.

A participação social deve ser aplicada em todos os estágios da criação de planos, políticas e projetos, trazendo benefícios em todas as fases:



Figura 13: A participação social é transversal a todas as fases.

Caminhos possíveis

1. Instalar a Assessoria Técnica no Posto Territorial: como previsto na seção 2.2, um dos elementos do Plano de Ação é a instalação de um Posto Territorial, onde a Assessoria Técnica será instalada. O governo local tem a responsabilidade de escolher, com a comunidade, um local que esteja de acordo com as orientações do Ministério das Cidades. O governo deve também fazer adequações para que o Posto seja ponto de incentivo e sede, mesmo que em partes, dos processos participativos.

2. Mapear os agentes envolvidos: para identificar quem está interessado, é importante considerar todas as pessoas ou grupos afetados, que tenham influência ou interesse no projeto. É necessário ter em mente não só com o que poderão contribuir, mas também o que motivará o seu envolvimento. O mapeamento desses agentes tem pontos cegos e é sempre influenciado por quem o faz. Para lidar com isso, é preciso sempre revisar o mapeamento com a participação da comunidade.

3. Mapear as potências existentes: iniciativas locais já estabelecidas, como, por exemplo, hortas comunitárias, cozinhas solidárias e associações esportivas podem ser fortalecidas pelo projeto, o que potencializa a transformação social. Grupos de idosos, religiosos, entre outros, que são muitas vezes pouco encorajados a se envolver, também devem ser observados e incluídos. Seu mapeamento pode ser feito junto com o mapeamento de agentes e acelerado com a ajuda da própria comunidade. O envolvimento nas iniciativas já existentes ajuda a reduzir o tempo de implementação do projeto, porque pode identificar e aproveitar as capacidades ou potências presentes.

4. Definir os formatos utilizados no processo participativo: todos os métodos de um processo de participação têm pontos fortes e fracos. O segredo é escolhê-los para o propósito e o contexto específicos. Muitas

vezes, é desejável mais de um método, e eles podem ser combinados para atingir certos objetivos. É possível também que os níveis de envolvimento variem em diferentes momentos, ao longo do projeto. É importante dar aos indivíduos e às organizações envolvidas a oportunidade de ajudar a planejar o seu próprio envolvimento.

5. Elaborar um Plano de Comunicação e Mobilização:

parte do processo de participação inclui comunicar tanto o que acontece durante o planejamento quanto durante a execução e o monitoramento. É muito importante definir estratégias específicas para os diversos públicos. Vale refletir: de que maneira as especificidades e costumes locais podem afetar o processo de comunicação? Que medidas precisam ser incluídas, caso o envolvimento precise mudar durante o processo? Como essas medidas afetam os prazos e os custos gerais?

Porto do Capim, João Pessoa/PB



Métodos e ferramentas

Mapa de Atores:

Existem muitas formas de analisar ou mapear as partes interessadas e a maioria envolve categorizá-las de alguma forma. A abordagem mais comum é classificar as partes interessadas em uma matriz segundo seus níveis de interesse e influência na transformação do território.

Figura 14: Matriz interesse x influência.



- As partes interessadas na categoria **“gerenciar de perto”** (alto interesse – alta influência) são aquelas com as quais é provável que seja fácil de se envolver. Muitas vezes, nesta categoria são incluídas associações de bairro, governos locais e movimentos sociais.
- Na categoria **“manter satisfeito”** (baixo interesse – alta influência), é necessário um esforço especial para os agentes se envolverem no Plano de Ação. Aqui podem estar incluídas secretarias municipais, concessionárias de água e saneamento, setores da construção civil etc.
- Os que estão na categoria **“manter informado”** (alto interesse – baixa influência), apoiam e são

muito impactados pelo projeto, mas não têm recursos ou a capacidade de influenciar as decisões. Muitas vezes, fazem parte de grupos minoritários ou marginalizados. Esses merecem atenção especial para garantir que se envolvam e capacitação para que estejam como iguais no processo.

- Aqueles da categoria **“monitorar”** (baixo interesse – baixa influência) geralmente não estão diretamente envolvidos. Monitore e mantenha-os atualizados de forma adequada sobre o processo, para que possam participar quando for necessário.



Paloma Luna

Ocupação 8 de Março, Boa Viagem, Recife/PE

Mapa de iniciativas:

A identificação de iniciativas pode começar com um mapa mental que mostre, em imagens, suas conexões, áreas de atuação e entidades envolvidas. Esse mapeamento pode ser apoiado pelos atores identificados no território. Além disso, as informações podem ser organizadas em uma tabela e complementadas com pesquisas de foco.

Mural físico:

Além de informar as pessoas moradoras sobre o andamento do projeto, criar um mural físico para a divulgação de dados e avanços do projeto é uma maneira de conectar as pessoas moradoras e o Posto Territorial. Essa ação pode estimular a visita ao local, estabelecer confiança por meio da transparência de informações e celebrar conquistas. Essa noção concreta de progresso mantém envolvimento, estimula novas participações, e muda mentalidades.



Recomendações

• **Escolher local adequado para instalação do Posto Territorial:** a estrutura física do Posto Territorial deve ter espaço suficiente para a equipe básica da Assessoria Técnica trabalhar com continuidade e realizar reuniões e atividades participativas com a comunidade e parceiros. Ela deve ser acessível e ter boas condições de uso, como iluminação e ventilação naturais, conforto térmico e acústico, salubridade e ambiente sem vazamentos. Da mesma forma, o ambiente precisa ter infraestrutura adequada, com fornecimento de água, esgoto, energia elétrica e acesso à internet, sempre que possível. É importante adotar medidas de segurança para garantir um ambiente confortável e acolhedor, tanto para a Assessoria Técnica quanto para os moradores locais.

• Para alcançar níveis transformadores de participação, não bastam as audiências públicas consultivas. Para mobilizar a população, deve haver **ações de capacitação** para que ela compreenda bem os temas em discussão. Isso não apenas reduz as diferenças de conhecimento e melhora a formulação de propostas, mas também promove a aprendizagem coletiva.

• **Reconhecer as vozes mais marginalizadas:** é importante entender que alguns grupos sociais apresentam maiores dificuldades para se envolver no processo participativo, por apresentarem maiores níveis de vulnerabilidade. No entanto,

elas precisam ser incluídas em todos os processos. Então vale refletir: quem mora em áreas mais **vulneráveis**? Quais são os grupos com menos voz na comunidade?

• **Alianças com quem já trabalha com justiça climática:** é benéfico identificar atores e grupos vinculados a ações que buscam a redução de risco de desastres, o combate ao racismo ambiental e a promoção de práticas mais sustentáveis, mesmo que de maneira não explícita. A defesa civil é uma importante aliada, mas iniciativas locais de recuperação de encostas ou de recolhimento e separação de resíduos também podem contribuir com o Plano de Ação.

• **Confiança mútua:** a construção de uma relação de confiança mútua é uma das bases para um processo participativo que funcione. Transparência, compartilhamento de dados, envolvimento em atividades concretas ou distribuição de responsabilidades são formas de fortalecer essa relação.

• **Pessoas guardiãs e facilitadoras:** em muitos lugares existem “pessoas guardiãs” que podem facilitar – ou dificultar – o acesso de pessoas externas ao território. O apoio dessas pessoas pode ser crucial para tornar possível o acesso à comunidade e impactar os sistemas de valores locais. É necessário ter sensibilidade para identificá-las, já que muitas vezes não é imediato

perceber quem são. Podem ser agentes de saúde ou líderes religiosos, por exemplo. Geralmente, há mais de uma pessoa nessa posição. Nesse caso, a Assessoria Técnica deve facilitar a relação entre elas. Também é importante proporcionar um sentimento de reconhecimento pelo trabalho que realizam.

• **Adaptação às necessidades concretas:**

os formatos de envolvimento devem ser adequados às necessidades práticas e culturais do território. O projeto tem de ir até onde a comunidade está, nos horários e dias oportunos. Quando apropriado, considere fazer atividades focadas no gênero ou na idade, para facilitar o acesso e garantir o bem-estar e a liberdade de participar.

• **Acessibilidade:** garanta que as comunicações possam ser facilmente compreendidas por todas as pessoas. Não utilize linguagem complexa ou muito técnica e use os meios mais abrangentes e inclusivos possíveis. Enquanto muitas pessoas têm facilidade em utilizar mensagens de texto ou

áudios, outras podem se relacionar mais facilmente com cartazes, cartas, carros de som ou anúncios na rádio comunitária. Isso também é um processo contínuo e de aprendizado. Prepare-se para ser flexível, ajustando atividades de comunicação conforme necessário.

• **Metodologias customizadas:** não existe uma forma de planejamento participativo que funcione para todos os grupos e situações. Por isso, metodologias e ferramentas sempre devem ser criadas ou adaptadas para o contexto local. Vários guias de ferramentas podem inspirar a definição das metodologias que serão aplicadas em cada território periférico.

• **Grupos de Trabalho:** a formação de Grupos de Trabalho (GTs) por temas específicos (como regularização fundiária, mobilização comunitária etc.) permite aprofundar as propostas e envolver a comunidade diretamente nas ações. Durante toda a elaboração do Plano de Ação, diferentes GTs podem ser criados para atender às necessidades emergentes.

Produto Etapa A

Relatório de síntese que contenha os mapeamentos iniciais, as estratégias de participação e os meios de comunicação.



B. Leitura técnico-comunitária

A leitura técnico-comunitária é mais do que a tradicional análise técnica, porque também incorpora a voz e a experiência da população local. São utilizados métodos e ferramentas para somar a perspectiva da comunidade na análise do contexto socioeconômico, cultural e ambiental do Território Periférico. Isso tem um papel fundamental porque estabelece uma conexão com a comunidade desde a primeira aproximação com o território. Assim, a leitura técnico-comunitária é uma oportunidade de engajamento e de empoderamento, e não só uma ferramenta para fornecer materiais ao Plano de Ação. Isso fortalece a participação ativa da comunidade e resulta em soluções mais duradouras e adequadas ao contexto.

Neste momento, é importante considerar os avanços já feitos antes mesmo de o território ser selecionado para o Programa Periferia Viva. É fundamental fazer essa leitura a partir dos dados e informações já apresentados pelo Proponente, inclusive os materiais entregues na candidatura ao programa. Esses materiais servem como um ponto de partida, possibilitando que o levantamento existente seja complementado e aprimorado. A leitura técnico-comunitária soma valor a esses dados quando os contextualiza com as percepções locais.

Caminhos possíveis

1. Validação dos perímetros: a partir dos territórios propostos na seleção, defina o alcance da leitura técnico-comunitária, validando os limites do que se entende como Território Periférico (Macroárea) e como Poligonal de Urbanização Integral. Atenção aos critérios expostos no item 1.7. Recorte Espacial.

2. Levantamento de bases de dados: é possível encontrar um bom número de dados geográficos, socioeconômicos, ambientais, fundiários, entre outros, em bases de dados de órgãos públicos ou outras bases consolidadas e abertas para uso público (ver 'Principais bases de dados disponíveis para consulta'). Além disso, pesquisas realizadas por universidades locais também são uma valiosa fonte de consulta.

3. Revisão dos marcos regulatórios e políticas públicas vigentes: análise minuciosa das leis e das políticas públicas existentes nas três esferas que podem afetar a Macroárea ou oferecer oportunidades. Muitas vezes não é necessário construir algo do zero, mas sim encontrar pontos de colaboração e aproveitar serviços e equipamentos que já são oferecidos.

Mapeamento de risco: o levantamento de risco geralmente é feito por uma equipe especializada que identifica áreas sujeitas a ameaças, como deslizamentos de terra, inundações, alagamentos, incêndios, entre outros. Além disso, a comunidade pode participar do mapeamento com a sua experiência local. Ao compreender os riscos existentes, a população se torna parceira no processo.

Mapeamento participativo: da mesma forma, o mapeamento também pode contar com a comunidade, tanto para localizar residências, infraestrutura e serviços, mas também para identificar potencialidades, aspirações e demandas no território.

Síntese, validação e consolidação da leitura técnico-comunitária: ao final, os principais desafios e potencialidades do território devem ser identificados e todos os materiais levantados na leitura do território devem ser articulados. A comunidade deve validar essa síntese, reunida em um único documento e compartilhada com o governo, parceiros técnicos e a comunidade.

Métodos e ferramentas

Técnicas de Visualização de Dados e Mapas:

Pode ser difícil ler dados e mapas para quem não está habituado a esses formatos. Por isso, é necessário tornar informações complexas mais compreensíveis e acessíveis. Infográficos,

ilustrações, diagramas, animações e mapas interativos são boas alternativas. Maquetes, colagens e renderizações também podem contribuir com a visualização de alternativas.

Mapeamento Afetivo:

Essa é uma metodologia que permite que a comunidade compartilhe suas percepções e emoções em relação ao território. Fornece uma compreensão mais profunda das relações emocionais e culturais que as pessoas têm com sua comunidade e como se sentem parte dela.



Mariana Mincarone

Praia do Serviluz, Fortaleza/CE

Figura 15: Exemplo de mapeamento afetivo.

Levantamento participativo de dados:

Quando não houver dados censitários e socioeconômicos da comunidade, é possível fazer pesquisas comunitárias participativas. Em alguns territórios já são realizados auto recenseamentos. Nesse método, os próprios moradores e moradoras desempenham um papel central para identificar, mapear e documentar as características e necessidades de sua própria comunidade. Assim, pode-se contar com a própria comunidade tanto para o fornecimento desses dados quanto para o processo de coleta. O uso dessa ferramenta pode ser visto nos casos do **Residencial Edgar Gayoso** (Teresina/PI) e da **Comunidade do Pilar** (Recife/PE).

Grupos focais para temas prioritários:

Também com a finalidade de aprofundar o entendimento sobre determinados temas, podem ser formados grupos dedicados a discutir questões específicas.

Ferramentas on-line de mapeamento:

Ferramentas como a "Tô no Mapa" permitem a criação de mapas interativos, com dados geográficos e informações relevantes. Também possibilitam o compartilhamento e a colaboração com pessoas da comunidade ou mesmo com os demais territórios participantes do Programa Periferia Viva.

Recomendações

Parcerias com instituições de ensino e de pesquisa: identificar instituições ou organizações de base comunitária que possam contribuir com conhecimentos já produzidos sobre o território ou que tenham interesse em desenvolver atividades de pesquisa e extensão para a leitura técnico-comunitária.

Risco vai além da presença de ameaças físicas: o mapeamento de risco é muito importante para uma intervenção em territórios periféricos. Porém, ele não pode ser utilizado como um discurso que culpabiliza a população ou promover remoções forçadas. O risco é uma união de fatores que inclui também a vulnerabilidade socioeconômica, a capacidade de mobilizar a população e as estratégias para que a comunidade responda a isso.

Assim, quando se for considerar essas estratégias, também devem ser avaliadas maneiras de aumentar a adaptabilidade da comunidade, e não apenas sua remoção.

Leitura além da superfície dos problemas: os conflitos socioambientais e a degradação ambiental devem ser analisados com o objetivo de buscar suas causas-raiz. Compreender as dinâmicas e os interesses envolvidos abre caminhos para soluções que tratam as origens dos desafios, e não apenas os sintomas superficiais. Um exemplo são os conflitos de mobilidade, muitas vezes causados pela ausência de equipamentos e serviços próximos à comunidade. Portanto, não se trata apenas de aumentar ou eletrificar frotas de ônibus, mas também de criar oportunidades de emprego, lazer e cidadania, dentro das próprias periferias.



Principais bases de dados disponíveis para consulta

Mapa das Periferias: desenvolvido pela Secretaria Nacional de Periferias, traz a experiência e a potência de territórios periféricos por todo o Brasil (<https://mapadasperiferias.cidades.gov.br/>).

Portal de Dados Abertos do Governo Federal: conjunto de dados disponibilizados pelos ministérios federais (<https://dados.gov.br/home>).

Portal IBGE: dados relacionados à população, economia, geografia, entre outros (<https://www.ibge.gov.br/>).

INPE: dados de sensoriamento remoto e informações geoespaciais, incluindo imagens de satélite e mapas (<https://www.gov.br/inpe/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos>).

IPEAdata: portal do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) que oferece dados macroeconômicos e regionais, além de dados e indicadores sociais (<http://www.ipeadata.gov.br>).

Dados do Programa Minha Casa Minha Vida: conjunto de dados abertos relativos ao programa MCMV (<http://dadosabertos.cidades.gov.br/dataset/dados-do-programa-minha-casa-minha-vida-pmcmv>).

Dados Abertos do Ministério de Meio Ambiente: conjuntos de dados relativos a indicadores ambientais (<https://dados.mma.gov.br/>).

Atlas Digital de Desastres no Brasil: registros de desastres ocorridos entre 1991 e 2022 no país (<http://atlasdigital.mdr.gov.br/>).

Dados Abertos da ANA: base de dados abertos da Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (<https://dadosabertos.ana.gov.br>).

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS): painéis de indicadores

de saneamento no país (<https://www.gov.br/cidades/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis>).

Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil: retratos do desenvolvimento humano sustentável e desigualdades no Brasil (<http://www.atlasbrasil.org.br/>).

Nações Unidas no Brasil: dados e relatórios relativos a diversas áreas de desenvolvimento sustentável (<https://brasil.un.org/pt-br/resources/publications>).

Plataforma SEEG: visualização das estimativas de emissões de gases de efeito estufa de municípios brasileiros (<https://seeg.eco.br>).

Observatório do Clima: dados e relatórios relativos à mudança do clima (<https://www.oc.eco.br/>).

OpenStreetMap: gerador de mapas com diversas camadas, incluindo transporte e mapa cicloviário (<https://www.openstreetmap.org/>).

Bases de dados municipais: diversos municípios possuem seus próprios institutos de pesquisa e planejamento urbano que produzem e sistematizam dados e indicadores do município.

A Lei de Acesso à Informação (LAI) é uma legislação federal brasileira que tem o objetivo de garantir o direito fundamental de acessar informações públicas. Ela pode ser utilizada para obter informações de diferentes órgãos públicos.

C. Planejamento da estratégia de ação

O Plano de Ação tem o objetivo de estruturar uma estratégia para reduzir desigualdades socioterritoriais, de forma abrangente e integrada. Assim, a etapa de planejamento é fundamental para alinhar o contexto geral do Território Periférico (Macroárea) e a sua relação com as futuras intervenções de infraestrutura urbana, equipamentos sociais, fortalecimento social e comunitário, inovação, tecnologia e oportunidades. Ou seja, com base na leitura técnico-comunitária do território, os objetivos de desenvolvimento urbano integrado devem ser priorizados. Os meios que serão utilizados para atingi-los também.

Nesta etapa, deve-se elaborar a estratégia geral do Plano de Ação, considerando desde a Macroárea até a urbanização dos assentamentos precários nela inseridos, e definir o escopo das Ações Táticas.

As Ações Táticas são microintervenções urbanas de baixo custo e pequena escala, definidas de acordo com as necessidades e os desejos apontados pela própria comunidade. Seu objetivo é promover melhorias imediatas em espaços públicos ou de uso comunitário, fortalecendo o engajamento e a mobilização social.

Exemplos de Ações Táticas

Melhorias viárias: melhorar a qualidade de vias, alinhado ao conceito de ruas completas, para a promoção da mobilidade sustentável e segura, priorizando pedestres e ciclistas, com calçadas confortáveis, faixas de pedestres, ciclovias e áreas de convivência. Essas intervenções não precisam envolver obras em uma primeira etapa, podendo ser feitas por meio de pintura de faixas de pedestres, reposicionamento de mobiliário urbano e vegetação.

Praças: transformação ou qualificação de áreas subutilizadas em espaços de encontro e lazer para uso eficiente e democrático do espaço público. Pode incluir o plantio de árvores, hortas, composteiras comunitárias, brinquedos, mobiliários, paletes etc.

Horta comunitária com compostagem: ao reciclar resíduos orgânicos e produzir alimentos em seu território, a comunidade pode economizar dinheiro em compras de supermercado e promover o acesso a alimentos saudáveis, especialmente em áreas onde a segurança alimentar é uma preocupação. A compostagem reduz a quantidade de resíduos enviados para aterros sanitários e enriquece o solo com nutrientes produzidos localmente.

Ecoponto: local para separação e coleta de materiais recicláveis, com o objetivo de promover a reciclagem e a redução do impacto ambiental causado pelo descarte de resíduos. A operação e a manutenção

dos ecopontos podem gerar empregos locais, desde a coleta e triagem de materiais até a gestão do local.

Espaço para feira comunitária: feiras comunitárias são eventos em que os membros da comunidade vendem produtos (artesanato, alimentos caseiros, roupas, arte etc.) ou serviços aos consumidores, o que pode desempenhar um papel significativo na geração de renda. Elas podem ser implementadas em vias, mediante seu fechamento temporário, ou em praças, parques, quadras esportivas e centros comunitários.

Campinho de futebol: proporciona um espaço acessível e gratuito para que as pessoas se envolvam em atividades físicas e até mesmo para estabelecer espaços de feiras e atividades comunitárias. Campinhos não precisam ter dimensões oficiais, mas é muito importante que sejam seguros para a prática, por exemplo, afastados de vias movimentadas.

Escadarias: desempenham um papel crucial em áreas de difícil acesso, proporcionando uma solução eficaz para a mobilidade em terrenos íngremes. A adequação das dimensões dos degraus e a presença de corrimãos são essenciais para garantir não apenas a segurança, mas também o conforto das pessoas que as utilizam.

Referências de Melhorias Viárias e Praças

Residencial Edgar Gayoso, Teresina/PI: residencial do programa Minha Casa, Minha Vida faixa 1, que necessitava de espaço público de convívio e de moderação de tráfego na avenida principal. A Ação Tática para melhorias viárias transformou o canteiro central em uma pequena praça, reduzindo as faixas de rolamento, alargando o canteiro central e inserindo mobiliário urbano e vegetação.

Antes



Depois



Paulo Sérgio/WRI Brasil

Comunidade do Pilar, Recife/PE: residencial localizado em ZEIS no bairro do Recife, em que se identificou a necessidade de espaço público de lazer para a comunidade, especialmente as crianças. Uma Ação Tática para melhoria viária transformou a rua sem saída em frente à escola infantil Nossa Senhora do Pilar em um espaço lúdico e confortável. Foram usados mobiliário urbano e brinquedos, alargamento de calçadas, pinturas de brincadeiras e construção de uma mini quadra de poliesportiva.

Antes



Adriana Preta/WRI Brasil

Depois



Marília Farias/WRI Brasil

Campinho de Futebol Multiuso

Parque dos Sonhos, Jardim Lapena, São Paulo/SP: terreno contíguo ao CEI Jardim Lapena I, na Zona Leste de São Paulo, que recebeu

intervenção para criação do Parque dos Sonhos. Qualificação de espaço público realizada como parte do projeto Territórios Educadores.

Antes



Depois



Monomito Filmes/WRI Brasil

Horta Comunitária

Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, Porto Alegre/RS: a horta é resultado da articulação comunitária local, que transformou um terreno abandonado e, posteriormente, obteve sua cessão por meio do Orçamento Participativo. Nela, voluntários se dedicam a cultivos agroecológicos e agroflorestais, além de realizar atividades terapêuticas, culturais e de educação ambiental.



Vinicius Correa

Figura 16: Exemplos de Ações Táticas.

Passo a passo

▪ **Criação de uma visão compartilhada:** com base nos resultados da leitura técnico-comunitária e com a participação ativa da comunidade, é essencial desenvolver um entendimento comum sobre o futuro desejado para o território periférico. Essa visão deve ser, ao mesmo tempo, realista e ambiciosa, reunindo a Assessoria Técnica, a comunidade e o poder público em um grupo coeso e motivado para elaborar e executar o Plano de Ação.

▪ **Definição das diretrizes gerais de intervenção:** estabelecer as maneiras de se alcançar a visão compartilhada,

considerando cada um dos eixos do Programa: Infraestrutura Urbana, Equipamentos Sociais, Fortalecimento Social e Comunitário e Inovação, Tecnologia e Oportunidades.

▪ **Mapear políticas públicas:** identificar oportunidades, nas três esferas governamentais, que se alinhem com as normas de intervenção.

▪ **Setorização do território:** quando possível, classificar o território em subáreas homogêneas previstas. Isto é, agrupar áreas que possuam padrões, deficiências urbanas e modalidades de intervenção (por exemplo, núcleos consolidados, áreas de risco etc.) em comum.



Figura 17: Exemplo de setorização do Território Periférico (Macroárea).

▪ **Hierarquização e faseamento das**

propostas: definir a ordem de prioridade das intervenções e como elas serão divididas em fases. Isso pode exigir que sejam feitos ajustes das áreas ou no escopo das intervenções de urbanização de assentamentos precários. Para que a execução de propostas seja dividida

em etapas, elas devem funcionar tanto individualmente quanto em conjunto.

▪ **Definição das Ações Táticas:** estabelecer o propósito de uma ou mais microintervenções físicas de curto prazo. Elas devem ser alinhadas às diretrizes gerais de intervenção e concentrar-se na melhoria do espaço público, da infraestrutura e de equipamentos públicos ou de uso comunitário.

Métodos e ferramentas

Oficinas participativas:

Promover atividades abertas e de criação compartilhada para conectar pessoas e ideias, construir consensos e planejar a estratégia de ação com a participação ativa da comunidade. É importante considerar o contexto local e garantir a participação de todos, incluindo crianças, idosos, pessoas com deficiência, mulheres e a comunidade LGBTQIAP+, entre outros.

Escutas e devolutivas para a comunidade:

Estabelecer canais de comunicação direta entre a Assessoria Técnica e a população local é fundamental para que esta participe no processo de planejamento da estratégia de ação. Espaços seguros e inclusivos permitem o compartilhamento de ideias, a criação de laços significativos e a identificação de desafios e oportunidades, o que promove a superação coletiva de obstáculos à participação.

Urbanismo Tático:

O que caracteriza esse tipo de intervenção no espaço urbano é que ela é rápida, de baixo custo e envolve a participação direta das pessoas no processo. Muitas vezes também são temporárias e flexíveis. Então, podem servir para testar soluções antes que elas sejam implementadas de forma permanente. Em geral, são utilizados elementos como mobiliário urbano, pintura, plantas em vasos e outros.




Recomendações

▪ **Consenso:** sempre que possível, o que for decidido no planejamento deve ser alcançado por meio de consenso. Quando isso não for possível, podem ser feitas votações (com adesivos, levantando as mãos ou utilizando formulários on-line).

▪ **Escolha da Ação Tática:** dar prioridade a espaços significativos para a comunidade pode mobilizar ainda mais a comunidade e a elaboração coletiva do Plano de Ação. Isso adiciona valor simbólico ao engajamento comunitário.


▪ **Conexão entre desafios locais e globais:** territórios periféricos, tanto no Brasil como em todo o mundo, enfrentam desafios comuns, mas geram conhecimento para melhorar as realidades locais. Muitos desses desafios estão presentes em agendas internacionais, como a Agenda 2030 – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e a Nova Agenda Urbana. Identificar esses pontos comuns pode facilitar a conexão com iniciativas de outros lugares, a busca por referências e boas práticas e até mesmo a obtenção de financiamento adicional para ações fora do escopo do Programa Periferia Viva.





Boas práticas para redução do impacto climático

Não existe uma única resposta sobre como se deve criar infraestrutura de baixo impacto climático. Isso requer fazer escolhas desde o momento em que um projeto é concebido até o fim da sua vida útil, como por exemplo:



- **Estratégias que não precisam de energia para serem mantidas:** na construção de novos equipamentos, sistemas de resfriamento passivo podem remover o calor por meio da ventilação natural. A sombra de beirais evita que o edifício fique muito quente. A posição das janelas, para fazer bom uso da luz natural, reduz o consumo com iluminação e aquecimento. Cisternas de coleta de água de chuva reduzem gastos. Telhados verdes ajudam a manter o conforto térmico no interior de edifícios e a reter parte da água da chuva. Materiais permeáveis para calçadas e pavimentação auxiliam no escoamento da água, reduzindo a pressão sobre o sistema de saneamento.

- **Sistemas redundantes:** algumas medidas podem se somar e se fortalecer. Por exemplo: dar acesso à rede de água e aumentar a coleta de água da chuva para uso residencial; utilizar jardins de chuva junto da infraestrutura tradicional de saneamento; ou gerar energia renovável localmente, com o acesso à rede elétrica. Ter sistemas redundantes reduz os impactos no caso de desastres porque diminui as chances de que os serviços sejam interrompidos.


- **Oportunidades e sinergias:** os projetos podem atender várias demandas ambientais e sociais de uma única vez. Buscar essas sinergias reduz gastos, emissões de gases de

efeito estufa e otimiza o espaço. Por exemplo, um projeto de infraestrutura viária pode incorporar também medidas de escoamento e tratamento de água (biovaletas), captura de carbono (vegetação) e vitalidade e fomento da economia local (calçadas vivas).

- **Materiais e força de trabalho locais:** considerar sempre materiais renováveis e obtidos na região, como madeira, pedras e fibras naturais. Dar prioridade à força de trabalho local, com equilíbrio de gênero (quando possível), pode ajudar gerar oportunidades de trabalho, reduzir as emissões de gases de efeito estufa relacionadas ao transporte, contribuir com o desenvolvimento econômico e melhorar as capacidades da localidade.

- **Manutenção participativa:** o monitoramento e a manutenção realizada em parceria com a comunidade podem prolongar a vida útil da infraestrutura e contribuir para a prestação de serviços segura e a longo prazo. Isso também reduz a necessidade de fazer construções adicionais, os custos de manutenção e as emissões associadas.

- **Seleção do local:** para melhorar a relação custo-benefício, os planos devem dar prioridade a soluções de baixo carbono, aproveitando condições locais da topografia, do clima, do solo, das bacias hidrográficas e da vegetação.



Energia renovável

Sistema de energia solar fotovoltaica da Revolusolar, Rio de Janeiro/RJ.



Revolusolar

Telhado Verde

Tecnologia social "Teto Verde Favela" no Parque Arará, Rio de Janeiro/RJ.



Teto Verde Favela

Figura 18: Boas práticas para redução do impacto climático.

Boas práticas de ações que gerem trabalho e renda

O aumento da renda das famílias residentes nas periferias é um dos objetivos das políticas que buscam a melhoria da qualidade de vida.

▪ **Fortalecimento das potencialidades territoriais:** identificar e valorizar as características únicas de cada território cria oportunidades sustentáveis para o desenvolvimento local. Para isso, pode-se apoiar grupos locais na organização de festivais culturais, incentivar a formação de empreendimentos de base comunitária, para fortalecer a economia solidária, e promover roteiros turísticos que destaquem a riqueza cultural e natural da região.

▪ **Aproveitar serviços existentes:** alguns serviços e produtos já presentes nos territórios podem ser fortalecidos se tiverem sua importância reconhecida. É o caso, por exemplo, do serviço de catadoras e catadores de recicláveis, que, na maioria dos casos, trabalham de forma isolada, sem equipamentos adequados ou qualquer tipo de apoio. Incentivar a inserção desses grupos em cooperativas e organizações que melhorem suas condições de trabalho pode ser uma ação essencial para gerar aumento de renda e maior segurança no trabalho.

▪ **Contratar força de trabalho local:** incluir os serviços prestados por moradoras e moradores do território em atividades do Plano de Ação deve ser sempre a primeira opção. Fornecimento de alimentação, serviços de

O aumento da renda contribui com a redução da vulnerabilidade, já que permite o acesso a produtos e serviços.

Ações para a geração direta de trabalho e renda podem apoiar a redução das vulnerabilidades e fortalecer a relação de confiança e o engajamento durante a elaboração e a execução do Plano de Ação.

fotografia, serviços de obras civis simples, marcenaria e segurança são alguns exemplos de capacidades locais que podem ser aproveitadas. Para isso, é importante realizar um levantamento de habilidades que pode ser apoiado pela equipe do Trabalho Social e da entidade de Assessoria Técnica.

▪ **Oferecer cursos de capacitação e aperfeiçoamento:** promover cursos de capacitação em áreas de interesse ou fazer críticas construtivas para o desenvolvimento local pode contribuir com a geração de trabalho e o aumento da renda. É o caso de profissionais que têm serviços de pequeno alcance e sem domínio de todas as etapas do negócio. Capacitações específicas, como comunicação, utilização de redes sociais para negócios, marketing digital e formações técnicas podem ser promovidas de forma integrada, com apoio das equipes da Assessoria Técnica, do Trabalho Social e do Agente Executor.

▪ **Promover mutirões de serviços:** atividades como elaboração e impressão de currículos, emissão e regularização de documentos, serviços de atendimento ao consumidor, cadastramento em benefícios sociais etc. são essenciais e podem ser ofertadas de forma periódica.



Figura 19: Artesãs do Pilar, Recife/PE, participam de oficinas de artesanato para criar e comercializar objetos de design autoral a partir de material reciclado.

Produto Etapas B e C

Relatório síntese das etapas, contendo:

Etapa B:

- Validação do perímetro do Território Periférico (Macroárea).
- Análise sintética das condições urbanas, sociais e fundiárias.

Etapa C:

- Tabelas, planilhas e mapas preliminares.
- Adequação da(s) área(s) da(s) intervenção(ões) de urbanização do(s) assentamento(s) precário(s).
- Escopo da Ação Tática.

D. Elaboração ou adequação de projetos

O Plano de Ação Periferia Viva articula vários projetos técnicos: de equipamentos públicos, infraestrutura, novas unidades habitacionais e reforma de moradias existentes, qualificação do espaço público etc. Ao longo da elaboração das etapas do Plano, é possível que a Assessoria Técnica sinta a necessidade de alterar os projetos apresentados pelo Agente Executor na etapa de seleção das propostas pelo Ministério da Cidades, para melhor integrar as diversas ações locais. Isso deverá ser discutido e validado pelo Agente Executor e, caso haja concordância, poderão ser feitas as alterações.

Esta também é a etapa que detalha as Ações Táticas, descritas no item anterior.

Caminhos possíveis

Detalhamento da intervenção de Ação Tática

1. Estratégia de comunicação e engajamento:

definir como a intervenção será comunicada e quais ferramentas serão utilizadas para convocar a população local a fazer parte do processo de planejamento, execução e monitoramento. Estratégias podem ser conversas, reuniões abertas, compartilhamento de vídeos e anúncios em rádio comunitária, entre outras.

2. Desenho participativo: cocriar o projeto com a máxima participação da população local, garantindo que ele atenda a suas necessidades e desejos. A Assessoria Técnica atua como facilitadora do processo e orienta a população sobre as possibilidades de se concretizar a intervenção. Assim, a proposta final deverá ser compatível com os recursos e o tempo disponíveis.

3. Projeto técnico (se necessário): a Assessoria Técnica tem a tarefa de traduzir o desenho participativo em um projeto técnico possível de ser executado em termos de cronograma, recursos, atendimento à legislação e a normas técnicas. A AT, juntamente ao Agente Executor, também deve avaliar a necessidade de detalhar o projeto. Além dos desenhos técnicos, o projeto pode contar com representação em modelo tridimensional e imagens ilustrativas, para que a população possa compreendê-lo com facilidade. Ele deve ser amplamente divulgado para a população local.

4. Orçamento e cronograma de execução: a elaboração do orçamento e do cronograma de execução deve considerar a verba disponível e os prazos determinados na contratação da entidade de Assessoria Técnica.

Adequação dos projetos técnicos da intervenção de urbanização

1. Avaliação da necessidade de atualização:

verificar se os projetos entregues na fase de apresentação de propostas necessitam ser atualizados para compatibilização com a estratégia de ação desenvolvida na Etapa C.

2. Atualização dos projetos técnicos (se necessário): as modificações necessárias podem ser realizadas pela AT ou equipe especializada contratada pelo Agente Executor.

Residencial Edgar
Gayoso, Teresina/PI

Paulo Sérgio/WRI Brasil



Métodos e ferramentas

Ferramentas para desenho participativo:

Envolver a comunidade na concepção da Ação Tática aumenta suas chances de atender às necessidades locais. Maquetes coletivas, colagens e prototipagem podem ser utilizadas com a comunidade, enquanto a Assessoria Técnica atua como facilitadora, estimula o espírito de colaboração entre os participantes e busca conduzir o processo a um consenso.

Recomendações

Testes e validação: testar soluções criativas e inovadoras nas Ações Táticas é uma boa forma de demonstrar porque alguns elementos irão compor o Plano de Ação. Elas são intervenções menores e mais rápidas do que as demais obras do Plano, e os seus processos e resultados podem gerar aprendizados para adaptar as próximas atividades do Plano de Ação.

Mutirão na Vizinhança na Praça das Castanholas, Conde/PB

Flávio Tavares



E. Arranjo Institucional e Plano de Ação Consolidado

A etapa E é o momento em que o trabalho das etapas anteriores se consolida e em que se definem os mecanismos que irão para o Plano de Ação. Nesse sentido, uma governança participativa e a combinação de agentes é fundamental. Esses dois elementos são muito importantes na promoção da democracia e na busca por soluções coletivas para os desafios urbanos.

A governança participativa promove a inclusão da população nas decisões que afetam suas vidas. Isso quer dizer criar espaços e mecanismos de participação em diferentes níveis, desde a escala do bairro até a do município. Quando a população pode contribuir com o planejamento e a construção da cidade, políticas mais alinhadas com as necessidades reais da comunidade aparecem. A governança participativa também estimula a transparência e a prestação de contas.

A articulação entre agentes diz respeito à colaboração entre diferentes partes interessadas, sejam elas organizações da sociedade civil, setor privado, academia ou governos. Nesse esforço

conjunto, diferentes setores podem combinar seus recursos, conhecimentos e experiências para criar soluções mais eficientes para os desafios urbanos. Diversos dos problemas mais importantes de nossas cidades, como a mudança do clima e o enfrentamento às desigualdades, só têm solução por meio da colaboração entre diferentes setores e áreas do conhecimento.

A integração entre os diferentes órgãos e níveis da administração pública tem uma particular importância. Essa integração deve ocorrer tanto entre os diversos setores de governo de um mesmo ente (articulação horizontal) como também envolvendo a cooperação entre os três níveis da administração pública – municipal, estadual e federal (articulação vertical). É importante considerar, no momento de desenhar os arranjos institucionais, as instâncias consultivas e deliberativas colegiadas (conselhos, comitês, comissões etc.) que contam com a representação da sociedade civil e que já compõem as estruturas administrativas de cada um dos entes envolvidos.

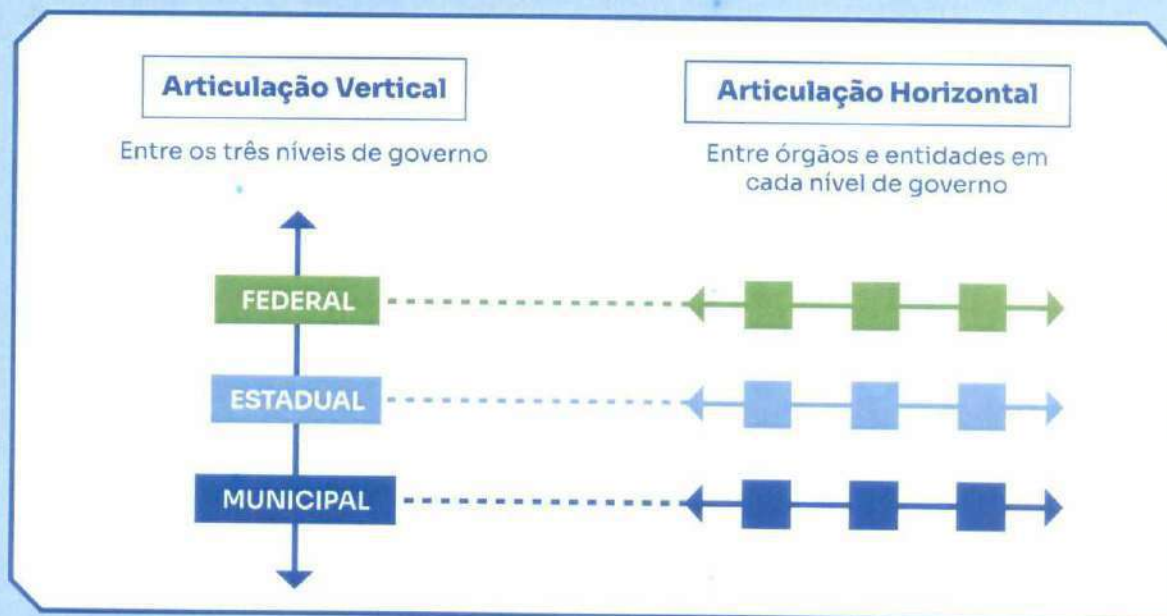


Figura 20: Articulação horizontal e articulação vertical.

Um arranjo institucional bem elaborado fornece a estrutura necessária para coordenar esforços, tomar decisões de maneira participativa, distribuir recursos e monitorar o progresso do Plano de Ação.

Além de definir o arranjo institucional, esta é a etapa de preenchimento da matriz padrão de ações financiáveis pelo Programa Periferia Viva, disponibilizada pelo Ministério das Cidades para os Agentes Executores.

Caminhos possíveis para o Arranjo Institucional

- 1. Detalhar ações do Plano:** a estratégia de Ação da etapa C deve detalhar suas ações, com objetivos e entregas, de forma direta.
- 2. Definição de objetivos e metas claras:** estabelecer objetivos e metas para cada uma das ações, para que funcione como um guia que

auxilie na implementação do Plano de Ação. Anotar marcos e indicadores também permite avaliar o progresso do plano. Isso facilitará o monitoramento posterior das ações.

- 3. Designar fontes de recursos:** determinar os recursos necessários (financeiros, humanos,

tecnológicos, de conhecimento etc.) para a execução das atividades é fundamental. Isso inclui definir orçamentos, alocação de pessoal e acesso a infraestrutura e tecnologia.

4. Avaliar riscos: avaliar possíveis obstáculos e riscos que podem surgir durante a implementação do Plano de Ação. Também é importante desenvolver estratégias para lidar com contratempos.

5. Definir esquema de monitoramento: estabelecer mecanismos para monitorar com regularidade o avanço e o impacto das ações previstas no Plano. Indicadores de objetivos e metas podem ser acompanhados para que se possa avaliar o progresso do Plano de Ação. Indique como os dados para avaliar os indicadores serão coletados, armazenados e analisados.

6. Identificar parcerias: utilizando como um dos materiais o mapeamento de atores conduzido na etapa A, identificar organizações e partes interessadas que podem contribuir com a implementação do Plano de Ação. Elas podem ser organizações da sociedade civil, empresas, instituições acadêmicas, agências de cooperação internacional, outras esferas de governo, entre outros.

7. Estabelecer papéis e responsabilidades: por cada ação dentro do Plano de Ação deve ter um único responsável. Isso garante que haja transparência na prestação de contas. Considerando a natureza participativa do Plano de Ação, as responsabilidades podem ser compartilhadas entre governo, organizações da sociedade civil, setor privado e academia.

8. Realizar o alinhamento entre órgãos e entidades do mesmo nível de governo (horizontal): para atingir resultados compartilhados e evitar redundâncias, deve-se ter atenção à distribuição de responsabilidades e informações. Alinhar metas e ações em comum também é importante. As esferas de

tomada de decisão devem ser definidas com transparência. A busca deve ser sempre pelo acordo de entendimentos entre os órgãos e entidades, incluindo instâncias colegiadas de participação social que já existem na estrutura administrativa dos entes.

9. Realizar o alinhamento entre diferentes níveis de governo (vertical): não se deve sobrepor os níveis por competências definidas, criação de mecanismos de coordenação, como conselhos ou comissões, nem por estabelecimento de responsabilidades sobre a transferência de recursos.

10. Criar mecanismos de coordenação e de decisão: é recomendada a formação de mecanismos para a colaboração de setores externos ao governo, como sociedade civil, terceiro setor, setor privado e academia. Para isso, podem ser criados grupos de trabalho intersetoriais e interdisciplinares, comitês e conselhos, por exemplo. Estes mecanismos têm por objetivo acompanhar a implementação e o monitoramento das ações vinculadas ao Plano de Ação.

11. Identificar oportunidades nas leis e políticas públicas existentes: fazendo uma análise detalhada dos regulamentos, leis e políticas públicas relacionados à área, é possível identificar convergências com o Plano de Ação. Isso inclui espaços de participação e governança já existentes. Às vezes não é necessário criar novas estruturas, mas sim aproveitar o que já existe. Se necessário, o Plano de Ação pode ser adaptado para garantir um alinhamento mais forte.

12. Definir estratégias de fortalecimento comunitário: depois de identificar deficiências e potências, deve-se incluir ações que capacitem e promovam o desenvolvimento das comunidades locais para uma participação qualificada no processo do Plano de Ação.

Caminhos possíveis para o Plano de Ação consolidado

1. Preencher a matriz padrão: o Ministério das Cidades disponibiliza uma matriz de ações financiáveis pelo Programa Periferia Viva. Ela deverá ser preenchida de acordo com as

informações produzidas para a elaboração do Plano de Ação, de forma pactuada entre Agente Executor, Assessoria Técnica, comunidade local e Governo Federal.

MATRIZ		EQUIPAMENTOS SOCIAIS	FORTALECIMENTO SOCIAL E COMUNITÁRIO	INOVAÇÃO, TECNOLOGIA E OPORTUNIDADES
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO	INFRAESTRUTURA URBANA	Escolas/ Creches/Institutos Federais	Capacitação de professores para a cultura de paz / Matrícula em tempo integral	Conectividade nas escolas/ Ações articuladas com os Institutos Federais (IFs)
MINISTÉRIO DA SAÚDE		UBSs/ Pronto Atendimentos	Formação de agentes comunitários	Ações de Tecnologia em Saúde
MINISTÉRIO DA CULTURA		CEUs	Agentes Comunitários de Cultura / Pontos de Cultura	
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE			Fomento à agricultura urbana/ Fomento de áreas urbanas verdes/ Salas verdes (educação ambiental)	
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA		HUBs de Inovação		Formação de programadores nos HUBs de inovação
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL			Combate à fome / Qualificação profissional para trabalhadoras domésticas e cuidadoras / Cozinhas solidárias	
MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO				
MINISTÉRIO DO ESPORTE			Projeto Rede de Desenvolvimento do Esporte	
MINISTÉRIO DAS MULHERES				Programa Asas pro Futuro
MINISTÉRIO DA JUSTIÇA			Núcleos de Mediação de Conflitos Fundiários	
SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA				Mapeamento de iniciativas periféricas
SEBRAE				Inovação e inclusão produtiva

Figura 21: Exemplo de matriz de ações financiáveis do Programa Periferia Viva.

2. Identificar fontes de financiamento adicionais:

ao final, o Plano de Ação inclui medidas que vão além da intervenção de urbanização integral ou das ações financiáveis pelo Programa Periferia Viva. Neste sentido, é importante identificar outras possíveis fontes de financiamento.

3. Indicar cronograma de execução:

é importante definir prazos realistas para a realização das ações, incluindo marcos para acompanhar o progresso do projeto.

4. Definir os mecanismos de implementação:

definir métodos, instrumentos ou estratégias para colocar em prática as ações e objetivos do Plano de Ação. Mecanismos de implementação

incluem: regulamentação e legislação, políticas públicas, parcerias, capacitação, contratações, tecnologias, mecanismos de financiamento, estratégias de comunicação e disseminação, redes de colaboração, entre outros.

5. Consolidar as etapas anteriores do Plano de Ação:

o Plano de Ação é documentado em um caderno que reúne o planejamento do processo participativo (etapa A), a leitura técnico-comunitária (etapa B), a Estratégia de Ação (etapa C), a concepção geral das Ações Táticas (etapa D.1), os projetos técnicos de urbanização (etapa D.2), o arranjo institucional (etapa E) e os itens anteriores descritos neste passo a passo do Plano de Ação consolidado.

Métodos e ferramentas

Instâncias institucionais de cooperação:

Para garantir a cooperação entre os atores envolvidos, podem ser formados Grupos de Trabalho, conselhos, comissões ou comitês, de preferência formalizados por meio de instrumentos legais específicos. Caso instâncias como essas já façam parte da estrutura administrativa dos entes, sua inclusão no arranjo institucional previsto no Plano deve ser considerada.

Matriz RACI:

Uma maneira de sistematizar a responsabilidade de cada agente é utilizar uma matriz que define o responsável pela ação (R), quem tem autoridade para aprovar a etapa (A), quem deve ser consultado ou participar (C) e quem deve ser informado (I).

Critérios SMART:

Para deixar as metas bastante evidentes e factíveis, todas devem ser estruturadas de maneira que sejam específicas (S), mensuráveis (M), alcançáveis (A), relevantes (R) e com prazos definidos (T).



Recomendações

Comunicação: a comunicação objetiva é determinante para o avanço do Plano de Ação. Isso tem a ver tanto com a troca de informações internas do governo quanto a comunicação com parceiros externos. Nesse sentido, os meios de comunicação, os formatos de reunião e a frequência dos envolvimento devem ser definidos dessa maneira. Isso pode incluir reuniões regulares, publicações e informativos, ferramentas de colaboração on-line, e-mails, grupos de mensagens instantâneas, entre outros.

Intersectorialidade e interdisciplinaridade: os mecanismos de coordenação do Plano de Ação devem reunir diversas secretarias, assim como diferentes atores externos que possam contribuir com a transformação local, como a própria comunidade, autarquias e concessionárias, organizações da sociedade civil, entidades privadas ou instituições de ensino e pesquisa. Manter a diversidade do grupo é importante, já que a complexidade dos problemas urbanos exige o encontro de diversas perspectivas.

Participação em fóruns e redes temáticos: a participação em grupos ligados ao tema facilita a identificação de parcerias, como plataformas on-line, redes de cidades ou encontros setoriais. Aqui destacamos novamente a relevância da participação ativa na Rede Periferia Viva "PAC Urbanização de Favelas".

Diálogos para avanços conjuntos: apresentar e discutir o Plano de Ação com tomadores de decisão e formuladores de políticas pode contribuir para fortalecer e expandir

as ações. Verifique as possibilidades de colaboração entre agências governamentais, o setor privado, a academia e financiadores.

Flexibilidade: a comunicação contínua e a flexibilidade para ajustar papéis e responsabilidades são fundamentais para o sucesso do Plano de Ação. É necessário estar preparado para ajustar o processo de tomada de decisão e a coordenação de acordo com o necessário. Enquanto o projeto evolui, novos atores se somam ou novas informações surgem.

Espaços já existentes de participação: dentro do processo de desenvolvimento urbano integrado, existem diversos espaços de participação que podem ser também integrados ao arranjo institucional do Plano de Ação. São alguns exemplos: fóruns de consulta pública, audiências públicas, comitês de especialistas, conselhos municipais de desenvolvimento urbano ou de meio ambiente, comitês de bairro ou comunitários etc.

Plataformas on-line de participação cidadã: são sites ou aplicativos que permitem a participação da população em consultas, votações e debates. Devem ser feitas as devidas considerações sobre o alcance da participação, a adequação do meio e possibilidade real de a comunidade participar.

Incluir a comunidade no arranjo institucional: incluir e apoiar lideranças comunitárias que possam representar os interesses da comunidade ou mobilizar esforços para a resolução de problemas locais.

Fortalecer parcerias público-populares: promover uma colaboração e participação ativa entre os cidadãos e as organizações da sociedade civil no processo de planejamento, implementação e avaliação de políticas, programas e projetos governamentais. Além disso, é bom estabelecer parcerias e colaborações com organizações não governamentais, empresas locais e instituições educacionais que possam contribuir para o desenvolvimento da comunidade.

Analisar outras fontes de financiamento disponíveis: o financiamento pode influenciar o modelo de implementação e os resultados finais das ações. Dito isso, algumas possíveis fontes de financiamento são: recursos orçamentários próprios (definidos no PPA, LDO e LOA), transferências entre diferentes níveis de governo, emendas parlamentares, tributos como taxas e contrapartidas, instrumentos de financiamento disponíveis no Estatuto das Cidades, ou mesmo recursos externos na forma de parcerias público-privadas, empréstimos ou subvenções vindos de bancos comerciais públicos ou privados, bancos de desenvolvimento, agências multilaterais e fundos de financiamento.

Financiamento climático: o alinhamento das ações com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS e com a ação climática pode dar acesso a recursos destinados ao combate à ação climática. Essa é uma importante fonte de financiamento e, como visto, as ações de melhoria urbana e urbanização de favela podem – e devem – considerar componentes de mitigação e adaptação climática. Além disso, algumas opções específicas estão disponíveis como o financiamento da CAIXA para iluminação pública, ou os recursos do Programa de Eficiência Energética (PEE) da ANEEL.

Prestação de contas e transparência: manter a transparência e prestar contas do progresso e dos resultados do Plano de Ação é uma forma prática de manter e aumentar a confiança das partes interessadas e da própria comunidade. O arranjo institucional planejado deve servir também como um instrumento de promoção de governo e governança aberta, com foco no estímulo à transparência.

Produtos Etapa D

- **Concepção geral da Ação Tática.**

Indicação clara do objetivo e da integração com o Plano de Ação. Também devem ser apresentados documentos suficientes para a sua execução, tais como projetos executivos, estratégias de mobilização, orçamento, cronogramas físico-financeiros etc.

- **Projetos técnicos** da intervenção de urbanização (quando aplicável). Quando couber o detalhamento do projeto de urbanização, devem ser apresentadas atualizações e um projeto suficientemente detalhado para seguir as etapas posteriores de elaboração de projeto executivo.

Produto Etapa E

- **Plano de Ação Periferia Viva.** Relatório consolidado contendo o conteúdo das etapas anteriores e os indicados nesta etapa.



F. Ação Tática

Nesta etapa, a Assessoria Técnica deve executar as Ações Táticas que foram planejadas. A Ação Tática pode ser iniciada a qualquer momento após a aprovação do produto D1 – Concepção geral da Ação Tática, mas recomenda-se que ela seja concluída em até três meses após a conclusão do produto E – Plano de Ação Periferia Viva.

Caminhos possíveis

1. Planejamento: detalhes finais na concepção geral, para tirar a Ação Tática do papel.

2. Execução: hora de colocar a mão na massa! A construção pode ser realizada de várias maneiras, como contratando empreiteiras específicas para esse serviço, utilizando serviços da construtora responsável pela execução das obras de urbanização geral do contrato, obtendo apoio das equipes de obras do poder público e com o esquema de mutirão comunitário – ou até mesmo uma combinação dessas opções.

3. Monitoramento: após a conclusão da execução, é momento de verificar como a comunidade está usufruindo da obra, quais foram os acertos e quais as melhorias necessárias para a ação atingir o seu potencial máximo. O monitoramento pode ser feito de diversas maneiras, como com vídeos, contagem in loco e questionários com moradores. Realizar o monitoramento antes e depois da execução permite comparar os resultados e avaliar mudanças.

Métodos e ferramentas

Mutirão de construção:

Em sistemas de mutirão, as pessoas se organizam coletivamente para realizar uma construção ou atividade que beneficie a comunidade como um todo. Esse tipo de cooperação é especialmente relevante para engajar a população local e fomentar o sentimento de pertencimento, já que as pessoas que contribuem ativamente têm mais chances de valorizar o local e atuar como suas guardiãs.

Importante: a Ação Tática deve ser planejada, executada e monitorada por meio de um processo participativo.

Paulo Sérgio/WRI Brasil



Figura 22: Mutirão realizado no Residencial Edgard Gayoso em Teresina/PI.

Recomendações

Comunicação: comunicar à população sobre as Ações Táticas com antecedência, divulgando o que ela envolve, onde, quando e como ela ocorrerá, para envolver mais pessoas e evitar transtornos.

Engajamento da comunidade: envolver moradores no planejamento, na execução e no monitoramento das Ações Táticas para que eles se tornem agentes ativos em todos os passos da intervenção. As Ações Táticas são excelentes estratégias de mobilização local!

Sabedoria local: integrar e valorizar a sabedoria local nas obras, com o uso de materiais locais e técnicas construtivas conhecidas pela comunidade e adaptadas ao clima.

Identificação de talentos locais: identificar talentos locais para prestar serviços na execução da obra e apoiar os mutirões. Isso pode incluir pessoas com conhecimento em construção civil, marcenaria, pintura, jardinagem, bem como pessoas que podem fornecer refeições, realizar apresentações artísticas ou atuar como mobilizadores locais, dentre várias outras possibilidades. Isso também pode impulsionar a economia local.

Sistema de mutirões: sempre que possível, incluir na ação elementos que possam ser realizados em sistema de mutirão, a fim de aumentar o engajamento e fortalecer a identificação da comunidade com o novo espaço público ou comunitário.

- **Frentes de trabalho:** organizar as atividades do mutirão em frentes de trabalho, por temáticas, para a cooperação e a divisão de tarefas.
- **Atividades para crianças:** sempre pensar em atividades adaptadas à participação ativa das crianças, pois elas adoram estar envolvidas nessas ocasiões e trazem vida ao mutirão.
- **Persistência:** mesmo que o mutirão não tenha muitos participantes engajados no início, é importante continuar com as atividades. Com o tempo, mais pessoas podem se interessar e se unir aos esforços.
- **Celebração:** realizar uma celebração para marcar a conclusão da Ação Tática é uma ótima maneira de reconhecer a contribuição coletiva e gerar orgulho na comunidade.

- **Participação ativa:** mesmo quando a Ação Tática envolve obras civis que não podem ser realizadas em esquema de mutirão, é possível definir atividades mais leves que podem ser realizadas em conjunto com a comunidade, como o plantio de vegetação e a criação de pinturas artísticas.

Zeladoria comunitária: criar um esquema de zeladoria comunitária para envolver os moradores e promover o cuidado com o espaço público. O grupo de zeladoria pode ser formado antes da conclusão das obras, para que já esteja ativo quando o espaço público for inaugurado. É possível contar com o apoio e a iniciativa de moradores que participaram do planejamento e da execução, da associação comunitária local e de lideranças afetivas do território.

Elementos naturais: introduzir elementos naturais nas Ações Táticas, como o plantio de vegetação, hortas e pomares comunitários, elementos de água e uso de materiais naturais, como madeira e adobe, para proporcionar benefícios como a melhoria da qualidade do ar e da sensação térmica, acesso a alimentos frescos e sentimento de bem-estar para a população local.

Documentação do processo: é importante fazer registros em foto e em vídeo do local antes, durante e depois da Ação Tática, para guardar a memória do processo, divulgar a iniciativa e inspirar novas transformações. Além disso, também recomenda-se registrar atas de reuniões e relatos de pessoas que participaram do processo.

Produto Etapa F

Ação Tática executada, acompanhada por um relatório com fotos e informações detalhadas sobre o processo de execução.



G. Mediação e pactuação das etapas de projeto

A mediação e pactuação das etapas de projeto podem ser iniciadas já no primeiro mês de elaboração do Plano de Ação, quando for identificada necessidade de executar os projetos técnicos apresentados na inscrição da proposta. É no início da operação que os projetos técnicos serão amadurecidos para licitação, bem como os projetos executivos serão preparados para início das obras.

Assim, a presença da Assessoria Técnica no território e o processo de elaboração do Plano de Ação é fundamental para que os projetos sejam compatíveis com o território e tenham apoio da população local. No caso de o Agente Executor precisar do tempo de elaboração do Plano de Ação para desenvolver melhor os projetos selecionados, a etapa de mediação e pactuação

poderá ser realizada depois da elaboração do Plano de Ação e das etapas correspondentes (de A a E), também com envolvimento comunitário.

Durante esse processo, a equipe responsável pela elaboração dos projetos deve estar aberta a sugestões e críticas da comunidade, com o objetivo de adaptar as propostas de acordo com as necessidades identificadas. O retorno à comunidade consiste na apresentação regular dos avanços, ajustes e desafios enfrentados no detalhamento das ações do plano. Essa elaboração conjunta dos projetos é um dos alicerces para o sucesso de todas as intervenções no território, pois assim o resultado final será verdadeiramente adequado às necessidades locais e sustentável para todas as pessoas envolvidas.

Caminhos possíveis

1. Alinhar, com o Agente Executor, os responsáveis pela elaboração ou adequação de projetos: as diferentes ações previstas pelo Plano de Ação vão exigir projetos com diferentes níveis de detalhamento e especialização.

A Assessoria Técnica, junto com o Agente Executor, deve buscar os melhores formatos para detalhar os projetos, incluindo: elaboração pela própria Assessoria, elaboração por equipe do governo, licitação de projeto etc.

2. Estabelecer plano de trabalho com as equipes responsáveis: além do cronograma de desenvolvimento dos projetos, incluir estratégias de acompanhamento e participação para ajustar os projetos técnicos às necessidades locais.

3. Acompanhar equipes que irão elaborar os projetos técnicos: com o envolvimento das instâncias que compõem o arranjo institucional, realizar pontos de controle na elaboração do

projeto e considerar fazer ajustes ou estabelecer colaborações. Aqui também é importante aproveitar o conhecimento e experiência de todos que compõem esses espaços.

4. Realizar trocas com a comunidade: promover um processo contínuo de refinamento, garantindo que as soluções propostas estejam alinhadas com as necessidades e ambições da comunidade beneficiária em consonância com os termos do contrato de repasse. Os canais de comunicação estabelecidos anteriormente no processo participativo são essenciais para aumentar a transparência e o acesso.

5. Validar os projetos técnicos com a comunidade: é muito importante que a comunidade se aproprie dos projetos para que a implementação tenha sucesso e para que saibam quais serão os próximos passos da execução.

Aratu, João Pessoa/PB



Métodos e ferramentas

Capacitações:

Alguns temas podem exigir capacitação da comunidade, para que possa participar de forma qualificada das discussões do projeto.

Oficinas participativas e grupos focais:

Os projetos podem ser apresentados a grupos menores, com o objetivo de coletar sugestões aprofundadas ou resolver desafios específicos. Os grupos também podem ser focados em áreas específicas e particularmente afetadas pelo projeto, por exemplo.

Linguagem Simples:

O uso de uma comunicação fácil, simples e acessível para todas as pessoas, sem a necessidade de usar termos técnicos ou vocabulário complexo.

Auxílio de visualização gráfica e formatos alternativos:

Maquetes, renderizações, ilustrações e colagens podem ser formas mais acessíveis de apresentar os projetos.

Promoção de atividades culturais e artísticas:

Eventos que promovam a cultura local, como festas comunitárias e exposições, podem ser oportunidades para discutir o projeto e receber uma resposta da comunidade de forma mais informal.

Residencial Edgar Gayoso, Teresina/PI

Paulo Sérgio/WRI Brasil



Recomendações

- **Conhecimento é poder:** compartilhe as informações da leitura técnico-comunitária para dar condições a todos de participarem e opinarem nos projetos técnicos de maneira qualificada.
- **Presença no território:** estabeleça uma presença ativa no Território Periférico, acompanhando de perto as equipes responsáveis pela elaboração dos projetos técnicos e desenvolvendo atividades locais de engajamento. A presença não deve acontecer apenas nos momentos de validação ou grandes apresentações. Promova encontros regulares para garantir que as necessidades locais estejam sendo consideradas.
- **Continuidade do processo participativo:** implemente mecanismos de participação, como assembleias, oficinas e fóruns comunitários, para permitir que os moradores tragam suas opiniões e sugestões. Fortaleça os canais de comunicação já criados, como plataformas on-line ou murais físicos.
- **Oportunidades de integrar a ação climática e a justiça climática:** os projetos técnicos devem estar sempre alinhados à redução de emissões, ao uso racional de recursos, à promoção de resiliência e à redução das desigualdades no território. Compartilhe e aprenda sobre boas práticas e projetos inovadores com a Rede Periferia Viva.
- **Continuidade do engajamento comunitário:** fortaleça espaços de participação que possam continuar mesmo sem a presença da Assessoria Técnica no território.

Produto Etapa G

Relatório com síntese, que evidencia o processo participativo em apoio à elaboração dos projetos técnicos.



2.4 Implementação do Plano de Ação

Após a elaboração do Plano de Ação e dos projetos técnicos associados a ele, é chegada a hora de implementá-lo. Nesse sentido, os mecanismos de coordenação estabelecidos no Arranjo Institucional do Plano de Ação têm um papel fundamental. A conexão entre os diferentes setores que compõem esses grupos é a chave para a implementação do projeto de urbanização integral. Portanto, é necessário unir esforços de áreas como infraestrutura, educação, saúde, serviço social e meio ambiente.

A execução da infraestrutura não é suficiente por si só. Além das mudanças físicas, é necessário dar continuidade aos esforços de integração social, econômica e política da comunidade, iniciadas pela entidade de Assessoria Técnica e pelas ações do Trabalho Social. Isso pode ser feito por meio da promoção de programas educacionais, acesso a serviços básicos, apoio psicossocial e oportunidades de emprego. A abordagem integral e continuada, que considera o conjunto das necessidades da população, é o caminho para um desenvolvimento verdadeiramente inclusivo e duradouro.

O envolvimento conquistado até então deve dar condições para que as organizações envolvidas no Plano de Ação continuem presentes no Posto Territorial, articulando a comunidade. A manutenção dessa presença é crucial para a construção de uma relação de confiança e para a implementação das ações planejadas. É importante ressaltar que os custos relativos a essa manutenção devem ser arcados pelo Agente Executor, quando as ações do Programa forem concluídas.

A participação ativa da comunidade nas etapas seguintes é um pilar essencial. Ao envolver os residentes da comunidade nas decisões e processos, o senso de pertencimento e a corresponsabilidade pelo desenvolvimento do território é promovido. O diálogo constante, a escuta atenta e a consideração das opiniões locais enriquecem e fortalecem as ações implementadas. O envolvimento nas etapas posteriores de implementação, monitoramento, avaliação e adaptação também é importante. Isso cria um ciclo contínuo de aprendizado e melhoria, onde as experiências e retornos dos membros da comunidade informam diretamente as decisões e ajustes necessários. Além disso, com um canal aberto de comunicação, a comunidade se sente mais empoderada e confiante para expressar suas necessidades e sugestões e assim otimizar o impacto das intervenções.

Além disso, o esforço de participação não deve ser visto como mera formalidade. Ao longo do processo de elaboração do Plano de Ação, as atividades de engajamento têm um papel transformador. Elas não apenas proporcionam um espaço para a expressão de ideias e opiniões, mas também desempenham um papel vital no desenvolvimento e fortalecimento das potencialidades individuais e coletivas da comunidade. Capacidades individuais e coletivas se somam ao legado deixado na comunidade e contribuem para uma maior autonomia no longo prazo.

O trabalho em rede também é relevante no fortalecimento das comunidades e no avanço da execução do Plano de Ação. Estabelecer

conexões entre diferentes indivíduos, organizações e entidades cria um ambiente de colaboração e cooperação que aumenta o impacto das ações planejadas. Através dessas redes, cria-se uma plataforma para o compartilhamento de experiências e boas práticas, que enriquece o repertório de habilidades e conhecimentos disponíveis. Isso facilita que desafios complexos sejam resolvidos e permite alternativas inovadoras e criativas.

A continuidade da articulação institucional também é fundamental para a implementação do Plano de Ação. Como já colocado, além das intervenções de urbanização, custeadas pelos repasses do Novo PAC na modalidade Urbanização de Favelas, o Programa Periferia Viva inclui diversas outras ações que podem apresentar fontes variadas de financiamento, sejam elas governamentais (como órgãos ou fundos federais e estaduais), ou não-governamentais (como entidades privadas, organizações internacionais, organizações da sociedade civil). É importante estabelecer e manter relações com todos os potenciais parceiros que possam contribuir com a transferência de recursos para a implementação das ações.





Paraisópolis, São Paulo/SP

Considerações Finais

Os territórios periféricos representam uma porção muito significativa das cidades brasileiras, concentrando a população mais vulnerável, que convive com as condições mais precárias de vida urbana.

Uma intervenção do Estado, de forma ampla, integrada e transversal, é essencial para reduzir as desigualdades socioterritoriais que caracterizam o processo de urbanização no país. Além disso, tal intervenção desempenha um papel crucial na restauração da confiança dos setores populares no poder público.

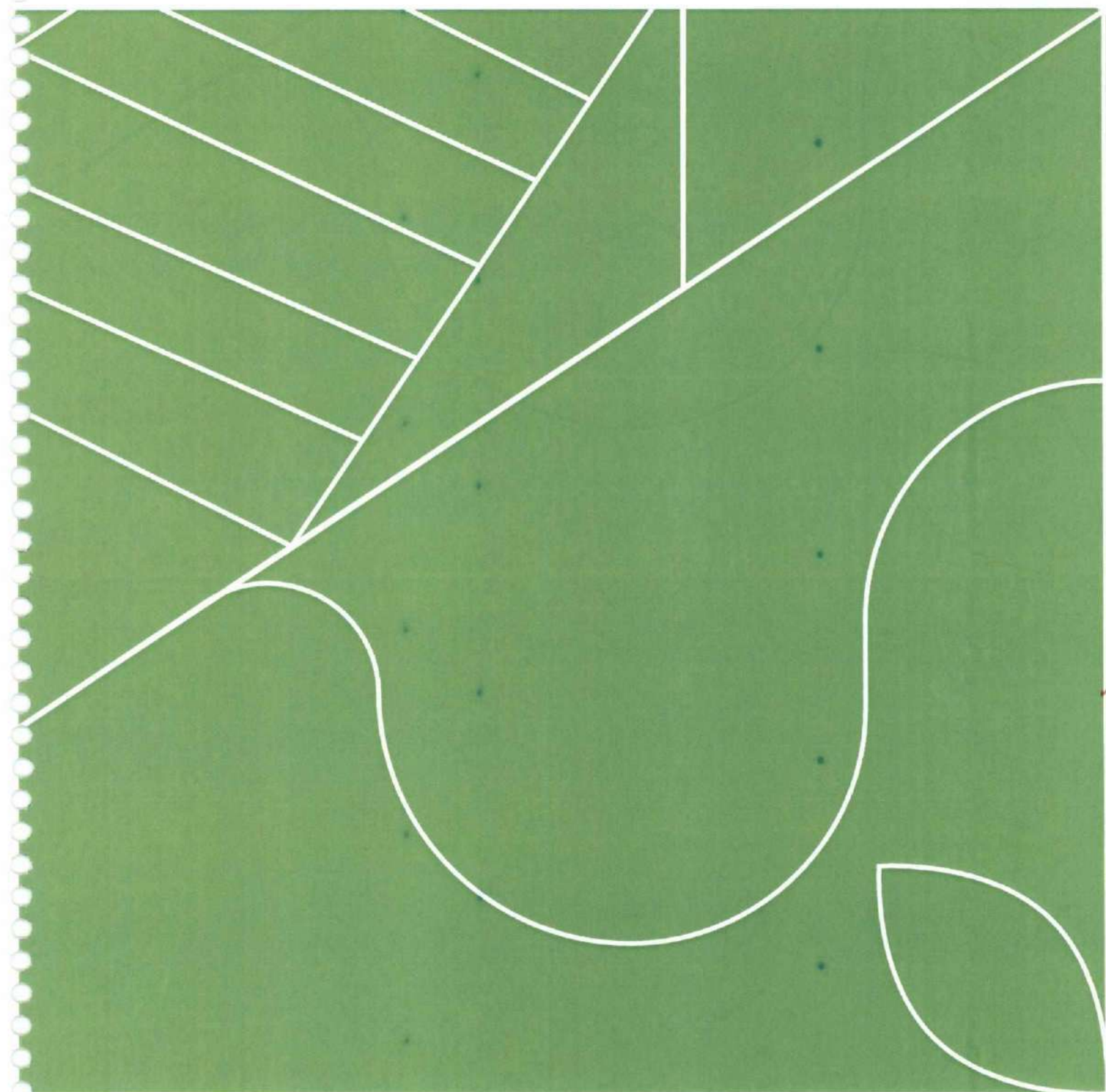
Trata-se de um desafio de grande dimensão, que exige prioridade e continuidade, como uma política de Estado. Serão necessárias algumas décadas de esforços sustentados e uma articulação crescente entre comunidade e poder público – nos três níveis de governo – para que os resultados comecem a se concretizar em grande escala.

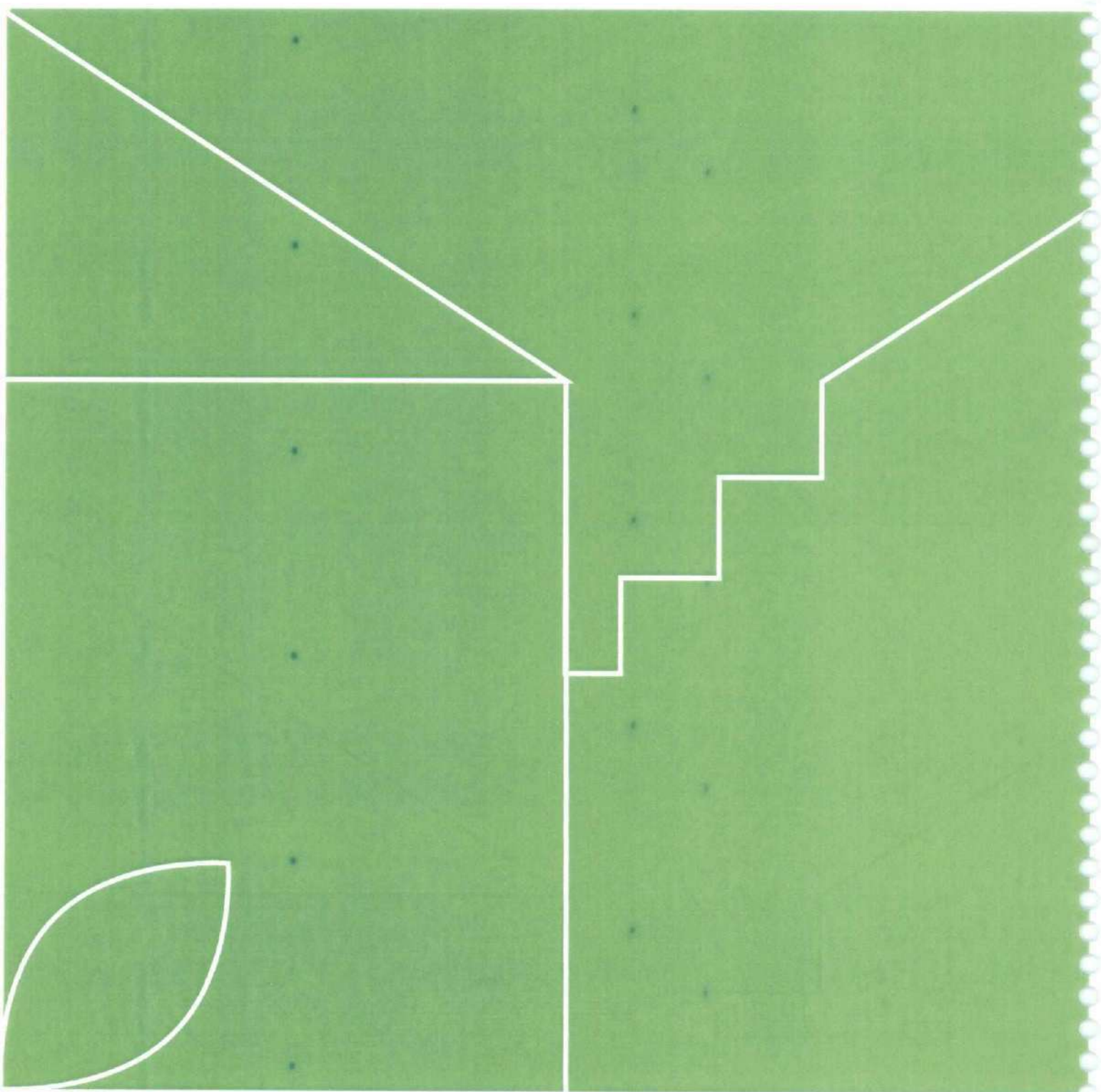
O Periferia Viva é o primeiro passo nesse sentido, nessa longa jornada de transformação das cidades brasileiras. O projeto se destaca por concentrar suas ações em uma base territorial e inovar ao propor ações integradas e transversais de diferentes setores

governamentais. Além disso, entende-se que o desenvolvimento dos territórios periféricos deve colocar as comunidades no centro das ações e investir em processos participativos para o planejamento e execução das ações de melhoria de serviços e infraestrutura.

Como todo programa inovador, ele deverá ser aperfeiçoado à medida que as primeiras experiências e os primeiros planos de ação forem sendo formulados, implementados e avaliados pelos diferentes agentes que dele participarem. É um processo dinâmico, no qual a aprendizagem e a adaptação constante desempenham um papel crucial para o sucesso a longo prazo.

Em um país de contrastes como o Brasil, a transformação dos territórios periféricos não é apenas um desafio, mas uma oportunidade de promover uma sociedade mais justa e inclusiva. O Programa Periferia Viva representa um passo ousado na direção certa, demonstrando a capacidade de inovação e a determinação em enfrentar as desigualdades socioespaciais. Com dedicação, colaboração e aprendizado constante, podemos fortalecer comunidades periféricas vibrantes, repletas de oportunidades e qualidade de vida.







MINISTÉRIO DAS
CIDADES

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

 WRI BRASIL

Fundação
Tide
Setubal

 **UNU**
EHS


cooperação
alema
DEUTSCHE ZUSAMMENARBEIT

Por meio de

giz Deutscher Entwicklungszusammenarbeit (GIZ) GmbH

Cidade
Presente DESENVOLVIMENTO
URBANO
SUSTENTÁVEL

ISBN: 978-85-7958-082-6



9 788579 580826



PROJETO: PAC PERIFERIA VIVA

Dom Bosco



SUMÁRIO

- 1. Introdução**
- 2. Justificativa**
- 3. Objetivos**
 - 3.1 Objetivo Geral**
 - 3.2 Objetivos Específicos**
- 4. Caracterização da População e Público-Alvo**
 - 4.1 O Contexto Habitacional e seu Impacto Social**
 - 4.2 Problemas Estruturais e Urbanísticos**
 - 4.2.1 Condições de Uso e Ocupação do Solo – O Bairro Dom Bosco**
 - 4.2.2 Desastres aos quais o Bairro Dom Bosco se Encontra Propenso**
 - 4.3 Atribuição da Vulnerabilidade das Edificações**
- 5. Ações Previstas**
- 6. Projetos e Soluções a serem executadas**
- 7. Considerações Finais**
- 8. Referências**



1. Introdução

O presente projeto tem como objetivo promover o desenvolvimento urbano e social de parcela do Bairro Dom Bosco, localizado na Região de Planejamento Centro do Município de Juiz de Fora/MG. No interior do mencionado bairro, estão localizadas 03 (três) Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS): C02 - Alto Dom Bosco; C03 - Baixo Dom Bosco; e C05 - Morro dos Cabritos. O Bairro Dom Bosco possui uma área de aproximadamente 0,392 km² e um perímetro de 3,195 km. A região escolhida para o projeto foi a C02 - Alto Dom Bosco. A área de intervenção possui 102001,27676 m², um perímetro de 1360,459111 m, uma extensão linear de vias de 2,3 km e um número de domicílios permanentes de 488. O projeto e área escolhida alinham-se às diretrizes do programa PAC Periferia Viva, cuja iniciativa visa melhorar a infraestrutura, ampliar o acesso a serviços essenciais e fortalecer a participação comunitária.

A região onde se localiza a área do Dom Bosco possui uma importância histórica para a cidade de Juiz de Fora, remontando ao início do século XX, quando abrigou descendentes de africanos escravizados. Esse território, com um padrão de moradias em condição intermediária de urbanização, segundo dados da pesquisa realizada pela parceria entre a Prefeitura de Juiz de Fora e o Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-Habitat), Territórios da Cidadania, reflete um espaço de forte identidade comunitária e pertencimento, resultado de décadas de ocupação e resistência. Apesar de seu valor histórico e social, ainda apresenta diferentes necessidades estruturais e socioeconômicas. A urbanização ocorreu de forma desigual, com serviços essenciais, como abastecimento de água, iluminação e pavimentação, sendo implementados tardiamente. Além disso, a drenagem de águas pluviais representa um desafio crítico, visto que a região enfrenta recorrentes desastres ambientais, reforçando a urgência de investimentos em infraestrutura e planejamento urbano adequado.

Seu entorno imediato é caracterizado por bairros cujas características urbanas, sociais e culturais divergem significativamente em relação ao Bairro Dom Bosco, configurando-se como um enclave — uma das expressões mais evidentes da segregação socioespacial nas cidades. Além disso, o bairro é historicamente estigmatizado como uma área insegura e violenta, percepção que se reflete não apenas externamente, mas também internamente, uma vez que os próprios moradores reproduzem esse preconceito em relação a determinadas áreas dentro do bairro.



A Figura 1 apresentada a seguir indica a localização do mencionado bairro e das ZEIS supramencionadas.

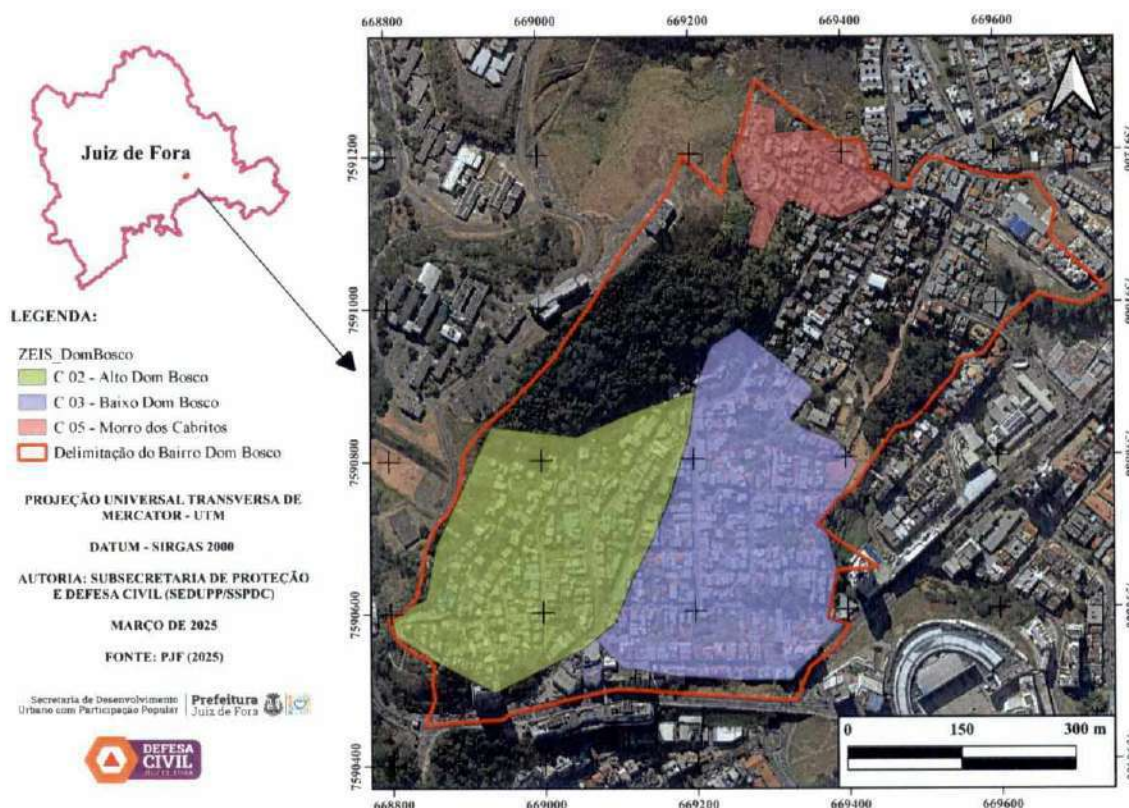


Figura 1 - Localização do Bairro Dom Bosco - Alvo da Proposta
Fonte: PJF (2025).

2. Justificativa

A área vulnerável escolhida apresenta desafios significativos, incluindo infraestrutura precária, falta de saneamento básico, déficit habitacional e ausência de equipamentos públicos adequados. Além disso, foi classificada como uma área de risco 3 e 4 segundo análise da Defesa Civil, enfrentando também problemas críticos como falta de drenagem em pontos específicos e deficiências urbanísticas, incluindo infraestrutura inadequada de escadões, calçadas e caixas viárias.

Diante desse cenário, o projeto se justifica pela necessidade urgente de transformar essa realidade, proporcionando dignidade e qualidade de vida aos moradores. A implementação das ações propostas visa reduzir desigualdades sociais, melhorar a segurança e acessibilidade, e garantir melhores condições de moradia. Nos tópicos seguintes, serão apresentadas a caracterização da população e das áreas de atuação, os



principais problemas urbanísticos identificados e os impactos esperados com a execução do projeto.

3. Objetivos

3.1 Objetivo Geral

O objetivo principal será o urbanismo social com o foco na melhoria da qualidade de vida das pessoas. Promovendo a urbanização sustentável e a inclusão social em comunidades periféricas por meio de investimentos em infraestrutura, habitação, mobilidade e equipamentos públicos. Promover a urbanização sustentável e a inclusão social em comunidades periféricas por meio de investimentos em infraestrutura, habitação, mobilidade e equipamentos públicos.

- Qualificação de territórios vulneráveis;
- Conexão da cidade informal com a formal;
- Construção projetual com escuta ativa;
- Empoderamento dos cidadãos;
- Construção de cidades mais justas, sustentáveis e inclusivas.

3.2 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos e as ações pontuais são essenciais para garantir a efetividade das intervenções propostas, considerando as necessidades específicas da comunidade. Por essa razão o projeto também conta com a participação popular, que desempenha um papel fundamental nesse processo, permitindo que as soluções sejam construídas de forma colaborativa, respeitando as demandas locais e promovendo o engajamento dos moradores na transformação do território.

Melhoria Habitacional:

- Impermeabilização de paredes (solução infiltração);
- Pintura de telhados (conforto térmico).

Melhoria da Urbanização:

- Melhoria da rede de drenagem (mitigação de risco);
- Melhoria do saneamento básico (salubridade);
- Melhoria das caixas viárias (melhoria mobilidade);



- Padronização de calçadas (melhoria mobilidade ativa);
- Reforma de escadões (melhoria mobilidade ativa);
- Criação de espaços públicos (social).

Regularização Fundiária:

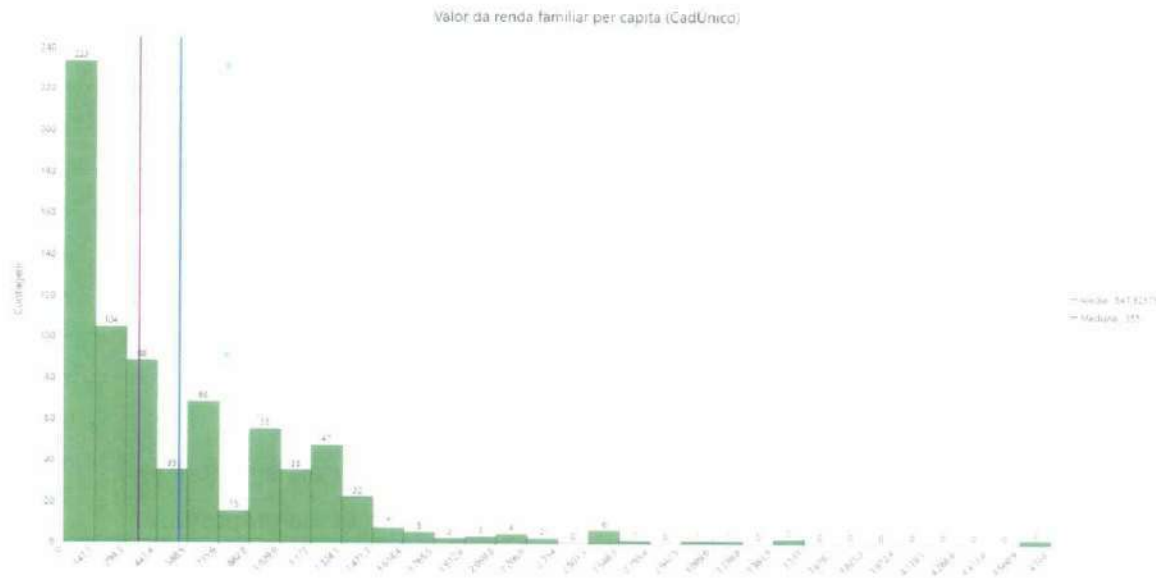
- Direito à moradia.
- Melhorar a infraestrutura urbana (pavimentação, iluminação, drenagem, abastecimento de água e esgoto).
- Construir e reformar moradias para famílias de baixa renda.
- Criar espaços de convivência e lazer (praças, centros culturais e esportivos).
- Fomentar programas de capacitação profissional e geração de emprego.
- Implementar iniciativas voltadas à segurança pública e fortalecimento comunitário.

Regulamentação da ZEIS C04 - Alto Dom Bosco:

- Instrumento que visa a proteção da área, visando a garantia do direito à cidade e a permanência das famílias no local, coibindo intervenções de especulação imobiliária.

4. Caracterização da população e público-alvo

A população da área de intervenção é de aproximadamente 1.356 habitantes, dos quais cerca de 700 estão inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), evidenciando a alta vulnerabilidade socioeconômica da região. Conforme demonstrado no gráfico da figura abaixo, a maioria das famílias possui renda per capita de até 24% do salário mínimo, e grande parte enfrenta dificuldades no acesso a serviços básicos como saneamento, saúde e educação. Além disso, a informalidade no mercado de trabalho é elevada, impactando diretamente as condições de vida e oportunidades de desenvolvimento da comunidade.





desemprego na região Centro. Já em relação ao trabalho informal, o Centro compreendeu 30,6% por macroterritório.

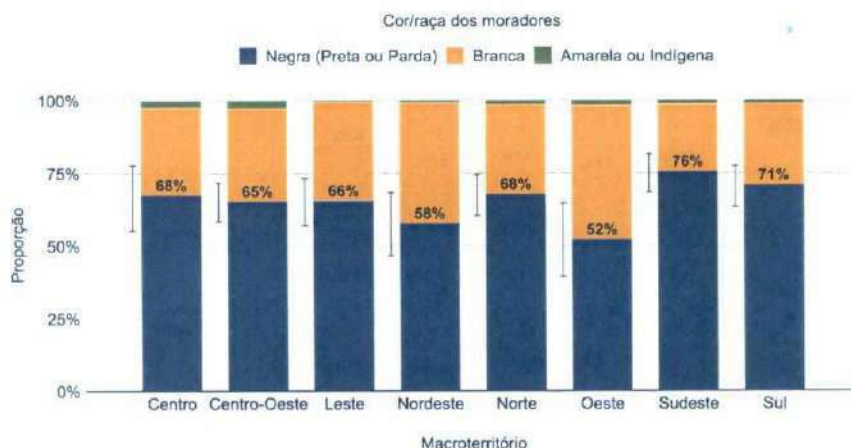


Figura 3 - Relação de cor/raça dos moradores
Fonte: ONU-Habitat, Territórios da Cidadania, 2023

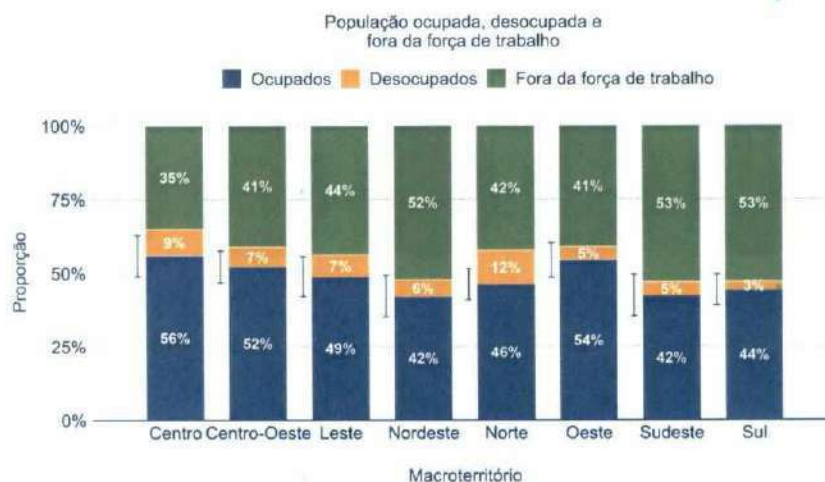
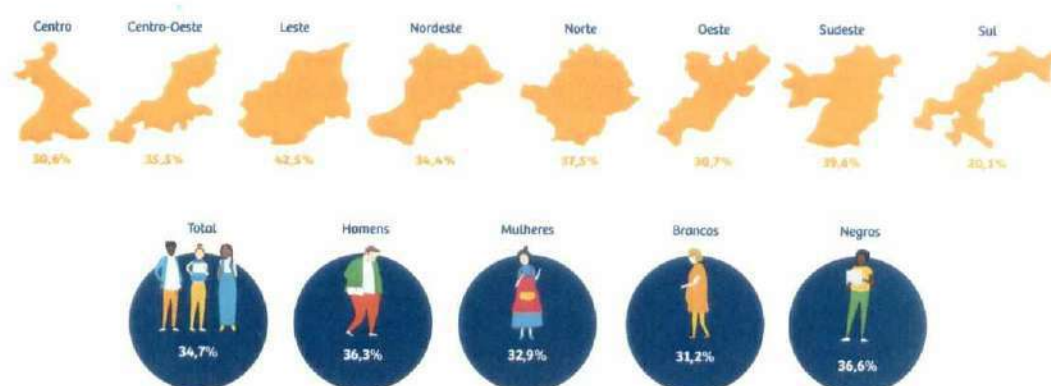


Figura 4 - Relação de Força de trabalho
Fonte: ONU-Habitat, Territórios da Cidadania, 2023



Figura 5 - Taxa de desemprego
Fonte: ONU-Habitat, Territórios da Cidadania, 2023



Fonte: Elaboração própria: ONU-Habitat/Territórios da Cidadania, 2023

Figura 6 - Mapa geral de Juiz de Fora
Fonte: ONU-Habitat, Territórios da Cidadania, 2023

A pesquisa sobre o perfil socioeconômico ainda analisa que em relação ao local de trabalho, estima-se que 9,7% da população empregada dos macroterritórios realiza suas atividades no próprio domicílio. Em sua maioria, os moradores trabalham em outro bairro que não o de residência, impactando diretamente o sistema de transportes e viário do município. Cerca de 63,2% da população ocupada precisa se deslocar para fora do seu bairro para o posto de trabalho.

Através dos dados, é possível esboçar uma matriz de origem e destino a nível dos macroterritórios para a população ocupada das áreas vulneráveis da cidade. Mais da



metade da população ocupada dos microterritórios que se localizam no Sul, Leste, Nordeste e Sudeste precisa se deslocar para outros macroterritórios para chegar ao seu local de emprego.

O macroterritório mais acessado é o Centro, 46% dos deslocamentos para o trabalho. Por outro lado, os trabalhadores dos microterritórios do Centro e do Norte são os que menos precisam se locomover: 75% e 56,7%, respectivamente, trabalham no próprio macroterritório.

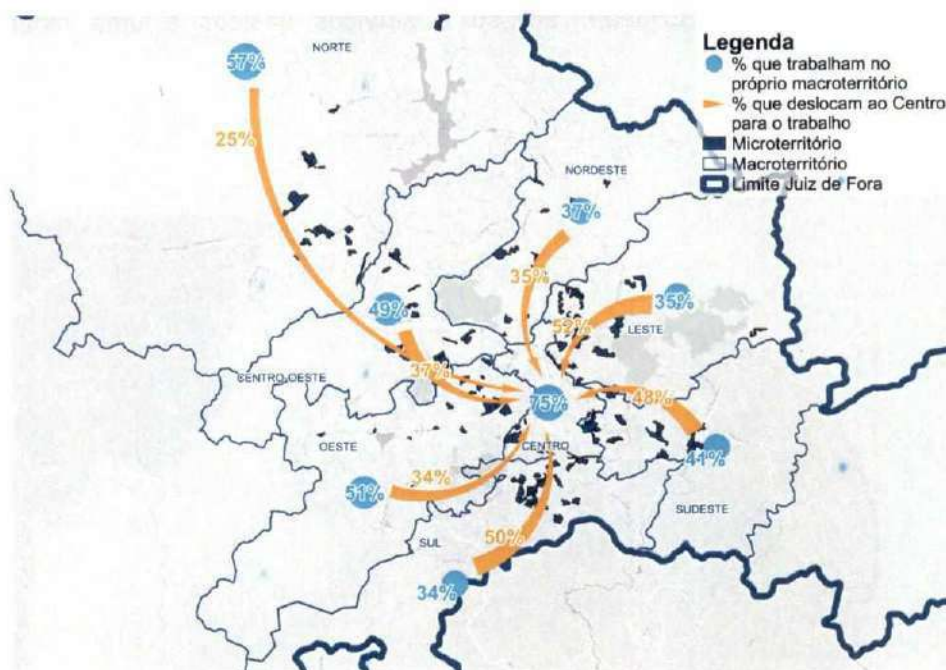


Figura 7 - Mapa de fluxo de deslocamento
Fonte: ONU-Habitat, Territórios da Cidadania, 2023

O Bairro Dom Bosco é uma área estratégica para Juiz de Fora, atuando como um ponto de conexão entre diversos territórios e bairros da cidade. Sua localização central, próxima a importantes centros comerciais e equipamentos públicos essenciais, como a Universidade Federal de Juiz de Fora, as escolas municipais Creche Municipal Carlos Roberto Ananias e E. M. Álvaro Braga de Araújo, além dos hospitais Monte Sinai, Ascomcer e Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, reforça sua importância na dinâmica urbana. Com uma infraestrutura consolidada e papel central na mobilidade urbana, o bairro facilita o acesso da população a serviços essenciais, fortalecendo sua relevância no desenvolvimento da cidade.

Soma-se que o entorno imediato do bairro é caracterizado pela presença de bairros predominantemente habitados por população de classe média e alta, como os bairros São Mateus e Cascatinha, além da proximidade com o campus da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), um espaço frequentado majoritariamente por indivíduos de classes sociais mais elevadas. No contexto macro, o Dom Bosco também faz fronteira com os bairros Aeroporto, Estrela Sul e São Pedro, sendo que os dois primeiros são reconhecidos por concentrarem a elite juiz-forana, enquanto o último tem se consolidado como um polo imobiliário em expansão devido à sua proximidade com a UFJF. Todos os bairros citados possuem infraestrutura consolidada, acesso a serviços básicos e uma dinâmica de crescimento.

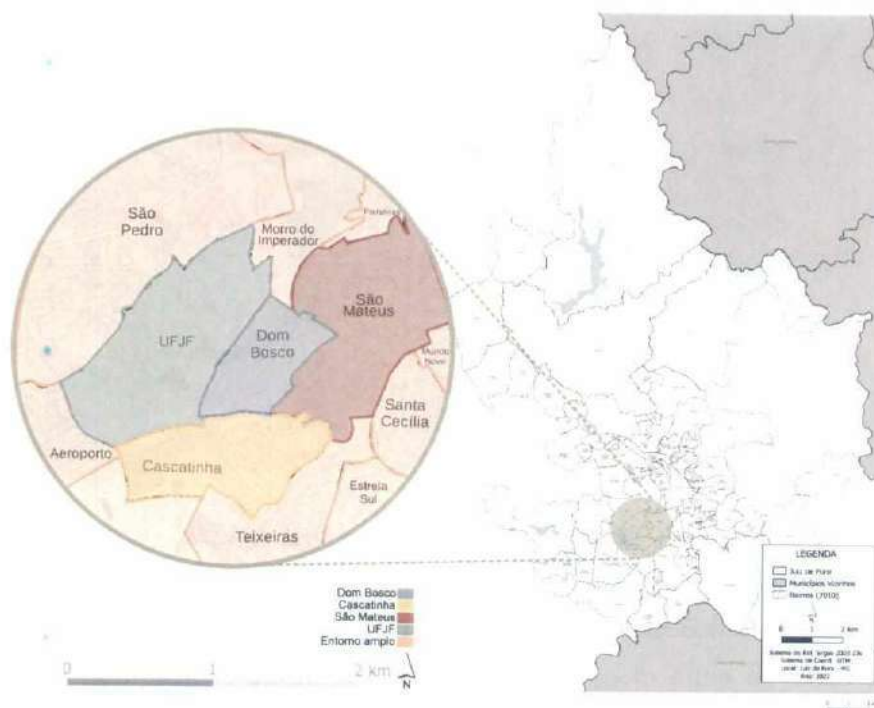


Figura 8 - Mapa delimitação do entorno do bairro Dom Bosco
Fonte: Guedes, 2022.

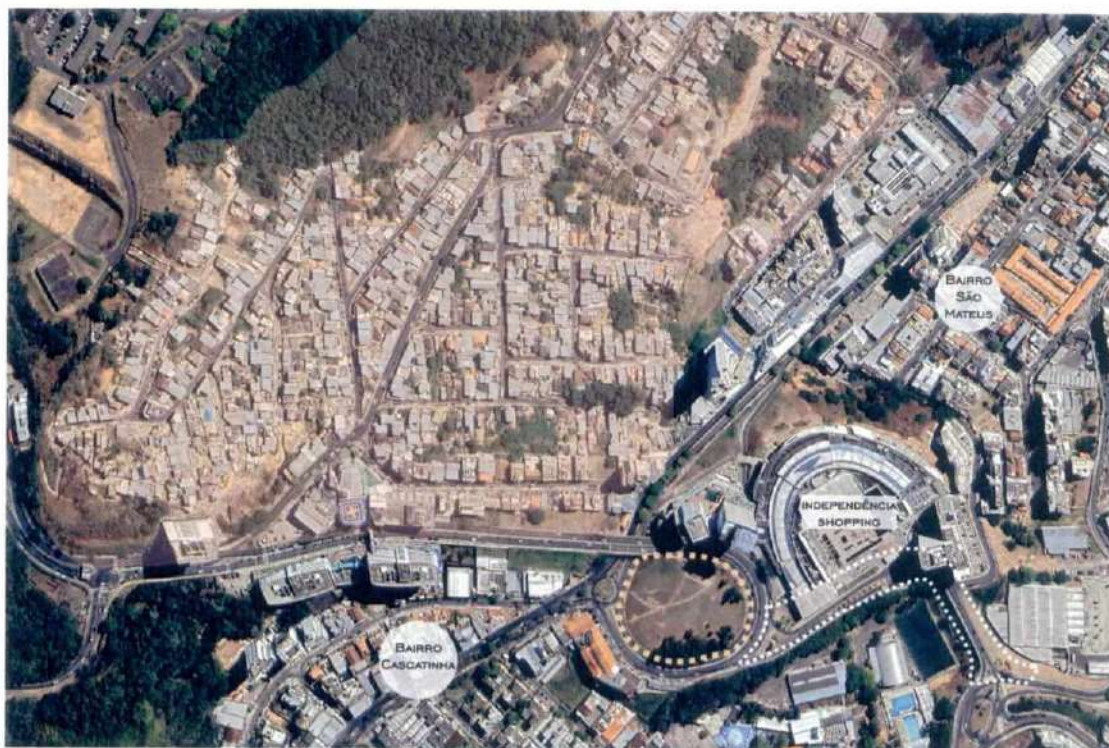
Esse crescimento impactou diretamente o mercado imobiliário, valorizando a região e consolidando a Avenida Presidente Itamar Franco como um eixo estruturador da expansão urbana de Juiz de Fora.

Duas transformações urbanas tiveram impacto direto no bairro Dom Bosco:

1. A implantação do Complexo de Clínicas Médicas do Instituto de Clínicas e Cirurgia de Juiz de Fora Ltda., em uma área previamente ocupada por uma nascente de água utilizada pelas lavadeiras do bairro, que, após a perda da fonte, abandonaram essa tradição.
2. A implantação de um shopping center pela Sociedade Independência Imóveis S/A, que resultou na remoção da Curva do Lacet, então principal espaço de lazer do bairro, sem que fossem estabelecidas medidas compensatórias para os moradores.



Figura 9 - Mapa da operação urbana consorciada Independência Shopping – 2005
Fonte: Guedes, 2022.



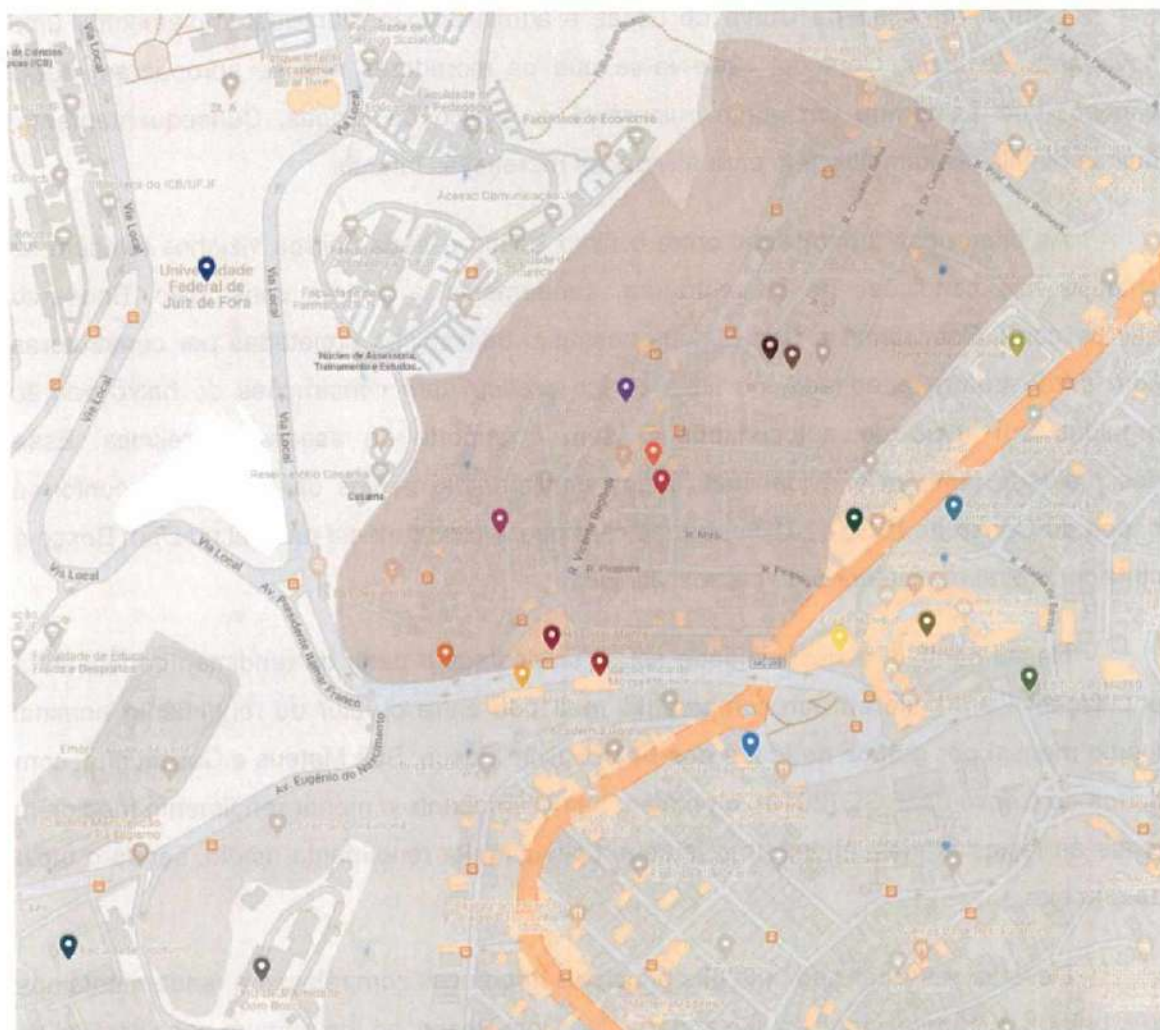
LEGENDA

- Curva do Lacet
- Operação urbana consorciada
- Independência shopping
- Bairro Dom Bosco

Figura 10 - Mapa da operação urbana consorciada Independência Shopping – 2022

Fonte: Guedes, 2022.

A análise dos equipamentos de serviços presentes no entorno do Dom Bosco revela a predominância de estabelecimentos privados, cuja clientela é majoritariamente composta por indivíduos de classe média e alta, resultando na exclusão da população local. Em termos de equipamentos públicos, o bairro conta com a Unidade Básica de Saúde Dom Bosco, a Escola Municipal Álvaro Braga de Araújo (ensino fundamental I), a Creche Municipal Carlos Alberto Ananias e a Praça Geraldo Filgueiras de Resende, a maioria localizada em um mesmo quarteirão.



SERVIÇOS PARTICULARES

- Hospital Monte Sinai Juiz de Fora
- Centro Médico Monte Sinai
- Apart-Hotel
- Centro Médico Monte Sinai
- Trade Hotel JF
- Independência Shopping
- Edifício Rossi 360 Home & Business
- UNIP POLO JUIZ DE FORA - FACSUM
- Faculdade Doctum
- SESI Juiz de Fora - Clube Campeste "Nansen Araújo"

SERVIÇOS PÚBLICOS

- Universidade Federal de Juiz de Fora
- UBS Dom Bosco
- E. M. Álvaro Braga de Araújo
- Creche Municipal Carlos Roberto Ananias
- Praça Geraldo Filgueiras de Resende
- HU-UFJF Unidade Dom Bosco
- Hospital Ascomcer
- Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus
- Agência de Cooperação Intermunicipal em Saúde Pé da Serra



INSTITUIÇÕES FILANTRÓPICAS

- INSTITUTO DOM
- Grupo Espírita Semente
- ASSOCIAÇÃO DOS AMIGOS
- Instituto Dom Orione
- Bairro Dom Bosco

Figura 11 - Mapa com principais localidades próximas
Fonte: Guedes, 2022.



Com a remoção da Curva do Lacet, a administração municipal implementou uma nova área de lazer. Contudo, observa-se que os moradores não se apropriaram deste espaço, que se tornou um ponto vulnerável ao tráfico de drogas. Consequentemente, muitas famílias evitam utilizá-lo para atividades recreativas infantis.

As diferenças urbanísticas entre o Dom Bosco e seus bairros vizinhos também se refletem nas condições de infraestrutura, saneamento e padrão construtivo. Enquanto bairros como Cascatinha e São Mateus possuem edificações projetadas por construtoras com infraestrutura adequada, no Dom Bosco predominam construções de baixo padrão erguidas por meio de autoconstrução, sem o suporte de assessoria técnica. Essa desigualdade também é evidenciada pelos rendimentos médios da população, conforme dados do Censo do IBGE (2010), que indicam que a renda média mensal no Dom Bosco é consideravelmente inferior à de bairros vizinhos.

Nesse sentido, a desigualdade social se destaca a partir do rendimento mensal da população. Com base em um comparativo realizado entre o valor do rendimento nominal médio mensal por grupos de idade dos bairros Dom Bosco, São Mateus e Cascatinha, com dados do Censo do IBGE (2010), o primeiro bairro apresenta o menor rendimento médio em todas as faixas etárias, enquanto o terceiro possui maior rendimento médio, sendo o triplo do primeiro.

Deve-se ressaltar que uma das principais diferenças com relação à renda média nos três bairros, está relacionada à faixa etária. No Dom Bosco, há um número considerável de jovens que iniciam a vida profissional muito cedo com o intuito de contribuir com a renda familiar. Por outro lado, nos bairros Cascatinha e São Mateus, os jovens dedicam seu tempo exclusivamente aos estudos, visto que seus pais e responsáveis possuem condições materiais de mantê-los, inclusive em instituições privadas de ensino.

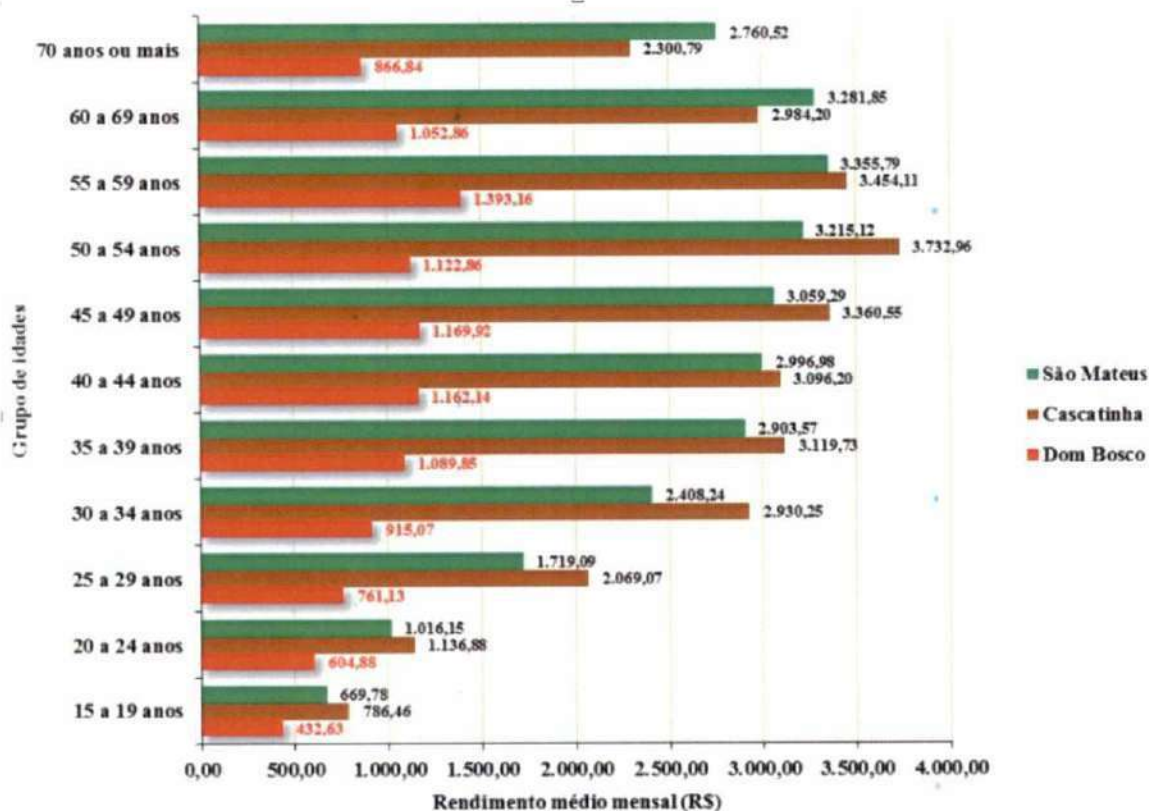


Figura 12 - Rendimento médio mensal por grupo de idade por bairro

Fonte: Dados IBGE - SIDRA, 2010. Elaborado: MONTEIRO, 2014.

Outro ponto que se destaca em relação às diferenças urbanísticas entre o bairro Dom Bosco e seu entorno é o valor do solo, através da análise da Planta Genérica de Valores da Terra (PGVT), utilizada para a realização do cálculo do Imposto Predial do Território Urbano (IPTU)¹. A PGVT apresenta a posição espacial dos valores médios dos imóveis de cada zona homogênea, trazendo valores dos imóveis conforme garanta a justiça social, assim o IPTU é cobrado em função do valor efetivo de cada imóvel.

Na PGVT, estão marcadas as áreas isótimas, delimitadas através da igualdade de valor unitário, identificando a homogeneidade das características físicas, os aspectos de zoneamento urbano e a existência de equipamentos urbanos e comunitários, fatores de insalubridade e de amenidades existentes. Em todos os anos, o IPTU sofre um reajuste que é feito com base no Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA) medido pelo IBGE. Na tabela 3, verifica-se que os reajustes sofridos nos anos de 2010 e 2022 somados expõem um acréscimo de, aproximadamente, 47%, dentro do período de 10 anos, em todas as áreas isótimas indicadas do bairro Dom Bosco, Cascatinha e São Mateus.

Áreas Isótimas

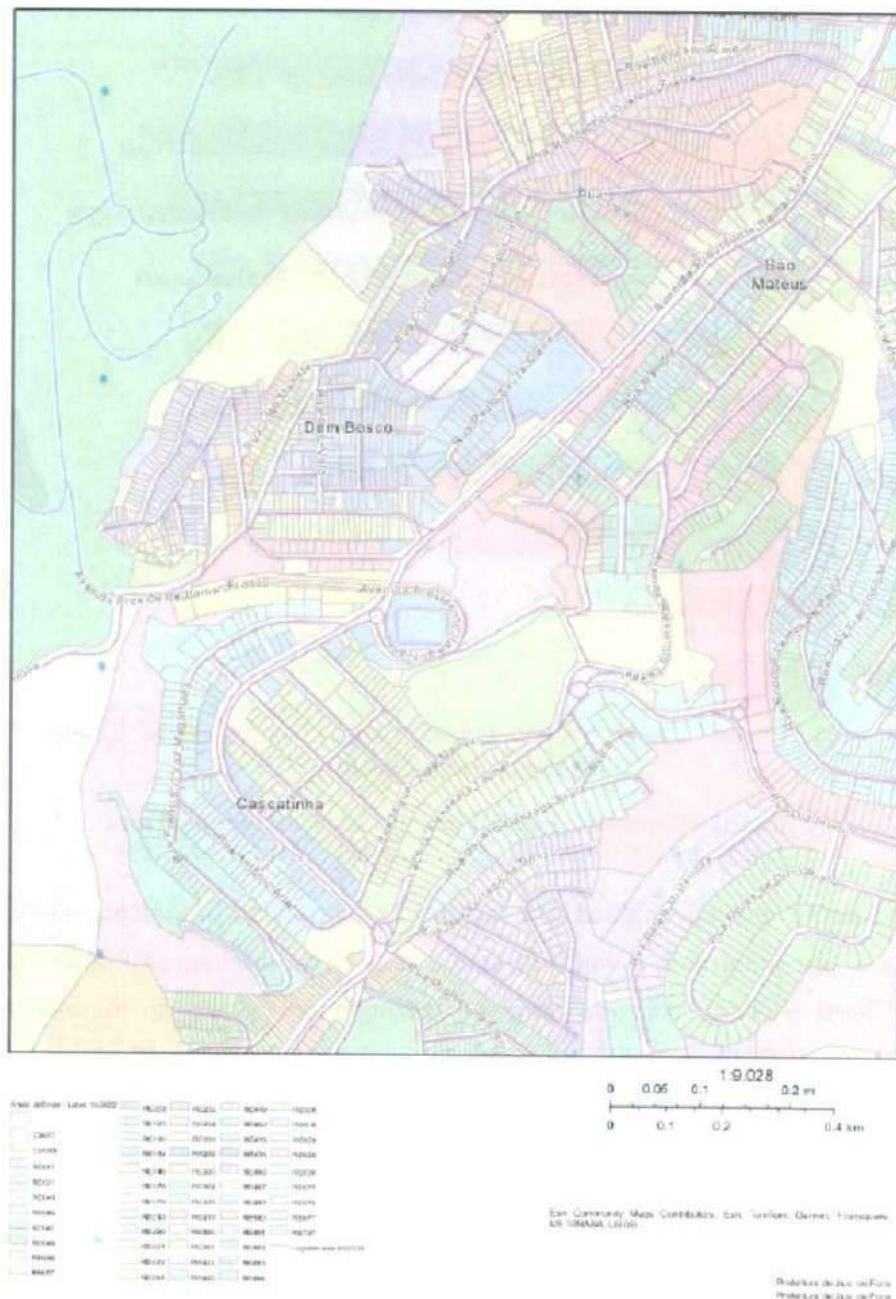


Figura 13 -Planta Genérica de Valores da Terra, Juiz de Fora
Fonte: Guedes, 2022.



Planta Genérica de Valores da Terra - Juiz de Fora/MG							
Ano 2022				Ano 2010			
Área Isótima	Valor m2	Apartamento	Casa	Área Isótima	Valor m2	Apartamento	Casa
Dom Bosco				Dom Bosco			
RE058	115,76	0,9	0,95	RE058	54,09	0,9	0,95
RE490	115,76	0,9	1	RE490	54,09	0,9	1
RE251	129,69	0,95	1	RE251	60,59	0,95	1
RE608	405,02	1,6	1,05	RE608	178,92	1,2	1,05
RE255	115,76	0,9	0,95	RE255	54,09	0,9	0,95
RE491	115,76	1	1	RE491	54,09	1	1
RE493	129,69	1	1	RE493	60,59	1	1
RE057	129,69	1	1	RE057	60,59	1	1
RE489	259,57	1	1,05	RE489	97,37	1	1,05
Cascatinha				Cascatinha			
RE146	649,44	1,2	1,05	RE146	303,48	1,2	1,05
RE256	1342,48	1	1	RE256	627,34	1	1
RE213	530,88	1,2	1	RE213	248,08	1,2	1
São Mateus				São Mateus			
RE221	2684,97	1,2	1	RE221	1254,68	1,2	1
RE222	2574,56	1,2	1	RE222	1203,1	1,2	1
RE220	530,76	1,2	1	RE220	248,02	1,2	1
RE021	436,2	1,2	1	RE021	203,83	1,2	1
RE047	692,86	1,2	1,05	RE047	323,77	1,2	1,05
RE492	490,61	1,2	1	RE492	229,26	1,2	1
RE252	432,93	1,2	1	RE252	202,3	1,2	1
OBS.: Essa planta é um recorte da PGVT. As áreas apresentadas são apenas as pertinentes a pesquisa que foi desenvolvida.							

Figura 14 -Tabela - Planta Genérica de Valores da Terra, Juiz de Fora
Fonte: Guedes, 2022

No que tange às diferenças culturais associadas às diferenças socioeconômicas, a questão racial é elemento de importante destaque. Segundo dados do Censo do IBGE (2010) em relação à raça e cor, no bairro Dom Bosco, no município de Juiz de Fora, é predominante o número de pessoas que se autodeclararam pretas. Por outro lado, em seu entorno, a autodeclaração da maioria das pessoas é de etnia/cor branca, evidenciando um quadro de segregação racial, além da social já latente.

Percentual de pessoas Pretas por setor censitário

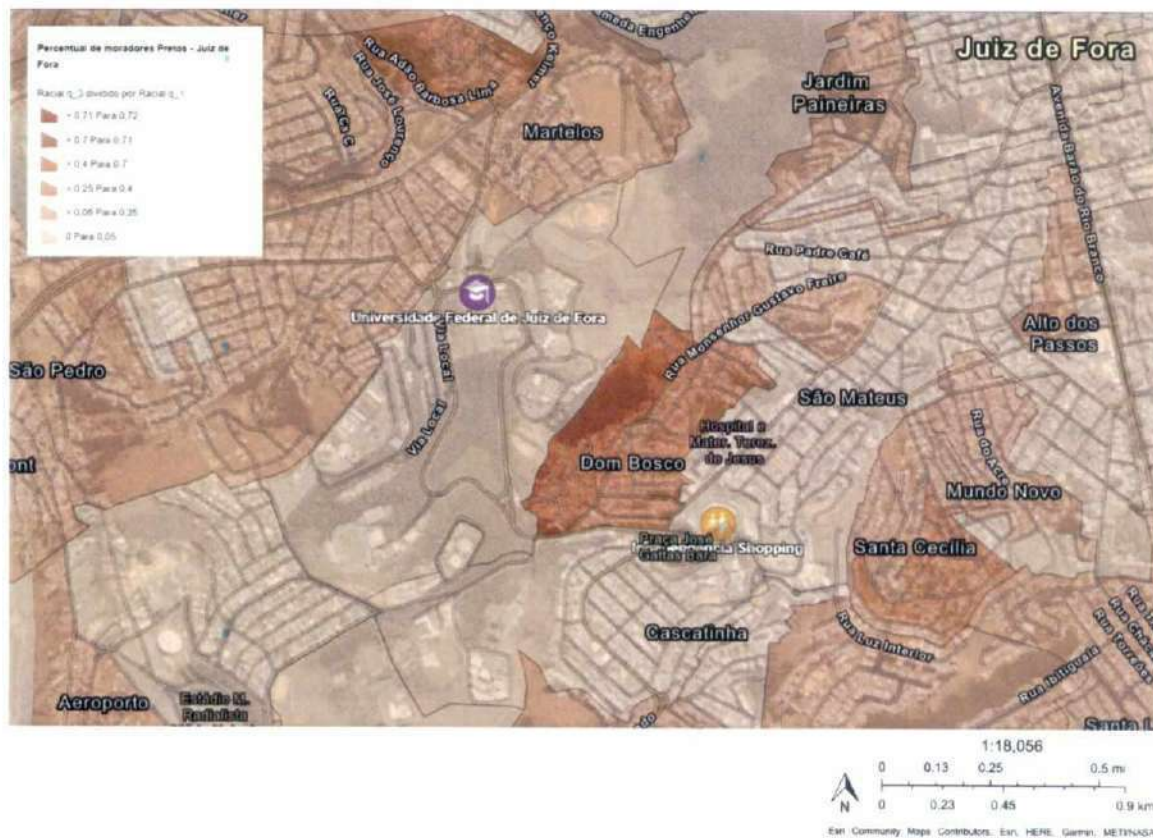


Figura 15 -Mapa de percentual de pessoas Pretas por setor censitário

Fonte: dados do Censo do IBGE, 2010. Elaborado: Francisco Carlos Moreira Gomes, 2021.

A desigualdade social e racial presente na sociedade atual é uma herança do período escravocrata, com as populações negras continuando a apresentar os maiores indicadores de vulnerabilidade social. Dados do IBGE de 2020 indicam que aproximadamente 73% da população pobre é composta por pessoas pretas ou pardas. Esses dados evidenciam a exclusão significativa da população negra do acesso a bens e serviços oferecidos pelo mercado, especialmente no que diz respeito à habitação. Em uma economia capitalista, a necessidade de bens materiais e comprovações de renda para adquirir ou alugar um imóvel dificulta ainda mais o acesso à moradia para essas populações. O acesso à terra tem sido legalmente restringido para pessoas negras, resultando na ocupação de áreas sem infraestrutura, saneamento e serviços básicos. Essas áreas são frequentemente de risco, sujeitas a desmoronamentos, deslizamentos de terra, enxurradas e inundações.



Com base nas análises dos dados apresentados, evidencia-se que o bairro Dom Bosco se consolidou como um enclave, expressão mais explícita de segregação sócio-espacial, devido às suas diferenças urbanísticas, sociais e culturais – citadas acima – em relação ao seu entorno. O enclave que demonstramos não apresenta muros visíveis, mas possui delimitações invisíveis da área, nas quais cada indivíduo, ao transpassá-las, tende a mudar o seu comportamento no espaço. A essas delimitações, denomina-se de “muros invisíveis” do bairro Dom Bosco e que a pesquisa provou existir dentro do próprio bairro.

4.1 O contexto habitacional e seu impacto social

O déficit habitacional em Juiz de Fora é uma questão significativa que afeta uma parcela considerável da população. De acordo com o Plano Municipal de Habitação (PMH) de 2007, aproximadamente 40% dos moradores enfrentavam algum tipo de déficit habitacional na cidade. Além disso, dados de 2019 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) indicam que Juiz de Fora possuía 16.112 famílias em situação de déficit habitacional. Essas áreas são caracterizadas pela carência de infraestrutura básica e pela irregularidade fundiária, o que justifica intervenções constantes para melhorar as condições de vida em territórios vulneráveis.

Durante o período chuvoso do verão de 2022, a Defesa Civil interditou 309 unidades habitacionais em Juiz de Fora devido aos riscos geológicos. Estima-se que aproximadamente 50.336 pessoas residam em áreas de risco geológico no município, o que agrava significativamente a situação habitacional local. No bairro Dom Bosco, entre 1996 e 2024, foram registradas 256 ocorrências relacionadas tanto a riscos geológicos quanto tecnológicos. Dentre estas, aproximadamente 15% envolveram ameaças de desabamento de edificações, enquanto 11% corresponderam a desabamentos parciais ou totais, evidenciando a gravidade de algumas situações.

A análise das ocorrências destaca a relevância de problemas relacionados à umidade, com cerca de 24% dos registros associados a infiltrações. Além disso, a autoconstrução, característica comum da região, contribui para o aparecimento de trincas nas edificações, que representam 29% das ocorrências registradas.

Esses dados evidenciam a vulnerabilidade das habitações localizadas em áreas de risco e reforçam a necessidade de respostas habitacionais ágeis e definitivas. Na região



proposta para intervenção, o risco elevado demanda soluções de engenharia, como obras de contenção e drenagem urbana, que são indispensáveis para mitigar os perigos identificados e assegurar a segurança das famílias afetadas.

A regularização fundiária, estabelecida como um dos objetivos da Política de Desenvolvimento Urbano e Territorial e do Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora, é uma medida de extrema importância para promover a segurança e a dignidade das famílias que vivem em situação irregular. De acordo com o relatório de cidadania do ONU-Habitat, em Juiz de Fora, apenas 38,2% dos domicílios possuem documentação registrada em cartório, enquanto 23% dispõem de promessa de compra e venda e 6,7% não possuem nenhum tipo de documentação. Além disso, 19,4% dos domicílios são frutos de ocupação de lotes ou imóveis. Esses dados revelam a vulnerabilidade de milhares de famílias que, sem a documentação formal de suas moradias, enfrentam incertezas quanto à estabilidade de suas habitações.

Apesar disso, mais da metade dos respondentes afirmaram não ter interesse em deixar suas residências, destacando o vínculo e pertencimento ao local onde moram (74,7%) e o apeço pelo bairro (62,4%). A regularização fundiária, portanto, não apenas assegura o direito à moradia, mas também fortalece os laços comunitários e oferece às famílias a possibilidade de planejar um futuro mais estável e seguro.

O bairro Dom Bosco é caracterizado por uma ocupação predominantemente autoconstruída e adensada. O que evidencia condições habitacionais precárias, com um significativo número de edificações erguidas com materiais inadequados. Além disso, o uso é predominantemente residencial, com estabelecimentos comerciais pontuais e espaçados. A maior parte dos imóveis possui dois a três pavimentos e não apresenta reboco sobre a alvenaria. Essas características reforçam o cenário de déficit habitacional e vulnerabilidade social, impactando diretamente a qualidade de vida da população local.

As fragilidades da infraestrutura urbana são evidentes em diversos aspectos. Embora o abastecimento de água e o sistema de esgotamento sanitário estejam presentes, problemas recorrentes, como vazamentos e falhas na manutenção da rede, comprometem sua funcionalidade. Além disso, a ausência de sistemas adequados de drenagem de águas pluviais no interior das residências agrava os riscos de alagamentos e deslizamentos de terra, impactando negativamente a segurança das habitações localizadas em áreas de encosta.



Nesse contexto, uma intervenção urbanística no bairro Dom Bosco revela-se essencial e estratégica. As ações prioritárias devem incluir a melhoria das condições habitacionais e a regularização fundiária. Tais medidas são fundamentais para mitigar as vulnerabilidades existentes, promover maior integração urbana e elevar os padrões de qualidade de vida da comunidade, em consonância com os princípios do desenvolvimento urbano sustentável.

De acordo com a metodologia Mapa Rápido Participativo desenvolvido pela ONU Habitat e a Prefeitura de Juiz de Fora (2022-2023), o padrão habitacional, especialmente na região do Alto Dom Bosco (C04-1), caracteriza-se pela autoconstrução, alta densidade e baixo padrão de habitabilidade. Esse cenário se deve, em grande parte, à falta de meios financeiros e/ou de informação por parte da população para acessar serviços qualificados de arquitetura e engenharia. Esses serviços são essenciais para a construção de habitações de qualidade, dentro dos parâmetros construtivos estabelecidos pela legislação específica e em conformidade com os trâmites legais para obtenção da documentação necessária durante todo o processo.

A ausência de assistência técnica, no entanto, não impede a realização de novas construções, que geralmente ocorrem de forma autônoma ou por meio da autoconstrução. Essas edificações frequentemente são feitas de maneira irregular, uma vez que a legislação municipal exige documentos comprobatórios da responsabilidade técnica de profissionais habilitados tanto para a aprovação do projeto quanto para a concessão do alvará de construção.

Diante do exposto, considerando ainda:

- a Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008, que assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005;
- a Lei Complementar nº 82, de 03 de julho de 2018, que dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora, fazendo menção em seu inciso XXVIII do art. 15 à implementação do serviço de assistência técnica gratuita, em arquitetura e engenharia;
- a Lei Municipal nº 14.272, de 04 de novembro de 2021, que institui a Assistência Técnica Pública para Habitação de Interesse Social voltada à população de baixa renda e dá outras providências;



- o Decreto do Executivo nº 14.986, de 21 de janeiro de 2022, que regulamenta a Lei de nº 14.272, de 04 de novembro de 2021 e institui o Escritório Público de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social voltada à população de baixa renda;

Conceber a habitação em sua amplitude demanda uma perspectiva interdisciplinar e humanizada. A moradia não é apenas o espaço onde se reside, mas o centro de uma rede de relações que conecta o indivíduo e a comunidade ao ambiente urbano, social e econômico.

Em sua dimensão física, os ambientes habitacionais precisam considerar funcionalidades que atendam às necessidades das famílias e ofereçam um conforto mínimo em condições de salubridade. É fundamental que sejam seguros, com estruturas estáveis e resistentes, capazes de proteger contra intempéries e desastres naturais. Além disso, as moradias devem ser acessíveis, incorporando elementos que permitam o uso por pessoas com mobilidade reduzida ou outras necessidades específicas, garantindo que todas as pessoas possam acessar seus próprios lares com autonomia.

Essa acessibilidade reflete-se também nas dimensões urbanísticas, incluindo a mobilidade urbana e a proximidade com serviços essenciais. A ausência dessa integração contribui para a formação de periferias desconectadas e precarizadas, intensificando a vulnerabilidade social e econômica dessas comunidades.

A moradia também desempenha um papel central na economia das famílias e das cidades. A dificuldade de acesso ao mercado imobiliário, muitas vezes agravada pela falta de documentação formal dos imóveis, aliada à realidade financeira dessas famílias, impede que elas acessem os financiamentos vigentes. Além disso, a moradia, enquanto espaço social, é fundamental para a construção da identidade comunitária e para o fortalecimento dos laços sociais.

Nesse contexto, ao mesmo tempo em que se busca garantir uma habitação que atenda às necessidades básicas de segurança, conforto e integração urbana, é imprescindível considerar soluções inovadoras e sustentáveis que melhorem as condições de vida das famílias. Elementos como eficiência energética, conforto térmico e prevenção de danos estruturais tornam-se aliados importantes na construção de moradias mais dignas e acessíveis. Essas intervenções não apenas otimizam o uso dos recursos disponíveis, mas



também têm o potencial de transformar a qualidade de vida das comunidades, promovendo saúde, bem-estar e sustentabilidade em diversas escalas.

A reflexão sobre habitação não pode se limitar às suas características estruturais; é necessário incorporar soluções que promovam a sustentabilidade, economia e bem-estar. Telhados brancos, por exemplo, são uma solução eficiente para melhorar o conforto térmico das residências, especialmente em climas quentes. Por refletirem a radiação solar, reduzem o calor absorvido pelo telhado, diminuindo a temperatura interna em até 5°C. Essa medida simples proporciona maior conforto aos moradores, mitiga o fenômeno das ilhas de calor urbanas e contribui para a redução do aquecimento global, gerando impacto ambiental positivo em escala local e global.

Em residências de baixa renda, a implementação de telhados brancos traz benefícios sociais e econômicos significativos. Ao reduzir a necessidade de ventiladores ou ar-condicionado, promove economia de energia elétrica e alivia o orçamento familiar. Ambientes mais frescos e confortáveis também favorecem a saúde e o bem-estar, especialmente para crianças, idosos e pessoas sensíveis ao calor, minimizando problemas como insônia e doenças respiratórias.

Outra solução acessível e sustentável é a impermeabilização de paredes com resinas. Essa prática elimina umidade, mofo e infiltrações, prevenindo doenças respiratórias e reduzindo custos de manutenção. Além disso, melhora o conforto térmico, valoriza esteticamente as residências e fortalece as condições habitacionais, promovendo saúde coletiva, organização comunitária e prevenindo a degradação urbana.

Por fim, medidas como essas, quando aplicadas em larga escala, não apenas impactam positivamente a vida das famílias beneficiadas, mas também contribuem para uma urbanização mais equilibrada, sustentável e humana. Essas soluções estão alinhadas aos princípios de qualidade de vida e resiliência nas cidades, fortalecendo o vínculo entre desenvolvimento urbano e bem-estar social.

4.2 Problemas estruturais e Urbanísticos

Em análise realizada pela Defesa Civil do Município de Juiz de Fora acerca da estrutura do solo e os riscos, ficou demonstrado que a região onde está localizado o Bairro Dom Bosco possui “um o padrão geológico de **intenso fraturamento, aliado à tipologia do relevo**, de vertentes íngremes e declividades elevadas, confere à **regiões com essas**

características grande incidência de eventos de deslizamentos de terra, principalmente em locais de maior ocupação, geralmente, áreas de encostas”.

Corroborando com essa problemática, o Mapa Rápido Participativo (MRP) foi outra pesquisa realizada no âmbito do projeto Territórios da Cidadania e consistiu em uma pesquisa qualitativa que buscou levantar dados primários sobre as condições urbanas dos microterritórios, coletados a partir da observação do espaço e de breves entrevistas com moradoras e moradores. Esta avaliação inclui, por exemplo, a presença de infraestrutura para mobilidade, abastecimento de água, coleta de lixo, padrão das moradias e fornecimento de energia elétrica.

Foram analisados 141 microterritórios, estabelecidos a partir das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), definidas pelo Plano Diretor de Juiz de Fora de 2018. Essas áreas de atuação do projeto se distribuem pelos oito macroterritórios. Os dados foram coletados em campo no primeiro semestre de 2022. Devido às particularidades e diferenças existentes dentro dos microterritórios, a metodologia prevê uma divisão do território em microáreas, como forma de fornecer uma leitura das condições urbanas de cada parcela do microterritório.

A subdivisão dos microterritórios em microáreas é realizada de forma prévia ao trabalho de campo e, durante o processo de coleta dos dados, são validadas conforme suas características e particularidades. Ou seja, uma microárea é definida a partir das semelhanças que são observadas naquela menor porção de território.

Como os assentamentos são bastante distintos entre si, os critérios utilizados para a sua delimitação dependem do contexto encontrado durante as pesquisas de campo.

Ao percorrer o microterritório, a equipe de campo, formada por especialistas técnicos e moradores desses territórios, fizeram registros fotográficos e anotações sobre as condições urbanas, conversa com moradores sobre questões de melhorias urbanas e riscos ambientais, infraestrutura (abastecimento de água, esgoto, coleta de lixo, transporte coletivo, por exemplo) e mobilidade e, ao final, preenche o formulário do MRP no aplicativo Kobo Collect2.

A partir desta abordagem, as informações produzidas são transformadas em indicadores que permitem comparar territórios a partir de uma mesma métrica,



estabelecendo parâmetros que direcionem as intervenções necessárias e prioridades de investimento.

O MRP busca se concretizar como uma ferramenta contínua de monitoramento do desenvolvimento urbano local. É possível, por exemplo, aplicá-lo antes e depois de uma obra de melhoria urbana como uma ferramenta de monitoramento e avaliação de políticas públicas e suas intervenções nos territórios. O diagnóstico foi estruturado a partir de informações sobre os 12 temas.

O Bairro Dom Bosco teve as suas 03 (três) Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS): C02 - Alto Dom Bosco; C03 - Baixo Dom Bosco; e C05 - Morro dos Cabritos analisadas. Alguns indicadores essenciais para compreender os riscos ambientais, a dinâmica urbana e o acesso aos serviços básicos dessas áreas são:

Melhorias Urbanas e Riscos Ambientais: trata do histórico de urbanização e deslizamentos, assim como métodos de prevenção. ex: morro dos cabritos:

Infraestrutura para Mobilidade: observa a capacidade para mobilidade, pavimentação, adequação, arborização e manutenção das vias e calçadas.

Padrão das Moradias: verifica as estruturas e os revestimentos das moradias, além do adensamento, da verticalização e do uso do solo (como residencial, comercial, misto, etc.).

Abastecimento de Água: observa a forma de abastecimento e o aspecto da água, a presença de ligações irregulares, e as interrupções no fornecimento.

Esgotamento Sanitário: investiga como o esgoto é lançado, a manutenção da rede oficial e também os possíveis refluxos e transbordamentos.

Drenagem de Águas Pluviais: trata da presença de redes oficiais e não oficiais de drenagem, assim como a manutenção e a capacidade destas.

Coleta de Lixo: capta como a coleta de lixo é realizada e a quais domicílios o serviço é prestado. Também considera o acesso aos pontos de descarte regulares e irregulares, bem como a presença de lixo espalhado pelo território.

Os indicadores gerados a partir deste diagnóstico inferem o grau de adequação das condições urbanas. Os valores máximos são de seis (6) e mínimos de zero (0). Quanto menor o valor, maior a precariedade do assentamento para aquele eixo temático. Valores

Correspondentes a 6 representam condições mais próximas a padrões adequados de cobertura e qualidade de infraestrutura e serviços urbanos.

Condições vulneráveis	VERMELHO	$\leq 1,50$ (condição menos adequada)
	ROSA	De 1,51 a 2,50
Condições intermediárias	LARANJA	De 2,51 a 3,50
	AMARELO	De 3,51 a 4,50
Condições mais adequadas	VERDE CLARO	De 4,51 a 5,50
	VERDE ESCURO	$\geq 5,51$ (condição mais adequada)

Figura 16 - Condições de vulnerabilidade
Fonte: Defesa civil, PJF.

Os três microterritórios analisados de acordo com nomenclatura do projeto Territórios da Cidadania são: C02 - Baixo Dom Bosco; C04 - Alto Dom Bosco; e C09 - Morro dos Cabritos analisadas - onde são também divididos em suas respectivas microáreas, todos esses microterritórios apresentaram indicadores preocupantes nas temáticas acima apresentadas:

C02 - Baixo Dom Bosco

Indicadores	C02-01	C02-02	C02-03	C02-04
Sinalização das Vias e Serviços Postais	6.00	6.00	6.00	6.00
Infraestrutura para Mobilidade	6.00	5.20	5.56	4.69
Acesso aos Meios de Transporte	4.20	4.20	4.20	4.05
Padrão das Moradias	5.60	4.85	4.85	4.85
Abastecimento de Água	6.00	6.00	6.00	6.00
Esgotamento Sanitário	5.70	5.70	6.00	3.30
Drenagem de Água Pluviais	1.25	2.40	2.10	4.70
Coleta de Lixo	6.00	2.70	3.70	3.52
Fornecimento de Energia Elétrica	6.00	6.00	6.00	6.00
Iluminação Pública	6.00	4.80	6.00	3.69
CONDIÇÃO GERAL	5.28	4.79	5.04	4.68

Figura 17 Tabela 1 – Indicadores do MRP por Microárea
Fonte: Defesa civil, PJF.



C04 - Alto Dom Bosco

Indicadores	C04-01	C04-02	C04-03
Sinalização das Vias e Serviços Postais	6.00	6.00	6.00
Infraestrutura para Mobilidade	4.78	4.48	5.32
Acesso aos Meios de Transporte	4.05	4.05	6.00
Padrão das Moradias	2.34	2.34	4.85
Abastecimento de Água	4.00	5.64	6.00
Esgotamento Sanitário	5.70	2.67	5.25
Drenagem de Água Pluviais	4.10	2.75	5.45
Coleta de Lixo	2.70	2.66	3.70
Fornecimento de Energia Elétrica	5.40	5.40	6.00
Iluminação Pública	3.69	3.69	6.00
CONDIÇÃO GERAL	4.28	3.97	5.46

Figura 18 Tabela 1 – Indicadores do MRP por Microárea

Fonte: Defesa civil, PJF.

C09 - Morro dos Cabritos

Indicadores	C09-01	C09-02
Sinalização das Vias e Serviços Postais	6.00	6.00
Infraestrutura para Mobilidade	3.61	3.87
Acesso aos Meios de Transporte	3.99	4.20
Padrão das Moradias	2.74	4.85
Abastecimento de Água	3.00	3.76
Esgotamento Sanitário	6.00	3.66
Drenagem de Água Pluviais	3.80	3.65
Coleta de Lixo	1.08	2.76
Fornecimento de Energia Elétrica	5.40	5.40
Iluminação Pública	3.53	2.79
CONDIÇÃO GERAL	3.92	4.09

Figura 19 Tabela 1 – Indicadores do MRP por Microárea

Fonte: Defesa civil, PJF.

4.2.1 Condições de uso e ocupação do solo, o Bairro Dom Bosco

Quanto às condições de uso e ocupação do solo, o Bairro Dom Bosco se transformou ao longo das últimas décadas. A partir da base de dados constante na plataforma MapBiomas Brasil (2025)¹ foi possível realizar um comparativo do uso e ocupação do solo no Bairro Dom Bosco, no período entre 1985 e 2023 (Figura 20). De maneira geral foi possível identificar um significativo crescimento das áreas antropizadas (que atualmente já representam mais de 80% do território do bairro). Cabe pontuar que a variável Mosaico de Usos abrange tanto áreas de pastagem, como também áreas com vegetação nativa (com característica de formação florestal).

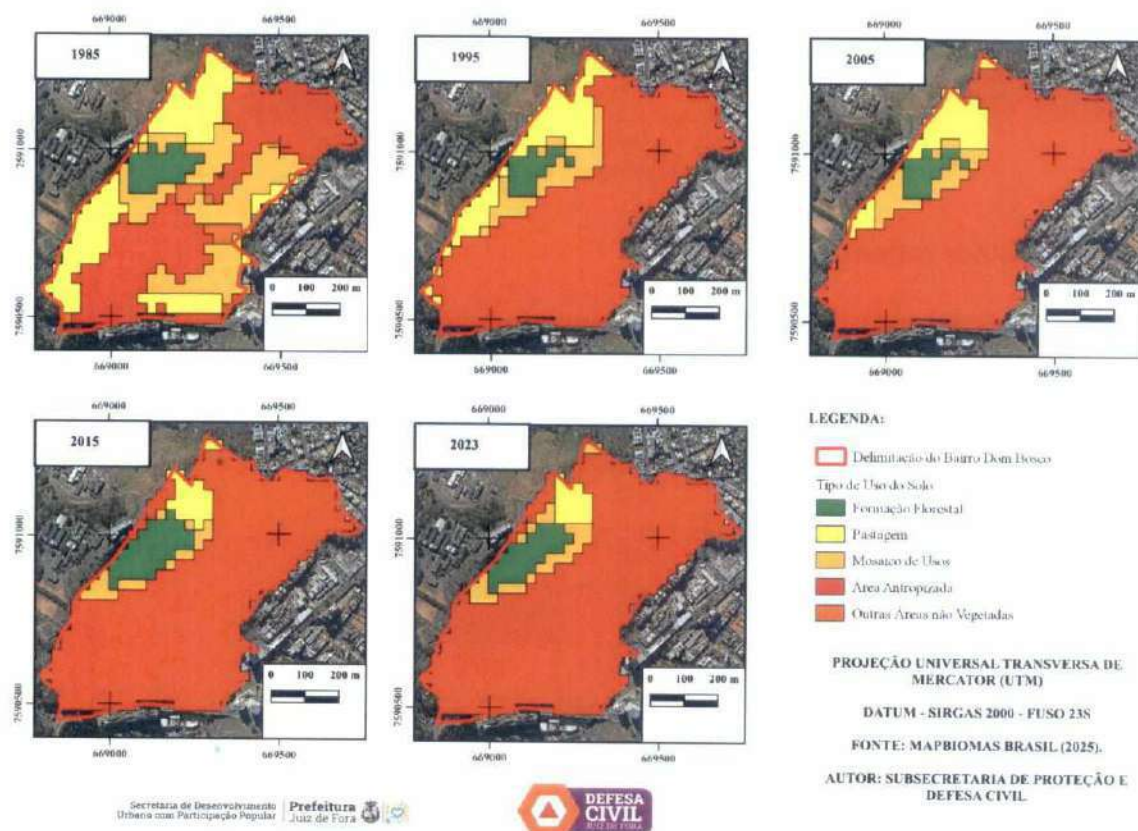


Figura 20 Mosaico comparativo das condições de uso e ocupação do solo no Bairro Dom Bosco entre 1985 e 2023
Fonte: SSPDC (2025).

¹ MapBiomas Brasil. Cobertura e Uso da Terra. [s.l], 2025. Disponível em: <https://brasil.mapbiomas.org/colecoes-mapbiomas/>. Acesso em: 15 mar. 2025.



Pelos mapas apresentados na Figura 20, observa-se que ao longo dos últimos anos, boa parte do processo de expansão das áreas antropizadas do Bairro Dom Bosco, se deu em direção a região da ZEIS Morro dos Cabritos. As Tabelas 1 e 2 apresentam um compilado de informações, que apresentam um comparativo, de como se deu a evolução do uso e ocupação do solo, no Bairro: Dom Bosco.

Tabela 1 - Evolução do uso e ocupação do solo no Bairro Dom Bosco, no período entre os anos de 1985 e 2023 (dados em km²)

Tipo de Uso do Solo	Área Ocupada ao Longo dos Anos (km2)					Dif. % entre 1985 e 2023
	1985	1995	2005	2015	2023	
Formação Florestal	0,02	0,02	0,02	0,03	0,02	7,41%
Pastagem	0,10	0,05	0,04	0,02	0,01	-86,55%
Mosaico de Usos - Formação Florestal e Pastagem	0,10	0,03	0,02	0,02	0,02	-75,00%
Área Urbanizada	0,16	0,29	0,32	0,33	0,33	102,03%
Outras Áreas não Vegetadas	0,01	0,00	0,00	0,00	0,00	-100,00%

Elaboração: SSPDC (2025).

Tabela 2 - Evolução do uso e ocupação do solo no Bairro Dom Bosco, no período entre 1985 e 2023 (porcentagem de área total da bacia)

Tipo de Uso do Solo	Área Ocupada ao Longo dos Anos (km2)				
	1985	1995	2005	2015	2023
Formação Florestal	5,72%	4,03%	4,03%	7,63%	6,14%
Pastagem	25,21%	13,77%	9,11%	4,45%	3,39%
Mosaico de Usos - Formação Florestal e Pastagem	24,58%	7,84%	6,14%	4,03%	6,14%
Área Urbanizada	41,74%	74,36%	80,72%	83,90%	84,32%
Outras Áreas não Vegetadas	2,75%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

Elaboração: SSPDC (2025).

Por ser uma região periférica, próxima a região central do Município de Juiz de Fora, o Bairro Dom Bosco possui parcelas de sua área densamente habitadas. De acordo com dados do novo Censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2022)²,

² IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2022**. Brasília - DF, *2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html>. Acesso em: 15 mar. 2025.

aproximadamente **4.187** pessoas residem no **Bairro Dom Bosco**, estando estas distribuídas por um total de **1.860** domicílios, sendo **1.556** destes ocupados. Quando realizado um comparativo com o Censo do IBGE (2010)³ é possível verificar uma queda de cerca de **11,42%** da população residente no bairro Dom Bosco (na época a população local era de **4.187** pessoas). Já no que tange ao volume de domicílios particulares, foi possível verificar um **acréscimo de 30,62%** (na época, o volume de domicílios era de **1.424**). Esse aumento de domicílios em percentual, mais significativo que o aumento da área antropizada, indica um possível processo de **verticalização de imóveis no bairro Dom Bosco**.

Ainda com base no Censo de 2022, foi possível verificar que **71,17% da população do Bairro Dom Bosco** se identifica como **Preto ou Pardo** (sendo **1.797** pretos e **1.183** pardos). Também quanto à população local, foi possível verificar que ela é **majoritariamente feminina, representando 53,14% da população local**. Quanto a públicos vulneráveis (crianças e idosos), se tem que **28,76% da população do Bairro Dom Bosco** se enquadra nestes grupos (466 crianças e 738 idosos - maioria feminina).

Neste sentido, com base em todos os dados inicialmente apresentados, é possível inferir que:

- a) Mais de **75% da população do Bairro Dom Bosco** reside em uma das 03 (três) **Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS) - Alto Dom Bosco, Baixo Dom Bosco ou Morro dos Cabritos**;
- b) Grande parcela dos domicílios se encontram localizados em áreas declivosas, o que leva automaticamente a inferir um significativo processo de intervenções no solo (levando a alteração de suas camadas superficiais e morfologia, cenário pelo qual **favorece a deflagração de cenários de formação de feições erosivas e movimentos gravitacionais de massa**);
- c) O aumento significativo de domicílios entre o Censo de 2010 e 2022, em detrimento a pequena expansão horizontal das áreas antropizadas do Bairro Dom Bosco no mesmo período, indicam um **possível processo de verticalização de imóveis**. Considerando, que os dados do Censo de 2010 apontam que quase **70% da população do Bairro Dom Bosco** possuía à época renda média inferior a **1,85 salários mínimos**, é possível esperar que os novos domicílios implantados se tratam de **autoconstruções**;

³ IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo 2010**. Brasília - DF, 2010. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 15 mar. 2025.



- d) Este conjunto de informações, levam a um importante processo de atenção por parte da Defesa Civil, haja vista que um Bairro com encostas declivosas, com presença de construções vulneráveis (autoconstruções), conjuntamente uma população socialmente vulnerável, pode levar a cenários de grandes desastres.

4.2.2 Desastres aos quais o Bairro Dom Bosco se encontra propenso

Realizando uma análise sobre a caracterização do Bairro Dom Bosco, elencada no tópico 1 deste documento, bem como baseada nos dados da Cobrade¹⁴, se tem que a área do Bairro Dom Bosco está propensa aos seguintes tipos de desastres:

- a) **Geológico** - Movimentos de Massa - Queda, rolamento, tombamento de blocos rochosos;
- b) **Geológico** - Movimentos de Massa - Deslizamentos de solo;
- c) **Geológico** - Erosão Continental (principalmente dos tipos laminar e ravinas);
- d) **Hidrológico** - Enxurradas;
- e) **Hidrológico** - Alagamentos;
- f) **Meteorológico - Tempestade Local/Convectiva** - Tempestade de raios;
- g) **Meteorológico - Tempestade Local/Convectiva** - Granizo;
- h) **Meteorológico - Tempestade Local/Convectiva** - Vendaval;
- i) **Meteorológico** - Ondas de Calor;
- j) **Meteorológico** - Ondas de Frio;
- k) **Climatológicos** - Incêndios Florestais ou em áreas não protegidas;
- l) **Climatológico** - Baixa Umidade do Ar;
- m) **Biológico** - Epidemias - Doenças Infecciosas Virais;
- n) **Tecnológico** - Incêndios em Residências;
- o) **Tecnológico** - Colapso de Edificações.

Desastres Geológicos - Bairro Dom Bosco

Quanto aos cenários de risco geológico, inicialmente cabe apresentar a chamada carta de suscetibilidade. No âmbito das geociências, a acepção do termo **suscetibilidade** pode ser sintetizada como a **predisposição ou propensão dos terrenos** ao desenvolvimento de um fenômeno ou processo do meio físico. Uma área cujos terrenos apresentam características que tendem a favorecer, por exemplo, a ocorrência de deslizamentos, como o predomínio de declividade alta, pode ser considerada propensa a esse tipo de processo, independente de previsão acerca de quando poderá ocorrer um

evento e tampouco do grau de certeza atribuível a essa possibilidade. A declividade se salienta, então, como um dos fatores predisponentes ao desenvolvimento do processo e, por essa razão, passível de inclusão entre os parâmetros necessários à análise de suscetibilidade (SGB, 2014)⁴. No que tange ao Bairro Dom Bosco, a suscetibilidade a movimentos de massa, pode ser verificada através da Figura 21.

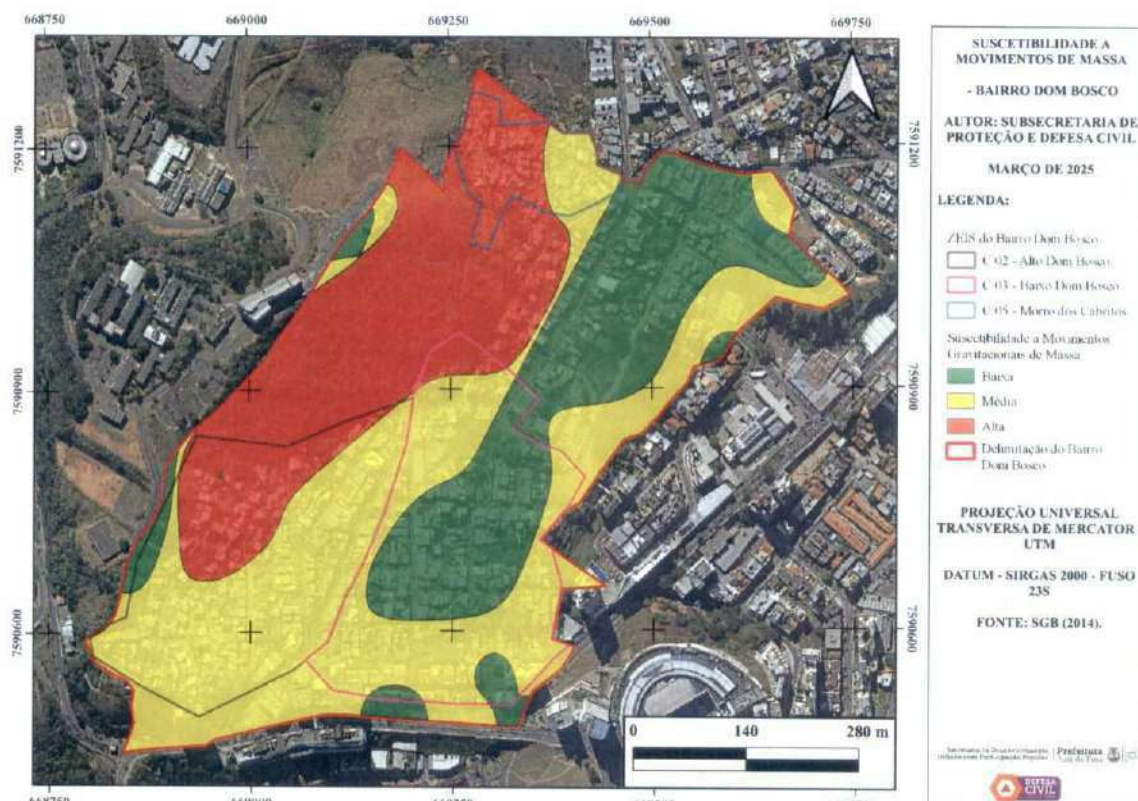


Figura 21 Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa - Bairro Dom Bosco
Fonte: SGB (2014)

A partir dos dados gerados na figura 21, é possível induzir que no Bairro Dom Bosco:

- 42,83% da sua área possui **suscetibilidade moderada a movimentos de massa**;
- 29,88% da sua área possui **suscetibilidade alta a movimentos de massa**;
- 27,29% da sua área possui **suscetibilidade baixa a movimentos de massa**.

Sendo assim, quase **73%** da área do Bairro Dom Bosco merece atenção especial, no que tange à propensão a cenários de movimentos de massa (deslizamentos de solo, bem como queda, rolamento, tombamento de blocos rochosos). A análise em questão

⁴ SGB - Serviço Geológico do Brasil. *Cartas de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundações* - Nota técnica explicativa. Brasília - DF, 2014. 50 f. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/16588/1/NT-Carta_Suscetibilidade.pdf. Acesso em: 15 mar. 2025.



também foi realizada em relação às ZEIS e demais áreas do Bairro Dom Bosco - vide Tabela 3.

Tabela 3 - Percentual das ZEIS e demais áreas do Bairro Dom Bosco em cada classe de suscetibilidade a movimentos de massa.

Localidade	Grau de Suscetibilidade a Movimentos de Massa		
	Percentual da Área com Baixa Suscetibilidade a Movimentos de Massa	Percentual da Área com Moderada Suscetibilidade a Movimentos de Massa	Percentual da Área com Alta Suscetibilidade a Movimentos de Massa
ZEIS C02 - Alto Dom Bosco	2,33%	69,74%	27,93%
ZEIS C03 - Baixo Dom Bosco	43,2%	52,98%	3,82%
ZEIS C05 - Morro dos Cabritos	0,012%	34,89%	65,10%
Demais Áreas do Bairro Dom Bosco	33,87%	26,21%	39,92%

Elaboração: SSPDC (2025).

Após a apresentação da variável suscetibilidade, outras duas variáveis importantes na gestão de riscos e desastres precisam ser apresentadas, estas são respectivamente a ameaça, o perigo, a vulnerabilidade e o risco.

A **ameaça** corresponde ao fenômeno ou processo do meio físico cuja dinâmica pode gerar consequências negativas (perdas e danos) em relação aos elementos expostos (pessoas, edificações, infraestrutura, bens materiais, serviços, recursos naturais). O termo **perigo** expressa uma condição com potencial para causar consequências negativas em um dado intervalo ou período de tempo. Já a variável **vulnerabilidade** está ligada a capacidade de elementos como edificações suportarem os impactos de uma determinada ameaça. Por fim, o **risco** corresponde a uma medida da ameaça e das consequências (financeiras, bens, vidas) que esta poderá causar num dado intervalo de tempo. A estimativa do risco integra as análises de perigo/periculosidade e de consequências, incluindo nesta última a vulnerabilidade dos elementos expostos.

4.3 Atribuição da Vulnerabilidade das Edificações

CHAPADÃO

A população local segmenta o bairro em seis localidades: Chapadão (Jardim Paraíso), Buraco, 511, Dom Bosco, Morro dos Cabritos e Grot. Essa divisão interna reflete



processos de rivalidade e segregação, dificultando a utilização compartilhada dos equipamentos urbanos.

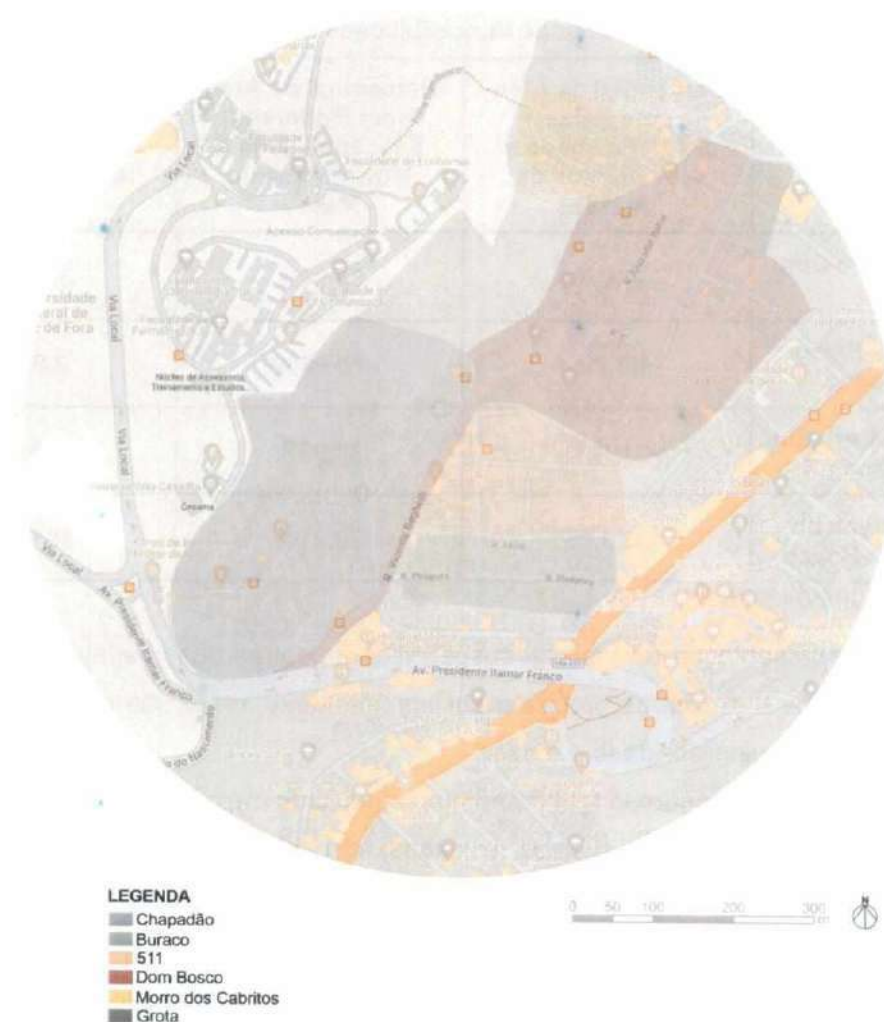


Figura 22 Mapa de divisão das áreas do bairro Dom Bosco
Fonte: Guedes, 2023

O *Chapadão* (Figuras 23 e 24), conhecido como Jardim Paraíso devido ao antigo loteamento localizado no alto Dom Bosco, é uma das áreas mais carentes de infraestrutura do bairro, possui apenas uma via de acesso de veículos, um escadão e a trilha que interliga o bairro ao campus da UFJF, que está fechada de acordo com os moradores do bairro. A área possui uma alta declividade, sendo considerada pela defesa civil uma área de Risco Geológico 3 e 4¹, além de ser apresentada como AEIS, desde o PDDU 2000, agora nomeada como ZEIS. Uma característica diferente desse local é o da assistência realizada



aos moradores através de um micro-ônibus – com rota estipulada apenas dentro do bairro – cujo trajeto segue até a Rua Gustavo Dodt e que, devido às condições de espaçamento das vias nos locais, esse transporte público só passou a circular há poucos anos, e foi uma conquista dos moradores.



Figura 23 Delimitação do Chapadão de acordo com os moradores do bairro Dom Bosco
Fonte: Guedes, 2023

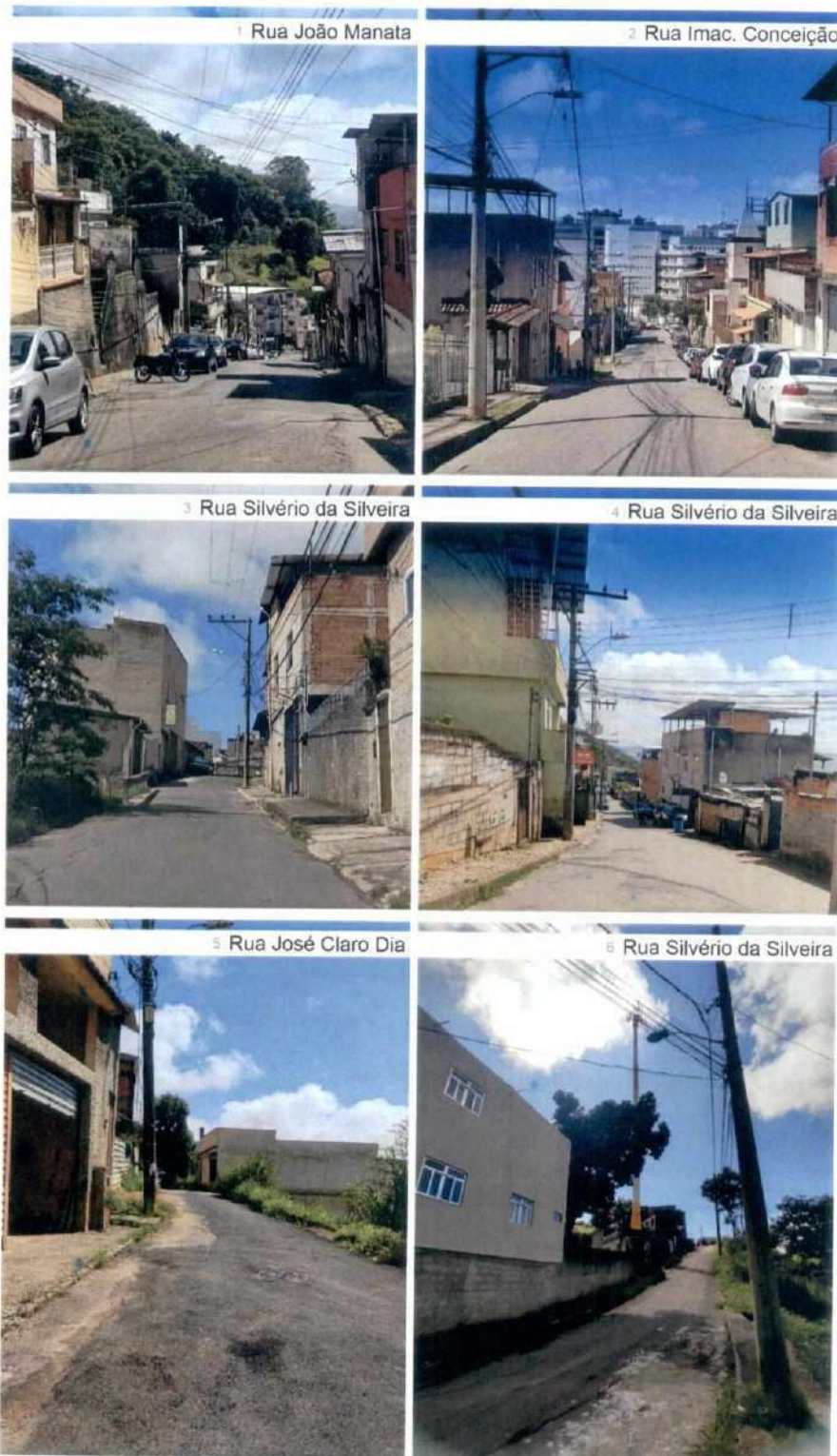


Figura 24 Fotos Chapadão
Fonte: Guedes, 2023



O *Buraco* (figura 25 e 26) está localizado na parte baixa do bairro Dom Bosco e interliga o bairro à Avenida Presidente Itamar Franco, uma das principais vias da cidade. Sua acentuada declividade resulta na conformação das casas em lotes abaixo do nível da rua, criando a percepção de um buraco. No entanto, possui uma infraestrutura adequada, devido à proximidade com o Hospital Monte Sinai e o Shopping Independência. Apesar dessas características, ainda é uma área com muitas moradias de baixo padrão.



Figura 25 Delimitação do Buraco de acordo com os moradores do bairro Dom Bosco
Fonte: Guedes, 2023



1 Rua Pirapora



2 Rua Pirapora



3 Rua Mirai



4 Rua Mirai



Figura 26 Fotos Buraco
Fonte: Guedes, 2023

A área do 511 (Figura 27 e 28) recebe esse nome devido à linha de ônibus público que transpassa o bairro e, assim como o *Buraco*, está localizada na parte baixa do bairro

[illegible]

Fonte: Guedes, 2023

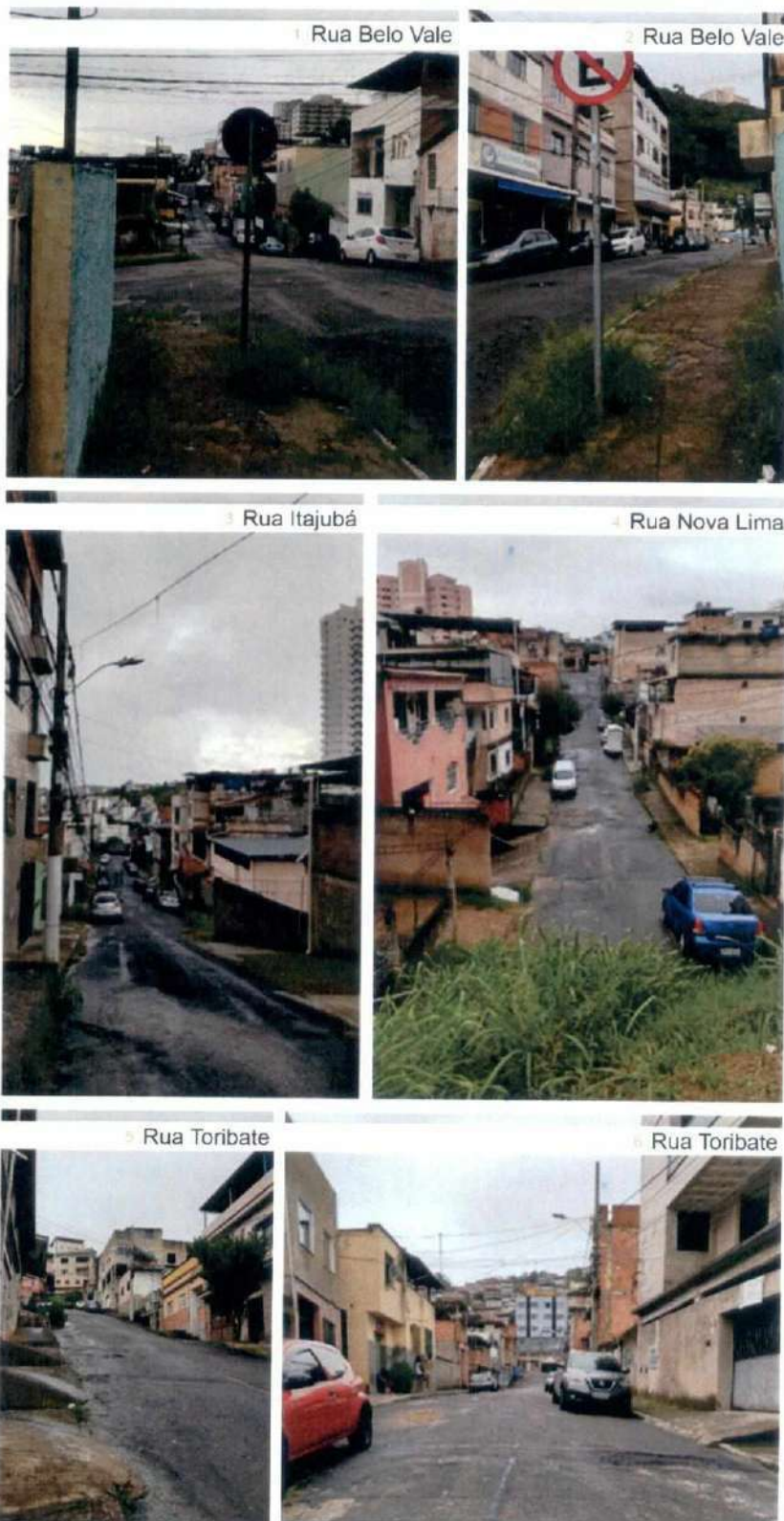


Figura 28 Fotos
Fonte: Guedes, 2023



A área reconhecida como *Dom Bosco* (Figuras 29 e 30) é o local onde se concentra a maior parte do comércio que, em sua maioria, são de pequenos negócios. O diferencial dessa localização é que a área possui construções de moradias de padrão mais elevados com infraestrutura e saneamento básico bem consolidado. Também é a região em que está implantada a Escola Municipal, a Creche e a Praça do bairro.



Figura 29 Delimitação do Dom Bosco (localidade) de acordo com os moradores do bairro Dom Bosco
Fonte: Guedes, 2023

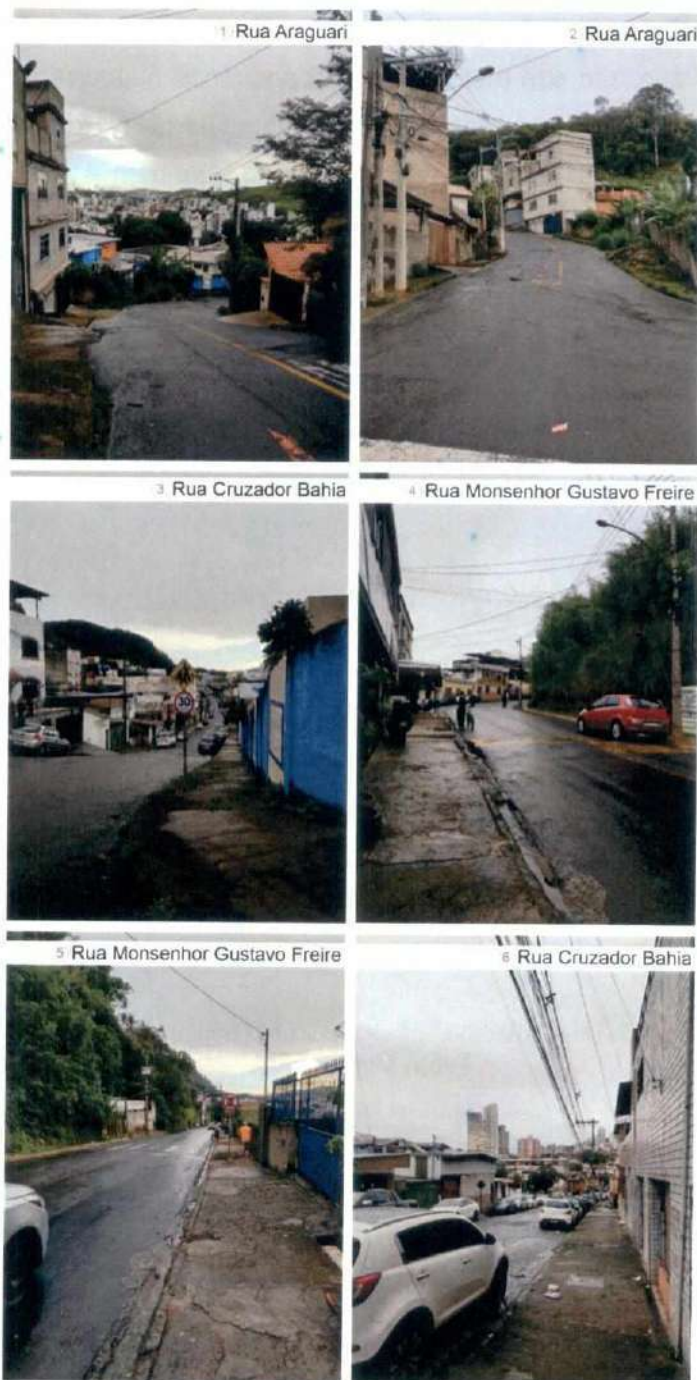


Figura 30 Fotos Dom Bosco (localidade)
Fonte: Guedes, 2023

O *Morro dos Cabritos* (figuras 31 e 32) tem uma grande declividade, as vias são estreitas o que impossibilita a passagem de transporte público e a coleta de lixo. De acordo com a Defesa Civil de Juiz de Fora, essa área apresenta Risco Geológico 4, além disso é

considerada uma ZEIS, devido às características físicas e socioeconômicas dos moradores da área.



Figura 31 Delimitação do Morro dos Cabritos de acordo com os moradores do bairro Dom Bosco.
Fonte: Guedes, 2023



Figura 32 Fotos Morro dos Cabritos
Fonte: Guedes, 2023

Por último, a *Grota* (figuras 33 e 34) é um dos espaços que mais sofreu processos de transformações nas últimas década devido a sua proximidade com o bairro São Mateus. As construções da área têm um padrão elevado e verticalizado, que disputam o espaço com casas antigas com um padrão inferior. Esse local é dotado de boa infraestrutura e saneamento básico.



Fonte: Guedes, 2023

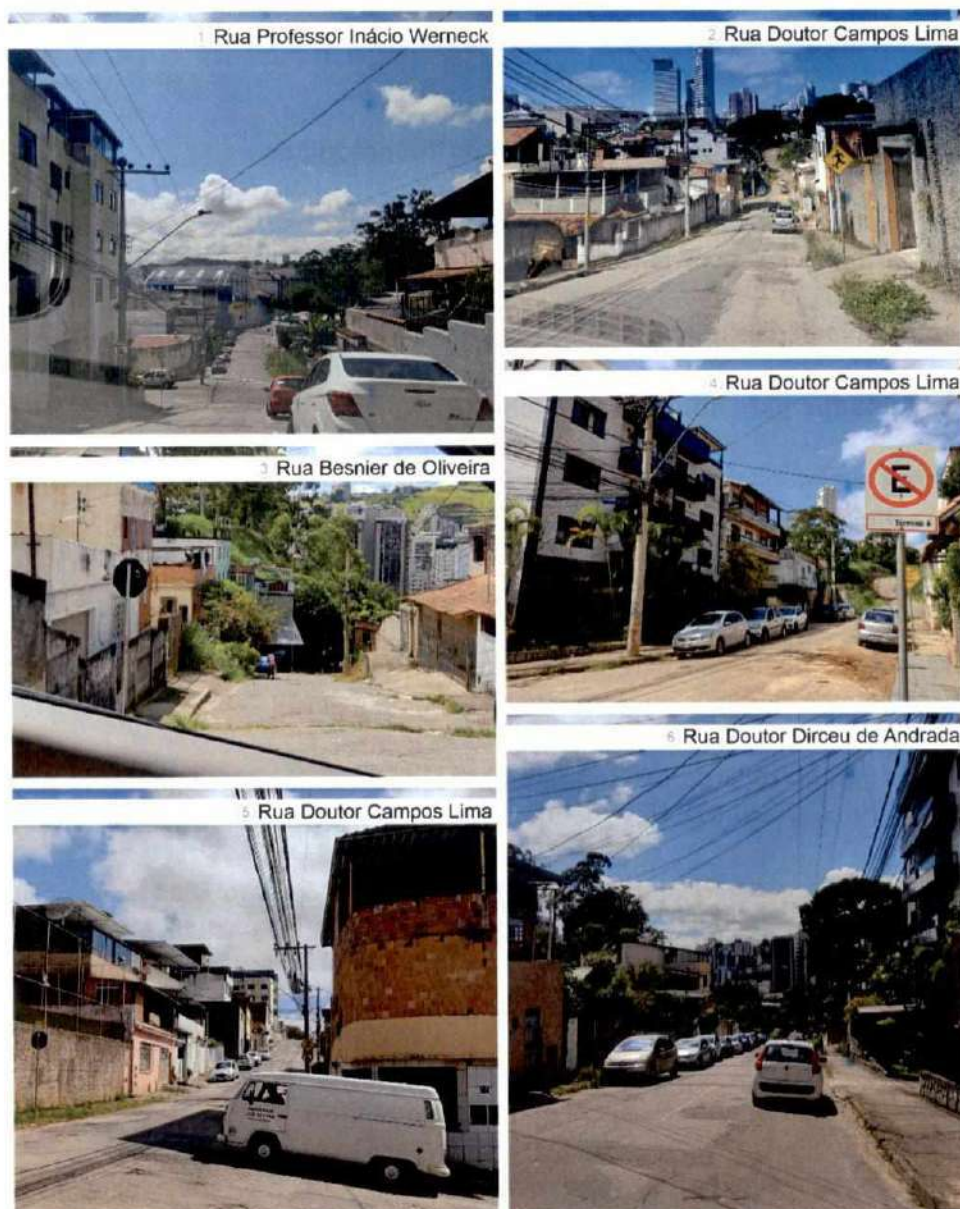


Figura 34 Fotos Grotá
Fonte: Guedes, 2023

A segmentação do bairro, realizada pelos próprios residentes, permite explorar a percepção de que os moradores do Dom Bosco rotulam certas áreas, resultando em uma segregação do espaço. Essa rotulação influencia a população da cidade como um todo, que passa a estigmatizar o bairro em geral, atribuindo-lhe a reputação de uma área marginalizada devido às grandes diferenças urbanísticas, sociais e culturais em relação ao seu entorno.



5. Ações Previstas

Diretrizes de projetos - Estudo preliminar

Melhorias Habitacionais - Mitigação de Riscos Tecnológicos

Serão executadas medidas de prevenção a colapsos da estrutura das habitações, e de prevenção de incêndios com risco apresentado em diagnóstico. Realizando reforço nas estruturas, construção de paredes, mitigação de fissuras e prevenção de desabamento, além da troca de materiais de edificações para materiais de baixa combustão.

Pintura de Telhados para conforto térmico

Será realizada a pintura de todos os telhados e lajes com tinta impermeabilizante na cor branca, para prevenção de infiltrações e conforto térmico das edificações.

Impermeabilização de paredes para prevenção de infiltrações

Será realizada a pintura das paredes externas de todas as edificações com em resina impermeabilizante incolor aplicada com rolo de espuma e pincel.

Implantação de Respiro Urbano- Requalificação do Escadão que liga a Rua Silvério da Silveira a Rua José Claro Dia - Requalificação de Área para Manifestações Religiosas

Será requalificado o escadão que conecta a rua Rua José Claro Dias a Rua Silveiro da Silveira com pintura e reconstrução dos pisos e espelhos da escada , além disso, esse espaço conta com uma área de lazer conhecido com praça da santa. Pretende-se requalificar esse espaço, dotando-o de espaços de descanso, de manifestações religiosas e de alternativas lúdicas para crianças.

Implantação de Equipamento Público - Praça com Mirante

Será implantado equipamento de lazer com espaços para descanso, paisagismo e de observação da paisagem, realizados em concreto armado, pisos em intertravado e guarda-corpo metálicos.

Requalificação de Escadão

Será requalificado o escadão que conecta a Rua Kátia Falconi a Residências com pintura e reconstrução dos pisos e espelhos da escada.

Implantação de Equipamento Público - Praça e adequação de Vuelas para acesso a residências



A fim de melhorar o acesso a residências presentes em áreas de risco, além de realizar a contenção do talude, pretende-se a implantação de praça para vivência comunitária, composta por bancos, equipamentos lúdicos e paisagismo.

Implantação Respiro Urbano e adequação de Vias para acesso a residências

A fim de melhorar o acesso a residências presentes em áreas de risco, além de realizar a contenção do talude, pretende-se a implantação de praça para vivência comunitária, composta por bancos, equipamentos lúdicos e paisagismo.

Requalificação de Escadão

Será requalificado o escadão que conecta a Rua João Begheli a Rua Vicente Begheli com pintura e reconstrução dos pisos e espelhos da escada, com estrutura alternativa de descida para crianças como escorregador e implementação de paisagismo.

Implantação de Respiro Urbano

Pretende-se requalificar esse espaço, dotando-o de espaços de descanso, realizando ainda, contenções de taludes com aproveitamento do espaço para lazer.

Implantação de Respiro Urbano

Pretende-se requalificar esse espaço, dotando-o de espaços de descanso, realizando ainda, contenções de taludes com aproveitamento do espaço para lazer.

Requalificação de Escadão

Será requalificado o escadão que conecta a Rua João Begheli a Residências com pintura e reconstrução dos pisos e espelhos da escada.

Requalificação de Equipamento público - Praça com Parquinho e Quadra poliesportiva

Reforma e requalificação de Equipamento público existente em materiais utilizados em projetos anteriores, inclusive compra de equipamentos de playground e paisagismo.

Instalação do centro de apoio à inclusão produtiva e vivência Comunitária

Implantação de centro de apoio a comunidade para desenvolvimento de propostas de inclusão produtiva e de vivência comunitária e para servir também como polo do Periferia Viva.

Implantação de Passeio Público com Acessibilidade



Implantação de calçadas acessíveis em todo o território para circulação segura de pedestres e cadeira de rodas.

Pavimentação em intertravado

Será realizada a pavimentação de todo o território em Urbanização integral, com alargamento das vias necessárias e especificadas em tabela anterior, realizando contenções ou demolições para este êxito.

Remodelação da Rede Pública de Esgoto - Implantação de rede de Drenagem

Qualificando o espaço e dotando de infraestrutura básica, será implantado e complementação da Rede pública de esgoto e drenagem em PEAD com diâmetros de 600 e 800 mm, a partir da realidade local e necessidades de cada rua.

Implantação de rede de Drenagem

A fim de manter a qualidade e funcionalidade da drenagem na área de Urbanização integral, também haverá implantação de drenagem nas demais vias do macroterritório Bairro Dom Bosco.

Proteção, contenção e estabilização do solo

Implantação de contenções conforme localidades apresentadas pela Defesa civil, com adoção de metodologia de contenção após os devidos testes de solo e sondagens, com estruturas eficientes e materiais que prolonguem a vida útil do elemento construtivo. Sendo realizadas preferencialmente em concreto armado. Além de implantação de Estação Geotécnica para Monitoramento de Risco de Movimentos de Massa, para acompanhamento em tempo real dos riscos na localidade como mitigação para prevenção de fatalidades.

Proteção e prevenção contra incêndios

Implantação de Aceiro para Mitigação de Risco de Queimadas na Mata do Dom Bosco e Implantação de Sensor de Fumaça e Indicador de Queimadas na Mata do Dom Bosco.

Recuperação ambiental e soluções baseadas na natureza.

Criação de Trilha Sinalizada na Mata do Dom Bosco, para conscientização ambiental, e preservação da flora presente. Implantação de Jardim de Chuva como metodologia de auxílio para drenagem urbana.

Gestão de Resíduos Sólidos

Remoção de Resíduos Descartados Irregularmente e Aterro Lançado em duas localidades georeferenciadas em tabela e Implantação de Container de Resíduos Inteligente - Com Sensor.

6- PROJETOS E SOLUÇÕES A SEREM EXECUTADAS

Partindo do diagnóstico realizado pela defesa civil, das sugestões de propostas e atendendo as necessidades locais, foram previstas as seguintes implementações (tabela a seguir), optando para esta proposta a requalificação integral de apenas o Alto Dom bosco, composto pela poligonal de urbanização integral.

Intervenções para Melhoria da Urbanização e Qualidade de Vida dos Moradores do Dom Bosco						
Nº	Endereço	Latitude	Longitude	Tipo de Intervenção	Área total a Receber a Intervenção	Estimativa Preliminar de Custo
Melhorias de unidades habitacionais						
1	Vias Diversas	-	-	Melhorias Habitacionais - Mitigação de Riscos Tecnológicos		R\$ 984.375,00
2	Vias Diversas	-	-	Pintura de Telhados para conforto térmico	32.987,59	R\$ 1.316.204,84
3	Vias Diversas	-	-	Impermeabilização de paredes para prevenção de infiltrações	79.704,20	R\$ 3.180.197,58
Equipamentos Públicos (inclui praças e áreas de lazer)						
1	Rua José Claro Dia (Praça da santa)	-21,77901412	-43,36568247	Implantação de Respiro Urbano	192,60	R\$ 419.135,59
2	Rua José Claro Dia	-21,77891762	-43,36578385	Requalificação do Escadão que liga a Rua Silvério da Silveira a Rua José Claro Dia	57,45	R\$ 125.023,25
3	Rua José Claro Dia	-21,77900393	-43,36574734	Requalificação de Área para Manifestações Religiosas	117,00	R\$ 39.782,81
4	Rua Kátia Falconi	-21,78039219	-43,36732559	Implantação de Equipamento Público - Praça com Mirante	242,89	R\$ 528.579,57
5	Rua Kátia Falconi	-21,78099347	-43,36626501	Requalificação de Escadão	10,83	R\$ 23.568,35
6	Rua Gustavo Dodt	-21,78052844	-43,36611988	Implantação de Equipamento Público - Praça e adequação de Vias para acesso a residências	225,20	R\$ 490.082,42
7	Rua Manoel Lopes Silva	-21,78081131	-43,36576263	Implantação Respiro Urbano e adequação de Vias para acesso a residências	89,15	R\$ 194.009,09
8	Rua João Begheli	-21,78070335	-43,36542602	Requalificação de Escadão	167,32	R\$ 364.123,40

9	Rua Vicente Beghelli	-21,78013566	-43,36468428	Implantação de Respiro Urbano	253,21	R\$ 551.038,05
10	Rua João Manata	-21,779101	-43,36481284	Implantação de Respiro Urbano	211,52	R\$ 460.319,71
11	Rua João Beghelli	-21,77949769	-43,36549372	Requalificação de Escadão	26,93	R\$ 58.605,33
12	Rua José dos Santos	-21,777,110	-43,361,166	Requalificação de Equipamento público - Praça com Parquinho e Quadra poliesportiva	1963,01	R\$ 686.783,59
13	Rua José dos Santos	-21,776.993	-43,361.222	Instalação do centro de apoio a inclusão produtiva e vivência Comunitária	520,00	R\$ 1.529.730,80
46	Rua José dos Santos	-21,777,110	-43,361,166	Requalificação de Equipamento público - Praça com Parquinho e Quadra poliesportiva	1963,01	R\$ 686.783,59
47	Rua José dos Santos	-21,776.993	-43,361.222	Instalação do centro de apoio a inclusão produtiva e vivência Comunitária	520,00	R\$ 1.529.730,80
Infraestrutura urbana (esgotamento sanitário, abastecimento de água, manejo de águas pluviais, pavimentação, obras viárias, etc.)						
1	Rua José Claro Dia (toda a via)	-	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	301,57	R\$ 62.270,44
2	Rua José Claro Dia	-21,77870875	-43,36581009	Reconstrução da Infraestrutura Viária e Implantação de Obra de Contenção/Estabilização de Talude em Área que foi Atingida por Movimento de Massa (Escorregamento de Talude)	144,00	R\$ 815.306,40
3	Rua José Claro Dia	-21,77908345	-43,36638041	Implantação de Sistema de Captação e Direcionamento de Águas Pluviais aos Fundos de Residências	145,00	R\$ 30.000,00
4	Rua José Claro Dia	-21,77837418	-43,36567963	Alargamento de Via Pública de Maneira a Possibilitar o Acesso do Transporte Público ao Local - Necessária a Implantação de Obra de Contenção/Estabilização de Talude	96,00	R\$ 543.537,60
5	Rua Kátia Falconi (toda a via)	-	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	83,30	R\$ 17.200,41
6	Rua Kátia Falconi	-21,78073134	-43,36696515	Adequação de Acesso para Residência	44,00	R\$ 4.262,50
7	Rua Gustavo Dodt	-21,78052844	-43,36611988	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	87,23	R\$ 18.011,90
8	Rua Gustavo Dodt	-21,78052844	-43,36611988	Remodelação da Rede Pública de Esgoto	79,61	R\$ 238.830,00

9	Rua Gustavo Dodt	-21,78091054	-43,36602578	Alargamento de Via - Necessário possível demolição de Residência	49,48	R\$ 29.793,26
10	Rua Manoel Lopes Silva (toda a via)	-	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	184,68	R\$ 38.133,84
11	Rua Manoel Lopes Silva	-21,78035516	-43,36588225	Remodelação da Rede Pública de Esgoto	93,23	R\$ 279.690,00
12	Rua Manoel Lopes Silva	-21,78069727	-43,36579932	Alargamento de Travessa	37,93	R\$ 12.327,64
13	Rua João Beghelli	-	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade, com travessia	122,25	R\$ 25.243,10
14	Rua João Beghelli	-21,77984463	-43,36541474	Remodelação da Rede Pública de Esgoto	225,28	R\$ 675.840,00
15	Todo o alto dom bosco	-	-	Pavimentação em intertravado (todo o alto dom bosco)	6.487,25	R\$ 6.255.979,54
16	Rua Silvério da Silveira (toda a via)	-	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade, com travessias	887,52	R\$ 183.261,79
17	Rua Silvério da Silveira	-21,77969152	-43,36587667	Remodelação da Rede Pública de Esgoto	298,79	R\$ 896.370,00
18	Rua Imaculada Conceição	-21.778.464	-43.365.007	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	47,09	R\$ 9.723,31
19	Rua Imaculada Conceição	-21,77890569	-43,36493183	Remodelação da Rede de Esgoto	225,28	R\$ 675.840,00
20	Rua João Manata (toda a via)	-	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	415,26	R\$ 85.746,00
21	Rua Vicente Beghelli (toda a via)	-	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	619,35	R\$ 127.888,03
22	Rua José Claro Dia	-	-	Implantação de rede de Drenagem	240,00	R\$ 720.000,00
23	Rua Silverio da Silveira	-	-	Implantação de rede de Drenagem	430,00	R\$ 1.290.000,00
24	Rua Gustavo Dodt	-	-	Implantação de rede de Drenagem	70,00	R\$ 210.000,00
25	Rua Manoel Lopes Silva	-	-	Implantação de rede de Drenagem	90,00	R\$ 270.000,00
26	Rua João Beghelli	-	-	Implantação de rede de Drenagem	200,00	R\$ 600.000,00
27	Rua Imaculada Conceição	-	-	Implantação de rede de Drenagem	230,00	R\$ 690.000,00
28	Rua João Manata	-	-	Implantação de rede de Drenagem	200,00	R\$ 600.000,00
29	Rua Vicente Beghelli	-	-	Implantação de rede de Drenagem	400,00	R\$ 1.400.000,00

30	Rua Araguari	-	-	-	Implantação de rede de Drenagem	270,00	R\$ 945.000,00
31	Rua Dirceu de Andrade	-	-	-	Implantação de rede de Drenagem	100,00	R\$ 500.000,00
32	Av. Presidente Itamar Franco	-	-	-	Implantação de rede de Drenagem	120,00	R\$ 600.000,00
33	Rua Professor Freire	-	-	-	Implantação de rede de Drenagem	60,00	R\$ 300.000,00
34	Rua Belo Vale	-	-	-	Implantação de rede de Drenagem	200,00	R\$ 600.000,00
35	Rua Itajubá	-	-	-	Implantação de rede de Drenagem	180,00	R\$ 540.000,00
36	Rua Nova Lima	-	-	-	Implantação de rede de Drenagem	100,00	R\$ 300.000,00
37	Rua Mirai	-	-	-	Implantação de rede de Drenagem	150,00	R\$ 450.000,00
38	Servidão	-	-	-	Implantação de rede de Drenagem	90,00	R\$ 315.000,00
39	Rua Paulo de Souza Freire	-	-	-	Implantação de rede de Drenagem	300,00	R\$ 1.200.000,00
40	Rua Monsenhor Pedro Arbex	-	-	-	Implantação de rede de Drenagem	200,00	R\$ 800.000,00
41	Rua Pirapora	-	-	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	116,76	R\$ 24.109,48
42	Rua Mirai	-21,77977713	-43,362594	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	359,952	R\$ 74.325,59
43	Rua Nova Lima	-21,77884527	-43,36274885	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	110,016	R\$ 22.716,93
44	Rua Borda da Mata	-21,77812982	-43,36307711	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	4,8	R\$ 991,14
45	Rua Araguari	-21,77788743	-43,36230365	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	220,73	R\$ 45.577,99
48	Rua José dos Santos	-21,77701832	-43,36092758	-	Implantação de Infraestrutura Viária e Pavimentação	1528,0864	R\$ 336.130,44
49	Rua José dos Santos	-21,77670307	-43,36089177	-	Remoção dos Detritos oriundos de Demolição	502,8008	R\$ 47.910,63
50	Rua José dos Santos	-	-	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	162,13	R\$ 33.477,82

51	Rua Cruzador Bahia	-	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	104,82	R\$ 21.644,02
52	Rua Monsenhor Gustavo Freire	-	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	370,67	R\$ 76.538,72
53	Rua Professor João Massena	-	-	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	190,26	R\$ 39.286,31
54	Rua Arminda Nunes Ribeiro	-21,77512335	-43,36222638	Implantação de Passeio Público com Acessibilidade	745,57	R\$ 153.950,89
Proteção, contenção e estabilização do solo						
				Implantação de Obra de Contenção/Estabilização de Talude - Área com Elevada Propensão de Movimentos de Massa (Já existem feições de Instabilidade no Local - Trincas de Tração e Degradação de Abatimento)	529,00	R\$ 2.995.118,65
1	Rua José Claro Dia	-21,77935028	-43,36603279	Reconstrução de Muro de Divisa/Contenção junto ao Escadão	3,91	R\$ 21.567,71
2	Rua José Claro Dia	-21,77893017	-43,36585481	Implantação de Estação Geotécnica para Monitoramento de Risco de Movimentos de Massa		R\$ 26.250,00
3	Rua José Claro Dia	-21,77924608	-43,36660146	Implantação de Obra de Contenção/Estabilização de Talude - Área Avariada por Movimento de Massa Pretérito	24,16	R\$ 136.790,30
4	Rua Manoel Lopes Silva	-21,78069727	-43,36579932	Implantação de Arte em Muro de Contenção	30,52	R\$ 172.777,01
5	Rua João Begheli	-21,78089395	-43,36544406	Implantação de Obra de Contenção/Estabilização de Talude	38,49	R\$ 217.924,61
6	Rua João Begheli	-21,77921839	-43,36553654	Implantação de Obra de Contenção/Estabilização de Talude	50,95	R\$ 288.471,26
7	Rua Silvério da Silveira	-21,77899375	-43,36526942			R\$ 112.375,53
Recuperação ambiental e soluções baseadas na natureza.						
1	Rua José Claro Dia	-21,77821122	-43,36562255	Criação de Trilha Sinalizada na Mata do Dom Bosco	2.000,00	R\$ 103.950,00
2	Rua João Begheli	-21,77921839	-43,36553654	Implantação de Jardim de Chuva	12,83	R\$ 8.425,53
Proteção e prevenção contra incêndios						
						R\$ 157.533,75

1	Rua José Claro Dia	-21,77734965	-43,36483258	Implantação de Aço para Mitigação de Risco de Queimadas na Mata do Dom Bosco	4.000,00	R\$ 150.000,00
2	Rua José Claro Dia	-21,77754235	-43,36482356	Implantação de Sensor de Fumaça e Indicador de Queimadas na Mata do Dom Bosco		R\$ 7.533,75
Gestão de Resíduos Sólidos						
1	Rua Manoel Lopes Silva	-21,78081131	-43,36576263	Remoção de Resíduos Descartados Irregularmente e Aterro Lançado	275,2602	R\$ 26.252,94
2	Rua Manoel Lopes Silva	-21,78081131	-43,36576263	Implantação de Container de Resíduos Inteligente - Com Sensor		R\$ 6.343,75
3	Rua João Begheli	-21,78037662	-43,36525686	Remoção de Resíduos Descartados Irregularmente e Aterro Lançado	96,7484	R\$ 9.218,91
4	Rua João Begheli	-21,78021535	-43,36547338	Implantação de Container de Resíduos Inteligente - Com Sensor		R\$ 6.343,75

7- CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de tudo o que foi elencado neste relatório, fica evidente que o Bairro Dom Bosco possui uma série de importantes desafios no que tange à gestão de riscos de desastres. Soma-se a isso urgência em destacar o urbanismo social como uma importante ferramenta para guiar o objetivo geral e os específicos desta proposta.

Um ponto a ser destacado é que quase 70% da população do bairro está em áreas de risco de desastres, o que faz com que sejam essenciais à realização de investimentos para mitigação de riscos geológicos, hidrológicos e tecnológicos, urbanização adequada, que incentiva a mobilidade ativa, criação de espaços de convívio e melhorias de moradias nesta comunidade.

Os cenários são agravados pela vulnerabilidade social de boa parte dos moradores locais, assim como pelos efeitos das mudanças climáticas, que cada vez mais impactam as classes sociais mais desfavorecidas. Sendo assim, a realização dos investimentos para urbanização do Bairro Dom Bosco e para mitigação dos riscos elencados, além de ser uma ação que salvará vidas, contribui também para o combate ao racismo ambiental e à injustiça climática, cada vez mais evidentes na sociedade.

O projeto PAC Periferia Viva representa uma oportunidade única de transformação social e urbana, garantindo direito à cidade e promovendo um desenvolvimento sustentável e inclusivo. A implementação dessas ações fortalecerá a identidade comunitária e contribuirá para a redução das desigualdades socioeconômicas.

8. Referências

BRASIL. **Lei Federal nº 11.888, de 24 de dezembro de 2008.** Assegura às famílias de baixa renda assistência técnica pública e gratuita para o projeto e a construção de habitação de interesse social e altera a Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 26 dez. 2008.

JUIZ DE FORA. **Lei Complementar nº 82, de 03 de julho de 2018.** Dispõe sobre o Plano Diretor Participativo de Juiz de Fora, fazendo menção, em seu inciso XXVIII do art. 15, à implementação do serviço de assistência técnica gratuita, em arquitetura e engenharia. Diário Oficial do Município, Juiz de Fora, MG, 4 jul. 2018.

JUIZ DE FORA. **Lei Municipal nº 14.272, de 04 de novembro de 2021.** Institui a Assistência Técnica Pública para Habitação de Interesse Social voltada à população de baixa renda e dá outras providências. Diário Oficial do Município, Juiz de Fora, MG, 5 nov. 2021.

JUIZ DE FORA. **Decreto do Executivo nº 14.986, de 21 de janeiro de 2022.** Regulamenta a Lei nº 14.272, de 04 de novembro de 2021, e institui o Escritório Público de Assistência Técnica para Habitação de Interesse Social voltada à população de baixa renda. Diário Oficial do Município, Juiz de Fora, MG, 24 jan. 2022.

ONU-HABITAT. **MAPA RÁPIDO PARTICIPATIVO DE JUIZ DE FORA: Relatório Integrado.** 2023

ONU-HABITAT. **MAPA RÁPIDO PARTICIPATIVO DE JUIZ DE FORA: Relatório descritivo Alto Dom Bosco .** 2023

ONU-HABITAT. **MAPA RÁPIDO PARTICIPATIVO DE JUIZ DE FORA: Relatório descritivo Baixo Dom Bosco .** 2023

ONU-HABITAT. **MAPA RÁPIDO PARTICIPATIVO DE JUIZ DE FORA: Relatório descritivo Morro dos Cabritos .** 2023

ONU-HABITAT. **PERFIL SOCIOECONÔMICO: Relatório Juiz de Fora.** 2023

GUEDES, Mariana Pinto, M.Sc., Universidade Federal de Viçosa, fevereiro de 2023. **O ENCLAVE DE MUROS INVISÍVEIS: REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA E GENTRIFICAÇÃO**

NO BAIRRO DOM BOSCO EM JUIZ DE FORA-MG. Orientadora: Teresa Cristina de Almeida Faria.

Defesa Civil de Juiz de Fora. **Análise Multirisco Bairro Dom Bosco.** 2025

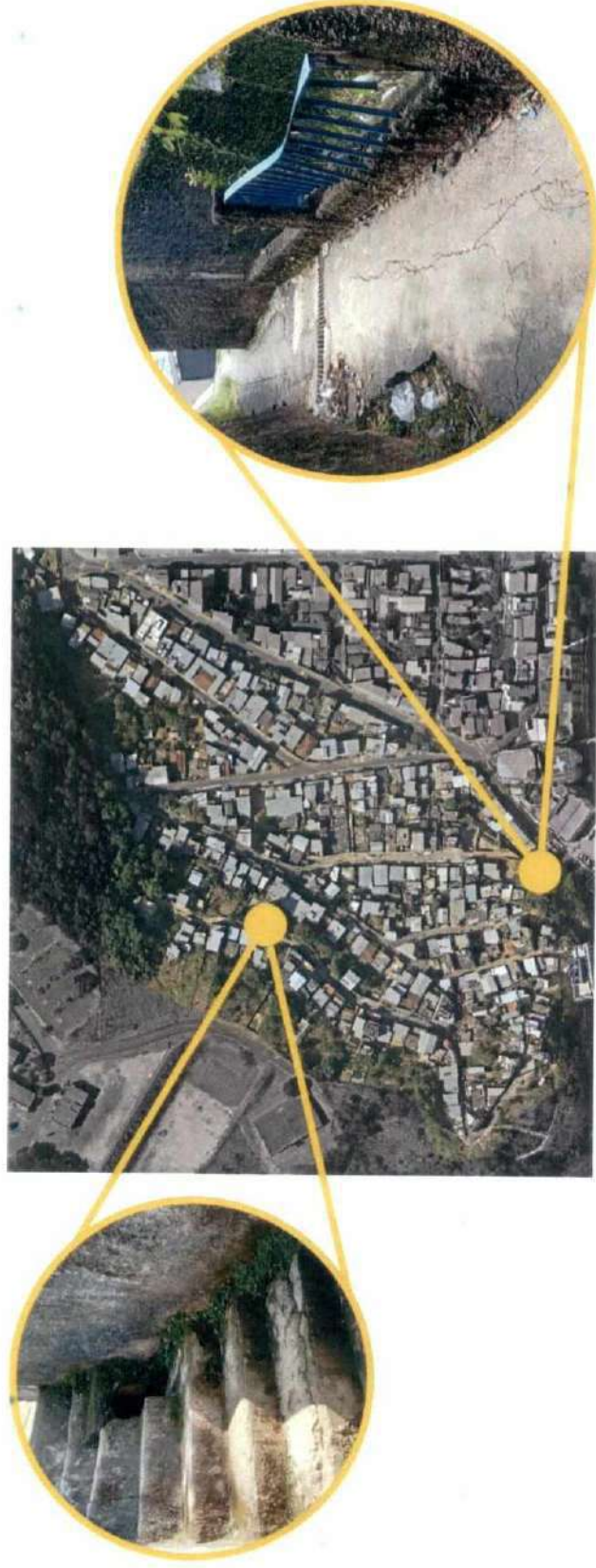
Anexo I - Apresentação da Intervenção



SITUAÇÃO ATUAL - HABITAÇÃO:



SITUAÇÃO ATUAL - DRENAGEM:

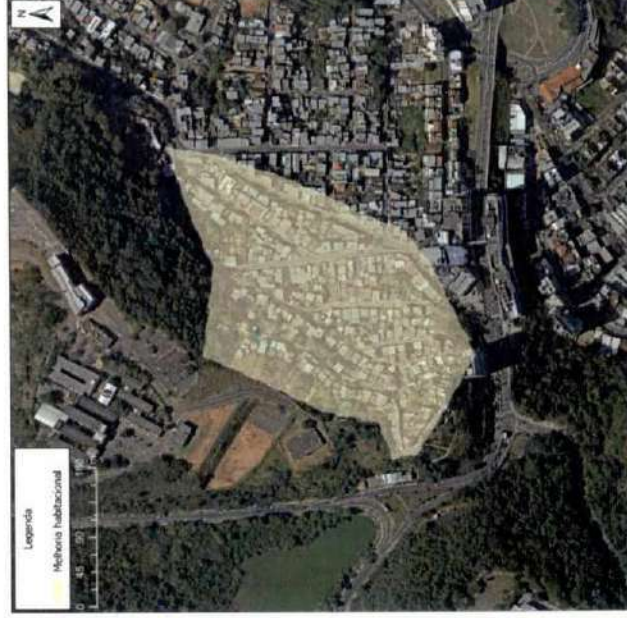




SITUAÇÃO ATUAL - URBANIZAÇÃO:



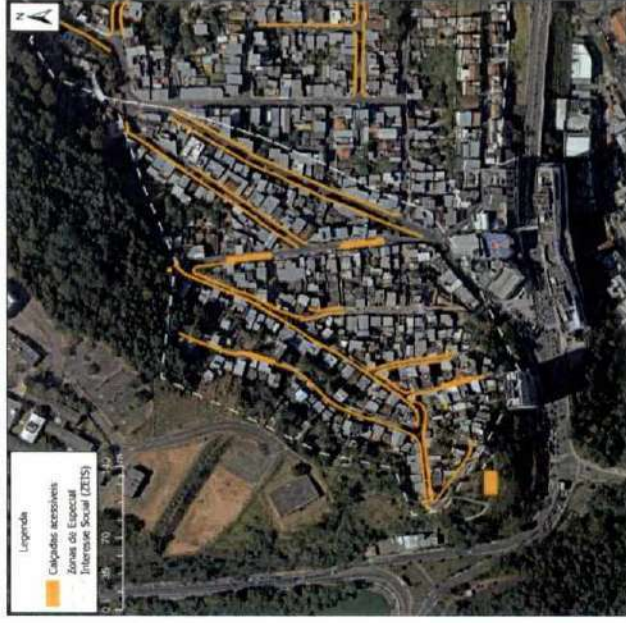
PROPOSTAS: MELHORIA HABITACIONAL:



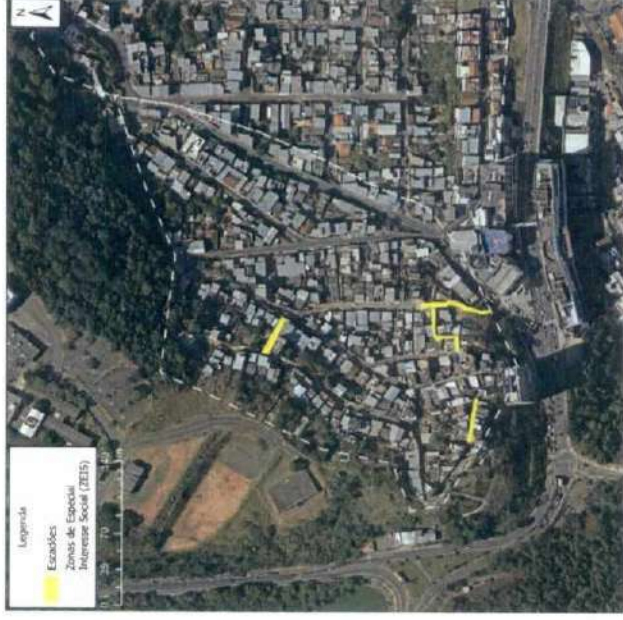
PROPOSTAS: MELHORIAS CAIXAS VIÁRIAS:



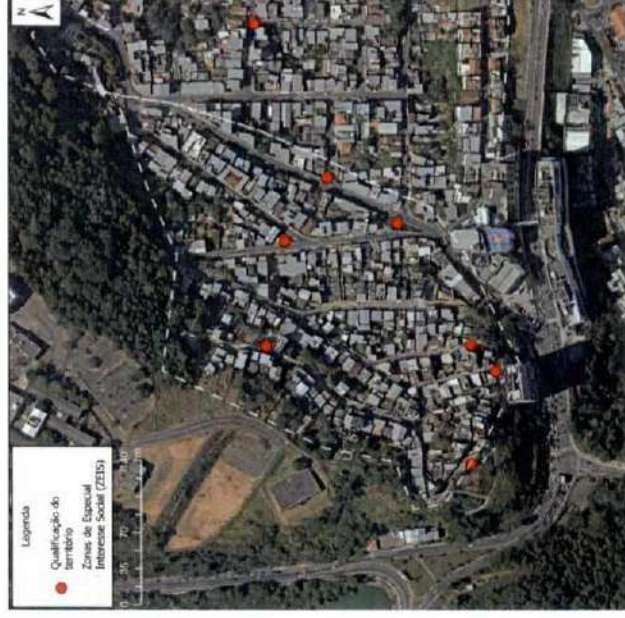
PROPOSTAS: CALÇADAS ACESSÍVEIS:



PROPOSTAS: REFORMA DE ESCADÕES



PROPOSTAS: CRIAÇÃO DE ESPAÇOS DE CONVÍVIO





Tecendo a cidade: planejamento com um viés participativo

**Aditivo para incluir Periferia Viva – Território Dom Bosco/ Chapadão
Juiz de Fora, MG**

Proposta de Aditivo I
Setembro de 2025

1. Apresentação

Esta proposta apresenta um novo conjunto de ações entre a Prefeitura de Juiz de Fora e o ONU-Habitat para fortalecer os processos de planejamento participativo, com foco na ampliação da mobilização comunitária e na participação direta das/os moradoras/es na formulação de políticas que respondam às suas necessidades – especialmente daquelas/es em maior risco de serem deixadas/os para trás.

A proposta complementa o segundo Acordo de Contribuição firmado entre o ONU-Habitat e a Prefeitura de Juiz de Fora, estruturado da seguinte forma:

Objetivo: Melhorar a qualidade de vida de todos os moradores, incluindo mulheres e meninas, em Juiz de Fora, caracterizado por políticas urbanas aprimoradas e espaços públicos bem planejados.

Resultado 1: Até 2027, a prefeitura de Juiz de Fora utilizará ferramentas e sistemas de dados aprimorados para elaborar, implementar e monitorar políticas públicas urbanas sustentáveis, responsivas às questões de gênero e inclusivas.

- Produto 1.1: Campanha de comunicação, mobilização e visibilidade desenvolvida;
- Produto 1.2: Laboratório de Planejamento Urbano de Juiz de Fora implementado; e
- Produto 1.3: Diretrizes desenvolvidas para a implementação de um roteiro turístico e cultural para o Cemitério Municipal de Juiz de Fora.

Resultado 2: Até 2027, a prefeitura de Juiz de Fora terá cocriado, testado e avaliado soluções de espaços públicos inclusivos que sejam responsivas às necessidades de mulheres e meninas.

- Produto 2.1: Oficinas participativas de desenho de espaços públicos realizadas em pelo menos três (03) territórios, priorizando as perspectivas de mulheres e meninas;
- Produto 2.2: Intervenções urbanas práticas implementadas em pelo menos três (03) territórios-piloto com base nos resultados do desenho participativo; e
- Produto 2.3: Programa Cidade Mulher realizado em quatro (04) equipamentos públicos.

Proposta de ampliação – Resultados 3 e 4 (Periferia Viva):

Propõe-se incluir um terceiro e um quarto resultado para apoiar a Prefeitura na implementação do Programa Periferia Viva no Território Periférico Bairro Dom Bosco, que abrange o Assentamento Precário Chapadão, onde será executado o Projeto de Urbanização Integrada no âmbito do PAC Periferia Viva.

O Programa Periferia Viva do Governo Federal, tem como objetivo principal a qualificação do território vulnerável de forma associada à promoção do acesso à moradia adequada e a conexão da cidade informal com a formal, assegurando a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o fortalecimento do processo de construção de uma cidade mais justa, sustentável e inclusiva, tendo como pressuposto o empoderamento dos cidadãos do território e a realização de forma participativa, com escuta ativa na construção e implementação do projeto.

Alinhado com as diretrizes do Programa Periferia o objetivo da ação em Juiz de Fora é a elevação dos padrões de qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social, por meio de ação integrada que combina intervenções de qualificação voltadas à superação gradativa das condições de vulnerabilidade do território periférico Bairro Dom Bosco, com a promoção do acesso

à moradia adequada por meio da urbanização integral do assentamento precário priorizado no território, o Chapadão/ Alto Dom Bosco.

Na condição de organização de assessoria técnica territorial, o ONU-Habitat mobilizará sua ampla experiência em favelas e comunidades urbanas no Brasil — em especial no Rio de Janeiro, Alagoas e na própria Juiz de Fora (Projeto Territórios da Cidadania) — além do conhecimento operacional acumulado e das lições aprendidas em iniciativas com forte ênfase em processos participativos, formulação de políticas públicas e planejamento urbano alinhado aos ODS e à Nova Agenda Urbana.

Considerando os termos do Programa Periferia Viva e a metodologia de trabalho do ONU-Habitat, prevê-se executar em Juiz de Fora, por meio de aditivo ao projeto Tecendo a Cidade, as seguintes ações:

- Elaboração do Plano de Ação Periferia Viva, abrangendo todas as etapas previstas, inclusive a ação tática no território;
- Gestão do Posto Territorial, em imóvel definido pelo Município, incluindo mobilização da equipe, durante o período do aditivo;
- Elaboração do Projeto do Trabalho Social – PTS, incluindo o Cadastro socioeconômico da população dos setores que compõem a Poligonal de Urbanização Integral - PUI; e
- Assessoria Técnica Territorial e apoio à Unidade Executora Local - UEL do PAC Periferia Viva durante o período do aditivo.

2. Contexto

O município de Juiz de Fora, situado na mesorregião da Zona da Mata Mineira, configura-se como um dos principais centros urbanos do interior do estado de Minas Gerais, e está localizado a cerca de 283 km a sudeste de Belo Horizonte. Faz limite com as cidades de Belmiro Braga, Matias Barbosa, Lima Duarte, Santa Bárbara do Monte Verde, Chácara, Coronel Pacheco, Goianá, Ewbank da Câmara, Simão Pereira e Santos Dumont.

A área da cidade é de 1.435,7 km² e sua população é de 540.756, segundo o Censo de 2022, o que representa um aumento de 4,75% em comparação com o Censo de 2010. Possui Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,778, considerado alto¹, segundo as médias nacionais.

O último estudo específico sobre o déficit habitacional do município está inserido no Plano Municipal de Habitação (PMH) de 2007, que aponta que cerca de 40% dos moradores enfrentavam algum tipo de déficit habitacional na cidade, seja déficit quantitativo, seja déficit qualitativo. Os dados do Censo 2022 (IBGE), por sua vez, apontavam que Juiz de Fora possuía cerca de 16.000 pessoas em situação de déficit habitacional associada à moradia nas 37 favelas e comunidades urbanas do município. Esse número representa cerca de 3% da população total do município².

O município apresenta uma complexa configuração geográfica, marcada por relevo acidentado e ocupações urbanas em áreas suscetíveis a desastres naturais. De acordo com a Defesa Civil

¹ IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama> Acesso em 03/09/2025.

² Mais de 16 mil pessoas moram em favelas e comunidades urbanas em Juiz de Fora, aponta IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2024/11/10/mais-de-16-mil-pessoas-moram-em-favelas-e-comunidades-urbanas-em-juiz-de-fora-aponta-ibge.ghtml> Acesso em 03/09/2025.

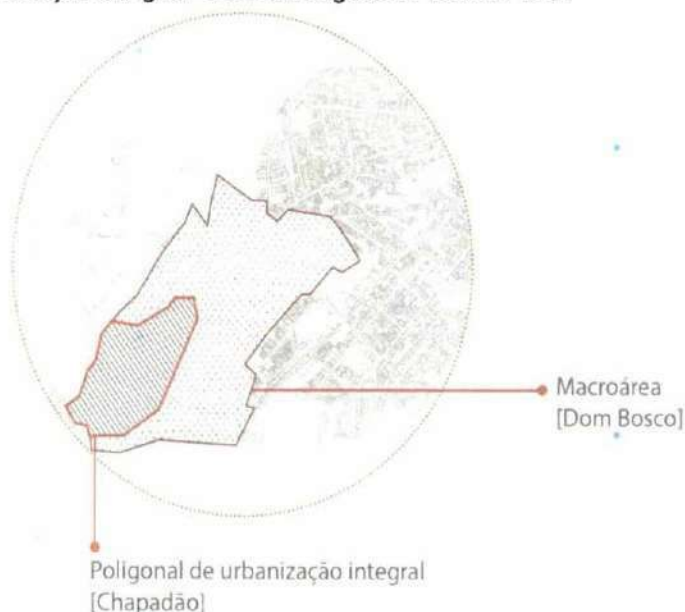
municipal, foram identificadas 170 áreas de risco, sendo 142 classificadas como risco geológico (deslizamentos de terra) e 27 como risco hidrológico (inundações e alagamentos)³. O cruzamento do mapeamento de risco da Defesa Civil (agosto de 2025) com os dados populacionais do IBGE indica que aproximadamente 130 mil pessoas vivem em áreas de risco geológico, o que agrava significativamente a situação habitacional local. No último evento mais grave, ocorrido no período chuvoso do verão de 2022, a Defesa Civil interditou 309 unidades habitacionais em Juiz de Fora devido aos riscos geológicos.

Intervir em favelas e comunidades urbanas/ assentamentos precários – objeto da parceria aqui tratada com o ONU Habitat – é, portanto, uma ação estratégica para o município reduzir as desigualdades socioterritoriais, melhorar a qualidade de vida da população e ampliar o acesso à moradia adequada.

O Programa Periferia Viva é uma iniciativa do Ministério das Cidades, por meio da Secretaria Nacional de Periferias, lançada pelo Governo Federal como parte do Novo Programa de Aceleração do Crescimento para Urbanização de Favelas (Novo PAC). O objetivo do Programa Periferia Viva é apoiar o poder público municipal na elevação dos padrões de qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social que vivem em assentamentos precários, por meio de ações integradas que abarquem aspectos socioeconômicos, habitacionais, ambientais, fundiários, de infraestrutura urbana, de prevenção de riscos de desastres e de acesso a serviços e equipamentos públicos, visando a consolidação das ocupações, sempre que possível.

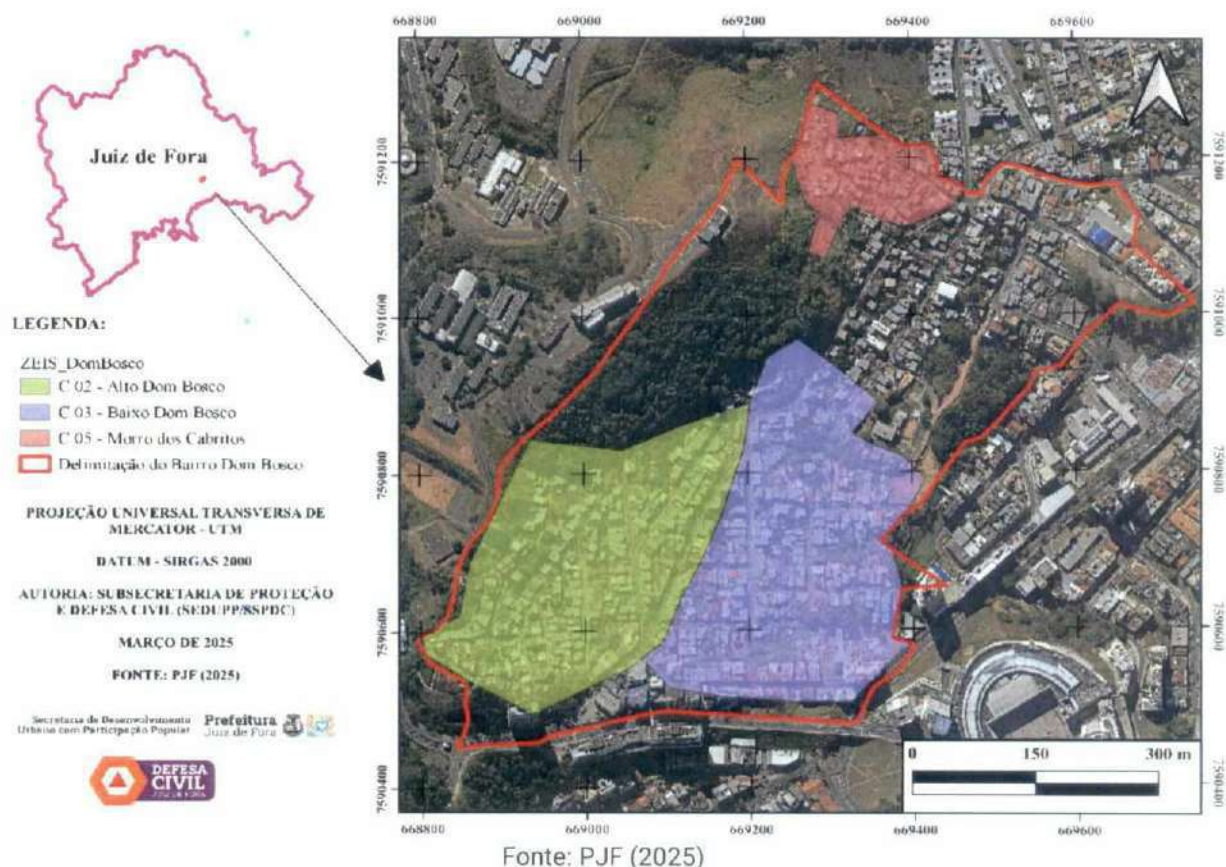
Neste contexto, o município de Juiz de Fora apresentou uma proposta ao Programa Periferia Viva que prevê o investimento 39.661.928,85 e que tem como objetivo promover o desenvolvimento urbano e social do território Dom Bosco / Chapadão, (Figura 1), localizado na Região de Planejamento Centro do Município de Juiz de Fora/MG.

Figura 1 - Localização do Bairro Dom Bosco - Macroárea / Território Periférico e Chapadão– Poligonal de Urbanização Integral - PUI do Programa Periferia Viva



³ Juiz de Fora possui 170 áreas de risco, segundo a Defesa Civil. Disponível em: <https://radioalofm.com/destaque/juiz-de-fora-possui-170-areas-de-risco-segundo-a-defesa-civil/>. Acesso em 03/09/2025.

Figura 2 - Localização do Bairro Dom Bosco – Território Periférico do Programa Periferia Viva



Os elementos principais de caracterização do território são apresentados a seguir.

a) Bairro Dom Bosco - Macroárea / Território Periférico do Programa Periferia Viva Juiz de Fora

O Bairro Dom Bosco possui área de 0,93km² e perímetro de 3.195m. Nele, estão localizadas três Zonas Especiais de Interesse Social – ZEIS: C02 - Alto Dom Bosco; C03 - Baixo Dom Bosco; e C05 - Morro dos Cabritos (Figura 2).

A região onde se localiza o bairro Dom Bosco possui uma importância histórica para a cidade de Juiz de Fora, remontando ao início do século XX, quando abrigou descendentes de africanos escravizados. Esse território, com um padrão de moradias em condição intermediária de urbanização, segundo dados da pesquisa realizada entre a Prefeitura de Juiz de Fora e o ONU-Habitat,⁴ reflete um espaço de forte identidade comunitária e pertencimento, resultado de décadas de ocupação e resistência.

⁴ Estes dados são resultado da aplicação da Metodologia do Mapa Rápido Participativo (MRP), conforme pode ser observado no Relatório Integrado, 2023 (<https://observatoriodacidadania.pjf.mg.gov.br/uploads/relatorio-mrp-integrado.pdf>) e no webgis do observatório da Cidadania (<https://observatoriodacidadania.pjf.mg.gov.br/mrp>).

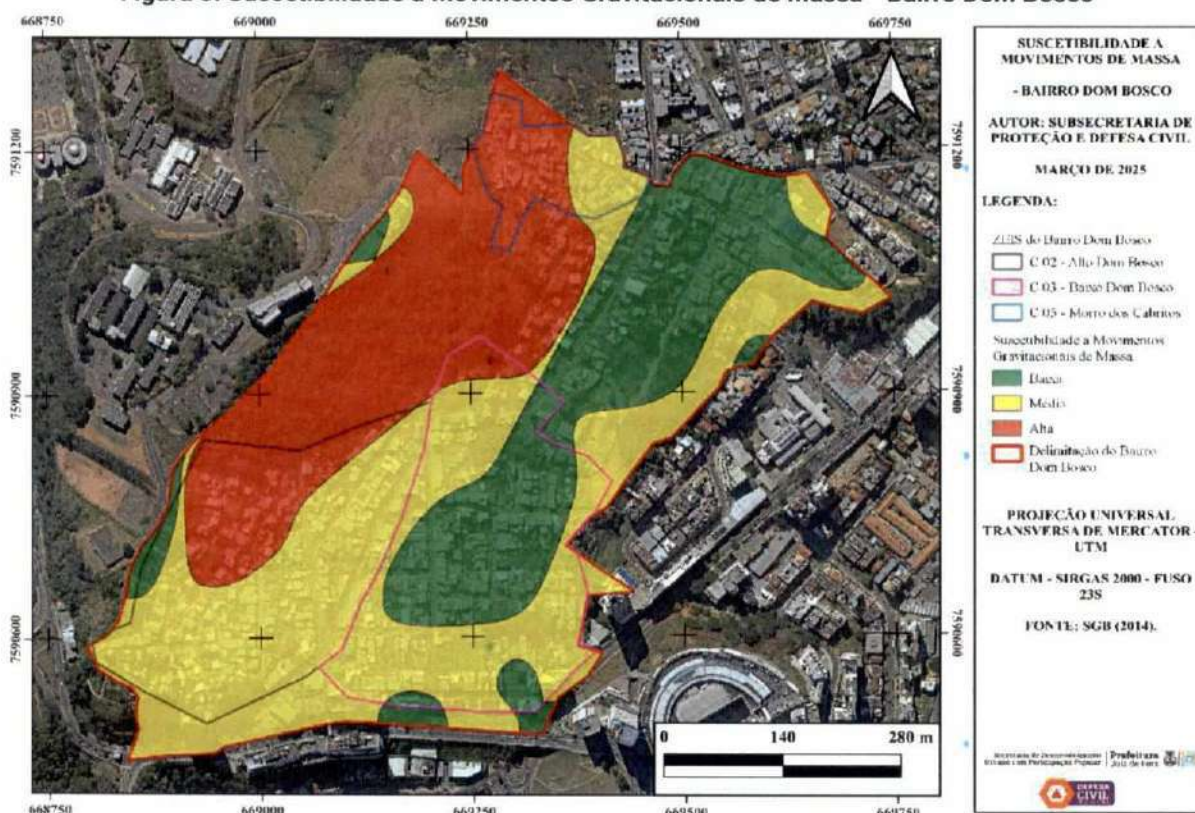
Apesar de seu valor histórico e social, a região ainda apresenta diferentes necessidades estruturais e socioeconômicas. A urbanização ocorreu de forma desigual, com serviços essenciais, como abastecimento de água, iluminação e pavimentação, sendo implementados tardiamente e em padrões distintos nas diversas porções do território. Além disso, a drenagem de águas pluviais representa um desafio crítico, visto que a região enfrenta recorrentes desastres ambientais, reforçando a urgência de investimentos em infraestrutura e planejamento urbano adequado. Além disso, foi classificada como área de risco 3 e 4, segundo análise da Defesa Civil.

Entre 1996 e 2024, foram registradas, no bairro, 256 ocorrências relacionadas tanto a riscos geológicos quanto tecnológicos. Dentre estas, aproximadamente 15% envolveram ameaças de desabamento de edificações, enquanto 11% corresponderam a desabamentos parciais ou totais, evidenciando a gravidade de algumas situações.

De acordo com a Carta de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa (Figura 3), tem-se como indicadores acerca do Bairro Dom Bosco:

- 42,83% da sua área possui suscetibilidade moderada a movimentos de massa;
- 29,88% da sua área possui suscetibilidade alta a movimentos de massa;
- 27,29% da sua área possui suscetibilidade baixa a movimentos de massa.

Figura 3: Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa - Bairro Dom Bosco



Fonte: SGB (2014)⁵

⁵ SGB - Serviço Geológico do Brasil. Cartas de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundações - Nota técnica explicativa. Brasília - DF, 2014, 50 f. Disponível em: https://rigeo.sgb.gov.br/bitstream/doc/16588/1/NT-Carta_Suscetibilidade.pdf. Acesso em 15/03/2025.

Isto significa que quase 73% da área do Bairro Dom Bosco merece atenção especial, no que tange à propensão a cenários de movimentos de massa (deslizamentos de solo, bem como queda, rolamento e tombamento de blocos rochosos), o que faz com que sejam essenciais a realização de investimentos para: mitigação de riscos geológicos, hidrológicos e tecnológicos; e a urbanização adequada, que incentiva a mobilidade ativa, criação de espaços de convívio e melhorias de moradias nesta comunidade.

Por ser uma região periférica, próxima à região central do Município de Juiz de Fora, o Bairro Dom Bosco possui parcelas de sua área densamente habitadas. De acordo com dados do Censo 2022, do IBGE, 4.191 pessoas residem no Bairro Dom Bosco, estando estas distribuídas por um total de 1.866 domicílios, sendo 1.556 destes ocupados. Quando se compara com o Censo 2010, verifica-se uma queda de cerca de 11% da população residente no bairro Dom Bosco.

O Bairro Dom Bosco é uma área estratégica para Juiz de Fora, atuando como um ponto de conexão entre diversos territórios e bairros da cidade. Sua localização central, próxima a importantes centros comerciais e equipamentos públicos essenciais - como a Universidade Federal de Juiz de Fora, as escolas municipais Creche Municipal Carlos Roberto Ananias e E. M. Álvaro Braga de Araújo, além dos hospitais Monte Sinai, Ascomcer e Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus -, reforça sua importância na dinâmica urbana.

Apesar das limitações da infraestrutura do bairro, ele tem um papel relevante na mobilidade da região, já que a conexão entre as ruas Olegário Maciel, Monsenhor Gustavo Freire e Vicente Beghelli, que cortam o bairro ao meio, se tornou um caminho alternativo à Avenida Itamar Franco em horários de pico, possibilitando o desafogamento de vias arteriais e o acesso a algumas regiões da cidade de forma mais rápida.

Seu entorno imediato é caracterizado por bairros cujas características urbanas, sociais e culturais divergem significativamente do Bairro Dom Bosco, configurando-se como um enclave – uma das expressões mais evidentes da segregação socioespacial nas cidades. Além disso, o bairro é historicamente estigmatizado como uma área insegura e violenta, percepção que se reflete não apenas externamente, mas também internamente, uma vez que os próprios moradores reproduzem esse preconceito em relação a determinadas áreas dentro do bairro.

Nesse contexto, uma intervenção urbana nos termos do Periferia Viva no bairro Dom Bosco revela-se muito importante para a qualificação de um território estratégico para o município e sua população mais vulnerável.

O Bairro Dom Bosco, aqui tratado, é o território periférico do PAC Periferia Viva e nele tem-se como ações a realizar previstas:

i) **A elaboração do Plano de Ação Periferia Viva**, instrumento de planejamento participativo que visa definir, de forma integrada e transversal, as estratégias de ação para o enfrentamento e superação gradativa das condições de vulnerabilidade de determinado território periférico. A ser realizado de forma participativa, com escuta ativa desde a sua construção até a sua implementação, resultando em um processo de construção de cidades mais justas, sustentáveis e inclusivas; e

ii) **As intervenções de qualificação urbanística**, que serão definidas com base no resultado do Plano de Ação, considerando a priorização definida com a população e os objetivos e diretrizes para ação na área. Dentre as medidas já mapeadas como importantes e que serão objeto deste diálogo tem-se:

- ações de redução de risco;
- melhoria de acessibilidade;
- ampliação e qualificação da oferta de equipamentos e espaços públicos; e
- promoção de soluções baseadas na natureza

b) Chapadão - O Perímetro do Projeto de Urbanização Integral do PAC Periferia Viva

A região definida como perímetro da ação de Urbanização Integral é a porção do território denominada Chapadão, que corresponde à ZEIS C02 - Alto Dom Bosco. A área de intervenção possui 102.001,3 m², um perímetro de 1.286,85m, uma extensão linear de vias de 2,3 km e um número de 600 domicílios permanentes, segundo os dados da Prefeitura, baseados no Censo. É a área mais precarizada dentro da macroárea, e por isso foi definida para receber as ações de urbanização integral.

A população da Poligonal de Urbanização está estimada em 1.357 habitantes, dos quais cerca de 700 estão inscritos no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico), evidenciando a alta vulnerabilidade socioeconômica da região.

Trata-se de território com carência associadas aos domicílios, como habitações adensadas e com precariedades diversas, e também carências associadas à falta de infraestrutura e itens básicos de urbanização em várias áreas específicas, com destaque para: a falta de drenagem, a falta de áreas livres e de convívio, e a falta de itens básicos de acessibilidade como escadões, calçadas e caixas viárias com largura adequada. Esta condição se agrava quando se analisa a presença de setores de risco associada a estas questões.

Um aspecto muito relevante da condição da área está contido nos dados trazidos pela Carta de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa (Figura 2), segundo a qual 27,93% da área do Alto Dom Bosco apresenta alta suscetibilidade a movimentos de massa, 69,74% apresenta moderada suscetibilidade e 2,33% apresenta baixa suscetibilidade a movimentos de massa. Isto resulta em vários setores mapeados como risco 3 e 4.

Nesse contexto, a proposta da Prefeitura para o Periferia Viva em Juiz de Fora e área escolhida como poligonal da intervenção de urbanização integral alinham-se às diretrizes do programa PAC Periferia Viva e uma intervenção urbana nos termos do Periferia Viva no Alto Dom Bosco revela-se essencial e estratégica.

Nos termos do Programa Periferia Viva, a ação prevista para este território é a sua Urbanização Integral, que terá como base o diagnóstico socioterritorial integrado e participativo para a poligonal de urbanização integral – PUI. As ações integradas a serem implementadas devem responder às necessidades mapeadas e prioridades definidas de forma participativa e abarcarão os aspectos socioeconômicos, habitacionais, ambientais, fundiários, de infraestrutura urbana, de prevenção de riscos de desastres e de acesso a serviços e equipamentos públicos.

Estas ações serão resultantes dos projetos técnicos a serem elaborados e devem abranger:

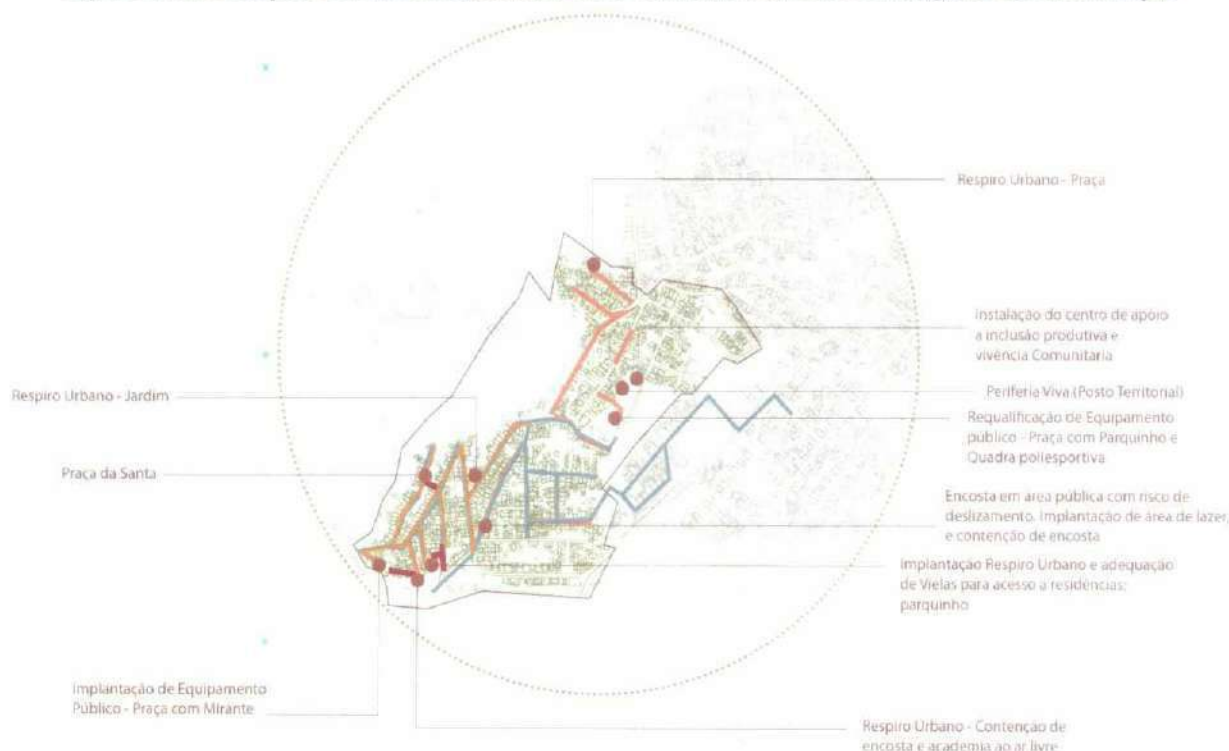
- Construção da infraestrutura urbana necessária;
- Obras e ações para redução de riscos de desastres;
- Construção e qualificação de equipamentos, os quais podem também estar localizados no território periférico;
- Melhoria de acessibilidade, que também podem estar localizados no território periférico;

- Reformas e melhorias de unidades habitacionais;
- Produção de unidades habitacionais para famílias a serem reassentadas, caso os projetos indiquem esta necessidade;
- Recuperação de áreas degradadas e promoção de soluções baseadas na natureza;
- Regularização jurídico-fundiária;
- Trabalho Social com as famílias nos termos definidos pelo PAC Periferia Viva.

O resultado esperado com esta ação é garantir moradia adequada à população do Chapadão, além de mitigar as vulnerabilidades existentes, promover maior integração urbana e elevar os padrões de qualidade de vida da comunidade, em consonância com os princípios do desenvolvimento urbano sustentável.

Os elementos apresentados acerca da intervenção no território periférico e na poligonal de urbanização evidenciam uma proposta capaz de qualificar a área e promover o acesso à moradia adequada. Várias possibilidades de intervenção de qualificação do Território Periférico já foram mapeadas, como se vê na Figura 4 abaixo e serão debatidas no âmbito do Plano de Ação Periferia Viva:

Figura 4: Intervenções Urbanas Mapeadas para o Território Periférico e Poligonal de Urbanização



Fonte: SEDUPP.

Esta visão geral dos territórios e das propostas de ação permite concluir que, na lógica de trabalho do ONU-Habitat, a iniciativa busca não apenas responder aos desafios imediatos de infraestrutura, mas também construir um modelo de desenvolvimento urbano que fortaleça a resiliência comunitária, a coesão social e garanta a segurança da posse através da regularização fundiária.

Dessa forma, essa proposta busca alinhar esses objetivos ao mandato do ONU-Habitat de promover cidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis.

3. Beneficiários

Seguindo o projeto assinado, que será complementado por meio do aditivo, a Prefeitura de Juiz de Fora é beneficiária direta da iniciativa, visto que o novo resultado continuará contribuindo para ampliar as capacidades da equipe técnica na implementação de soluções urbanas mais sustentáveis e inclusivas e contribuirá para o seu fortalecimento institucional.

A população diretamente beneficiada por obras e ações do PAC Periferia Viva também será beneficiária direta. Ela abrange de formas distintas a população residente no Território Periférico Bairro Dom Bosco e no Chapadão/ Alto Dom Bosco, porção do território onde será realizado o Projeto de Urbanização Integrada no âmbito do PAC. Esta população é beneficiária direta de diferentes ações nos seguintes termos:

- a) **A população do Território Periférico Dom Bosco** – Beneficiária da elaboração do Plano de Ação Periferia Viva, incluindo a Ação Tática a ser definida e das intervenções de melhorias urbanas que venham a ser priorizadas, esta população está estimada em 4.191 habitantes;
- b) **A população da Poligonal de Urbanização Integral, Chapadão** – Trata-se da população residente no Chapadão/ Alto Dom Bosco, estimada em aproximadamente 1.357 habitantes, beneficiários do conjunto de obras e ações a serem executadas no âmbito da Urbanização Integral a ser viabilizada por meio do PAC Periferia Viva.

De forma indireta, toda a população de Juiz de Fora poderá ser beneficiada pelo fortalecimento da infraestrutura urbana e social e pela redução das desigualdades no território.

4. Abordagem

A abordagem do projeto baseia-se na adaptação dos materiais de referência do Programa Periferia Viva às metodologias consolidadas do ONU-Habitat, garantindo que as intervenções sejam alinhadas aos princípios de desenvolvimento urbano sustentável e inclusão social.

Do ponto de vista da abordagem social, o projeto prioriza o processo participativo inclusivo, e a promoção de práticas inovadoras. Adicionalmente, transversaliza a perspectiva de gênero e estabelece ações voltadas para grupos, como jovens, mulheres, população negra e outros segmentos em situação de vulnerabilidade, assegurando que as ações sejam ambientalmente resilientes, socialmente inclusivas e orientadas para atender às demandas locais.

Do ponto de vista urbano-territorial e da resiliência climática, o projeto prioriza a identificação e o mapeamento detalhado das áreas de risco geológico e hidrológico, e promove a adoção de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) para a mitigação destes riscos. Adicionalmente, integra a análise dos impactos das mudanças climáticas no planejamento das intervenções de infraestrutura, como drenagem e contenção de encostas, assegurando que o desenvolvimento do território seja mais seguro, sustentável e preparado para os desafios ambientais futuros.

No que tange à segurança da posse e à melhoria das condições de moradia, o projeto prioriza a provisão das soluções habitacionais indicadas pelo projeto, incluindo a articulação das ações de garantia da Regularização Fundiária Urbana (REURB) e o diagnóstico das inadequações

habitacionais. Adicionalmente, estabelece canais de assessoria técnica por meio do Posto Territorial, buscando garantir a progressiva adequação das moradias aos padrões de salubridade e segurança, visando promover o acesso à moradia adequada por meio da urbanização integrada, de modo a consolidar os setores priorizados para urbanização como territórios estruturados em termos de moradia, infraestrutura e forte organização comunitária e investindo na melhoria da qualidade de vida da população residente também no território periférico..

Para isso, apresenta-se o Resultado 3 e o Resultado 4 e os nove produtos a eles associados:

Resultado 3 – Visão de futuro para o Território Periférico e para a área de urbanização integral construída e alinhada entre moradores e gestão pública, estabelecendo um caminho claro para as intervenções do Periferia Viva.

Produto 3.1 Posto Territorial gerido ao longo do período da parceria

Objetivo: Assegurar o funcionamento adequado do posto territorial.

Este produto inicia pela seleção da equipe de Assessoria Técnica Territorial que ficará fixa no Posto Territorial.

O Posto Territorial, a ser implantado em imóvel a ser definido pela Prefeitura, será a base operacional para a equipe da Assessoria Técnica e terá a função de ser base de apoio e ponto de estímulo à participação popular. Neste local a comunidade receberá informações sobre o processo, projetos e formas de participação. Será o ponto de referência para a comunidade durante todo o processo.

Este produto inclui o conjunto de custos necessários à manutenção do pleno funcionamento do Posto, como para compra de material de escritório e insumos para as atividades a serem realizadas com a comunidade em todas as etapas do processo.

Entregáveis:

- Estruturação e gestão do posto territorial em imóvel definido pela Prefeitura (incluindo contratação de equipe, equipamentos e materiais).

Produto 3.2: Plano de Mobilização, Organização e Capacitação Social elaborado

Objetivo: desenvolver o planejamento e organização do processo participativo, incluindo a elaboração das estratégias de comunicação e mobilização.

Este produto estabelece a estrutura para o engajamento comunitário inclusivo no Programa Periferia Viva, considerando tanto as atividades no Território Periférico, quanto no perímetro de Urbanização Integrada do PAC Juiz de Fora de forma a garantir representação diversa da população no processo de construção e implementação do Plano de Ação, com foco particular na participação cidadã e gestão democrática. Ele se inicia com uma oficina de planejamento institucional da implementação da parceria a ser realizada com a prefeitura municipal.

Este produto inclui o mapeamento de partes interessadas locais e relevantes, além das potências existentes no território. O mapeamento das partes servirá como base para o desenvolvimento de processos participativos de consulta e validação, como uma forma de facilitar a entrada no território e acelerar o processo de identificar interesses, competências e influências de cada para a criação

de estratégias de engajamento que assegurem uma participação ampla e representativa, promovendo um processo mais inclusivo e alinhado com as necessidades e expectativas da comunidade local. Já o mapeamento das potências existentes deve identificar as iniciativas locais já estabelecidas, sejam elas: ações sociocomunitárias, ambientais, grupos que se reúnam e que possam ser estimulados em suas ações em prol do desenvolvimento da comunidade.

A partir destes mapeamentos será elaborado um Plano de Comunicação e Mobilização orientado para engajar a população e comunicar as atividades durante o planejamento e execução do projeto, contendo estratégias de participação social e diálogo com a população para envolvê-la de forma significativa no projeto. Este Plano deverá ser apresentado para a equipe da prefeitura e poderá sofrer ajustes à medida que as estratégias forem implementadas e monitorados os seus resultados.

O Plano de Mobilização e Participação Comunitária garantirá o acesso igualitário à participação para todos, por meio do planejamento de ações voltadas à inclusão de grupos em maior risco de exclusão, que terão suas lideranças e representantes identificados nesta fase inicial. Isso assegurará que os eventos e atividades reflitam e acolham a diversidade da população, e que os projetos urbanos a serem desenvolvidos nas fases futuras considerem suas especificidades e diversidade.

A composição do Comitê de Representantes (CR) deverá ser representativa da diversidade da população e passará por capacitação, uma vez que atuará como instância central de fiscalização e validação comunitária. Por fim, este produto também incluirá o desenvolvimento de uma proposta de processo participativo que incentive a participação social em todas as etapas que levarão à criação do Plano de Ação Periferia Viva.

A proposta contemplará o modelo de atendimento no Posto Territorial, conforme as diretrizes do Governo Federal para o Programa Periferia Viva, e a realização de rodas de conversas, oficinas, visitas técnicas e audiências públicas, distribuídas ao longo do desenvolvimento do Plano de Ação.

Este produto deve incluir a definição de estratégias de participação, mobilização e comunicação a serem adotadas no Plano de Ação bem como a capacitação da Comissão de Representantes (CR), como instância central de acompanhamento e validação pela comunidade.

Entregáveis:

- Plano de Mobilização, Organização e Capacitação Social, com a organização do processo participativo, etapa inicial do Plano Periferia Viva, contendo:
- Oficina de planejamento institucional da implementação da parceria a ser realizada com a prefeitura municipal;
- Estratégias de comunicação alinhadas aos objetivos do projeto;
- Proposta para o processo participativo do desenvolvimento do plano de ação, com o desenho de atividades participativas (reuniões, assembleias, plantões);
- Mapeamento de agentes locais e partes interessadas relevantes;
- Proposta de identidade visual para o Programa Periferia Viva - PPV em Juiz de Fora (incluindo materiais de apoio como crachás e camisas para a Comissão de Representantes e estratégias como carro de som, faixas, panfletos).
- Apresentação para a Municipalidade.
- Implementação do Processo Participativo na Etapa inicial do PPV, abrangendo:
- Realização das atividades de capacitação da Comissão de Representantes e seus Relatórios;

- Realização de pelo menos três (3) reuniões/assembleias comunitárias (uma de abertura, uma de acompanhamento e uma final) para validação das propostas de processo participativo.

Produto 3.3: Diagnóstico com leitura técnico-comunitária conduzido

Objetivo: realizar leitura técnico-comunitária do território periférico, incluindo avaliação mais detalhada das condições socioterritoriais e habitacionais dos setores priorizados para a ação de Urbanização Integrada, com a participação ativa da comunidade.

Este produto realiza avaliação das condições socioespaciais do território analisado, com participação social ativa, combinando diagnóstico técnico do território e análise centrada na comunidade.

O diagnóstico se inicia por uma análise espacial do território identificando os perímetros a serem trabalhados. Na sequência serão elaboradas análises, por meio de dados secundários e informações primárias levantadas pela prefeitura de Juiz de Fora no âmbito do projeto Territórios de Cidadania e demais estudos realizados, de condições físicas e socioespaciais do território periférico, incluído aspectos socioeconômico-organizativos, níveis de cobertura e acesso a equipamentos e serviços das políticas sociais e aspectos fundiários e jurídico legais. Também serão realizadas atividades participativas conjuntas para entender o nível de organização e as demandas prioritárias.

Complementarmente, será realizado estudo mais aprofundado da área de urbanização integral por meio de diagnóstico geológico-geotécnico, que irá identificar as áreas de risco existentes no território, indicando onde não é possível consolidação e permanência das famílias.

Consolidando todos os estudos técnicos da área de urbanização integral será elaborado um relatório contendo um diagnóstico síntese indicando diretrizes para anteprojeto e projetos básicos de urbanização da área.

Todo o conjunto de informações coletado nas etapas descritas acima será apresentado à população de forma clara e acessível por meio de mapas, gráficos e tabelas, adaptados às necessidades de diferentes grupos sociais, incluindo enfoques específicos para grupos prioritários, como mulheres, jovens, crianças, população negra e outros segmentos em situação de vulnerabilidade. Esse material servirá de base para a segunda etapa do produto – atividades de escuta e oficinas participativas – promovendo um diálogo inclusivo e colaborativo com a comunidade para facilitar a troca de conhecimentos, validar as informações levantadas e aprofundar a compreensão das necessidades e prioridades locais, permitindo contribuições que possam subsidiar a elaboração dos projetos de urbanização.

Essa etapa deve contar com a comunidade, tanto para levantamento de informações socioeconômicas complementares como para identificação de potencialidades, aspirações e demandas no território. Neste contexto, deverão ser formados grupos dedicados a discutir questões específicas, principalmente no que se refere à relevância ambiental, segurança e uso dos espaços públicos pelas crianças, mulheres, pessoas idosas e jovens.

As atividades poderão ser oferecidas mediante oficinas participativas, formação de grupos focais para discussão de temas prioritários e mecanismos on-line de participação e consulta.

Para discussões específicas que possam subsidiar a elaboração dos projetos de urbanização, serão realizadas oficinas sobre segurança dos espaços públicos para mulheres e meninas, com o objetivo de discutir suas experiências e percepções sobre a segurança nos espaços públicos do assentamento e seu entorno. As informações coletadas serão usadas para mapear áreas com maior vulnerabilidade e identificar necessidades específicas de segurança para as mulheres. Os resultados gerarão recomendações para as próximas etapas do Projeto Periferia Viva e para as intervenções que serão propostas para o território, de modo a tornar as cidades mais seguras e inclusivas. A metodologia "Cidade Mulher" é uma adaptação local da metodologia internacional "Auditorias de Segurança das Mulheres" do ONU-Habitat

Complementarmente, deverão ser realizadas oficinas com crianças para desenhos de espaço público para subsidiar a elaboração dos projetos de urbanização. Estas oficinas serão realizadas utilizando a metodologia de Avaliação específica de Espaços Públicos e a metodologia Bloco a Bloco. A avaliação específica do espaço público é feita por meio de um diagnóstico participativo (em escritório e em campo) baseado nas seguintes dimensões: acessibilidade, conforto e segurança, instalações físicas e áreas verde. Complementarmente, para elaboração de propostas para o espaço - bloco a bloco - são realizadas as seguintes etapas: caminhadas exploratórias, desenho de mapa afetivo, nuvem de necessidades, chuvas de ideias e maquetes. Os resultados servem de guias para a elaboração de projetos de requalificação de forma a tornar os espaços acessíveis, seguros e inclusivos.

Ao final deste produto, o resultado esperado é que todos os públicos possam compreender e participar ativamente do processo para validar a síntese do documento que deverá conter um levantamento estruturado das percepções locais sobre as diferentes porções do território estudado, abrangendo aspectos como: infraestrutura urbana e social, condições das moradias, áreas de risco, potenciais intervenções e recomendações alinhadas com as necessidades da comunidade, orientadas para promoção do acesso à moradia adequada e do desenvolvimento urbano sustentável.

Entregáveis:

- Atividade de Atualização Técnica com as equipes do município em torno dos temas do Programa Periferia Viva nesta fase;
- Diagnóstico geológico-geotécnico da área de urbanização integral, com indicação de áreas, nas quais não é possível a permanência de famílias;
- Diagnóstico síntese com análises urbanístico-ambiental e de estabilidade geotécnica, indicando diretrizes para anteprojeto e projetos básicos da área de urbanização integral;
- Oficina Técnica com Prefeitura Municipal para consolidação da leitura técnica do Diagnóstico;
- Relatório de Diagnóstico técnico-comunitário, contendo:
 - Validação do perímetro da macroárea (com a atualização da poligonal, se necessário);
 - Validação do perímetro da área de urbanização (com a atualização da poligonal, se necessário);
- Estudo sócio-econômico do território periférico, realizada a partir de dados secundários;
- Estudo sobre as condições físico-urbano-ambientais do território periférico realizado a partir de estudos prévios já elaborados pela prefeitura de Juiz de Fora;
- Análise participativo-comunitária resultante da análise qualitativa e das discussões com a CR e a comunidade;
- Consolidação do diagnóstico considerando o conjunto de todos os estudos técnicos realizados nesta etapa, o processo participativo com a comunidade e os debates com a municipalidade;

- Relatório com indicação de diretrizes para elaboração dos projetos básicos a partir das oficinas realizadas com as mulheres e crianças;
- Atividades do processo participativo relativas a esta etapa do trabalho, abrangendo:
- Uma (01) oficina com mulheres sobre segurança dos espaços públicos utilizando a metodologia Cidade Mulher;
- Uma (01) oficina com crianças para desenho de espaços públicos;
- Pelo menos cinco (5) reuniões/assembleias comunitárias para debate do material elaborado; e
- validação do relatório síntese e diagnósticos com a CR e a comunidade;
- Apresentação para a Municipalidade do Diagnóstico consolidado pós processo participativo.

Produto 3.4: Relatório com o planejamento da estratégia de ação elaborado e concepção geral da ação tática definida

Objetivo: elaborar o conjunto de estratégias necessárias para alcance das diretrizes de intervenção pactuadas, atendendo a um horizonte temporal específico e a um orçamento pré-determinado pelo Programa, de modo a gerar o Planejamento da estratégia de ação no Território, nos termos previstos para o Plano Periferia Viva e considerando as distintas dimensões de território em termos de intervenção.

Este produto consiste na elaboração do planejamento das estratégias do plano de ação para a transformação urbana das áreas incluídas na Poligonal de Intervenção do PAC Periferia Viva, considerando ações de Urbanização Integrada e Ações de Qualificação do Território Periférico. Ele será elaborado a partir do diagnóstico com a leitura técnico-comunitária, bem como, considerando as propostas, as estimativas de custos e a hierarquização de ações e obras propostas no âmbito do Projeto de Urbanização Integrada PAC/Periferia Viva, com eventuais complementações e/ou adequações, quando for o caso, por meio de oficinas participativas.

Descreve as intervenções - desde melhorias imediatas até estratégias de longo prazo que se desdobram no Plano de Ação - alinhadas aos orçamentos do programa (estimativas de custo) e necessidades locais.

Este produto inclui a etapa de Visão de Futuro, obrigatória na execução do Trabalho Social, que compreende o desenvolvimento de uma visão futura, pactuada com as famílias beneficiárias, com a definição de demandas prioritárias para o território, inclusive quanto ao acesso a políticas públicas, bem como a previsão de cenários de curto, médio e longo prazo. Neste contexto, o produto irá propor uma hierarquização e faseamento das propostas, indicando uma ordem de priorização das intervenções, que deverão ter sua funcionalidade garantida tanto individualmente quanto em conjunto.

Também serão definidas as propostas para Ações Táticas, abrangendo micro-intervenções físicas de curto prazo, de baixo custo e pequena escala, indicadas de acordo com as necessidades e os desejos apontados pela própria comunidade. Elas estarão alinhadas às diretrizes gerais de intervenção, podendo estar concentradas na melhoria do espaço público e na melhoria da infraestrutura de equipamentos públicos ou de uso comunitário, buscando fortalecer o engajamento e a mobilização social.

Entregáveis:

- Relatório com **planejamento da estratégia de ação**, contendo:

- Síntese das propostas de obras do PAC/ Periferia Viva, abrangendo: Projeto de Urbanização Integrada e Ações de Qualificação do Território Periférico, incluindo tabelas e mapas preliminares e apresentação de propostas de ações complementares com estimativas de custos;
- Hierarquização de obras indicadas no PAC/ Periferia Viva para Projeto de Urbanização Integrada e para Ações de Qualificação do bem como hierarquização de ações complementares;
- Relatório com indicação do que precisa ser modificado nos projetos e/ou estudos existentes a partir das oficinas participativas;
- Validação do perímetro das áreas de intervenção de urbanização de assentamentos precários (com a atualização da poligonal, se necessário) e das intervenções de qualificação do território periférico;
- Mapeamento de políticas públicas para execução do Plano de Ação;
- Oficina Técnica com Prefeitura Municipal para consolidação da leitura técnica da Estratégia de Ação.
- Definição do Escopo das ações táticas para posterior detalhamento;
- Atividade de Atualização Técnica com as equipes do município em torno dos temas do Programa Periferia Viva nesta fase
- Relatório com Concepção geral da ação tática definida
- Atividades do processo participativo relativas a esta etapa do trabalho, abrangendo:
 - Até duas (02) oficinas de desenho de espaço público para definição das ações táticas;
 - Pelo menos três (03) reuniões comunitárias para validar as propostas com a CR e a comunidade;
- Atividades realizadas na etapa Visão de Futuro do Trabalho Social;
- Apresentação para a Municipalidade do planejamento da estratégia de ação consolidado pós processo participativo.

Produto 3.5: Plano de ação consolidado e arranjo institucional elaborados

Objetivo: consolidar o Plano de Ação Periferia Viva, considerando os resultados de todas as etapas realizadas, bem como, definir papéis de governança multinível.

Este produto se inicia pela etapa de elaboração do arranjo institucional, que identifica os papéis e responsabilidades de cada parte envolvida nas metas do Plano de Ação, os mecanismos de monitoramento, coordenação e as potenciais parcerias estratégicas.

A matriz de responsabilidade deverá considerar os diversos setores do governo municipal (articulação horizontal) e os demais entes, envolvendo a cooperação entre os três níveis da administração pública - municipal, estadual e federal (articulação vertical).

Este produto abrange um planejamento amplo, desenvolvido de forma colaborativa com a comunidade e com diferentes níveis de autoridades governamentais, para todas as ações futuras no âmbito do Programa Periferia Viva. O processo de planejamento inclui o engajamento participativo, projetos de infraestrutura, iniciativas de melhoria habitacional, obras de infraestrutura e ações de regularização fundiária - sendo a execução futura destas ações no território de responsabilidade de outros atores sociais, não estando incluídas no escopo desta proposta. O resultado final é um documento consolidado do plano de ação que integra os resultados das fases anteriores do projeto e estabelece como se darão as ações futuras.

O plano de ação especifica o escopo, as referências principais e as diretrizes a serem seguidas, além dos métodos, ferramentas e estratégias necessárias para implementar as ações planejadas e

alcançar os objetivos do programa — garantindo a participação inclusiva de toda a população em sua diversidade. O plano apresenta um cronograma detalhado de implementação, identifica os recursos disponíveis para cada fase (provenientes do PAC/Periferia Viva ou de fontes complementares de financiamento) e especifica o número de domicílios a serem atendidos.

Importante destacar que o plano de ação consolidado será apresentado à comunidade e disponibilizado publicamente, identificando claramente os responsáveis por cada ação e seus respectivos prazos. Essa transparência permite o acompanhamento comunitário ao longo de todas as etapas do projeto.

O plano também inclui a consolidação das ações propostas, seus níveis de priorização e o mapeamento das fontes de financiamento possíveis de serem buscadas/mobilizadas para apoiar a viabilização destas ações. Além disso, também descreve a metodologia e estratégias propostas para implementação das ações.

Entregáveis:

- Plano de Ação consolidado, nos termos do Manual do Plano Periferia Viva, contendo:
- conteúdos validados nas etapas anteriores;
- cronograma de execução de obras elaborado no âmbito do Projeto de Urbanização Integrada e das Ações de Qualificação do Território Periférico inseridas no PAC/ Periferia Viva, bem como cronograma de execução de ações complementares;
- indicação de mecanismos de implementação e de fontes de financiamento adicionais para execução das intervenções previstas;
- matriz de responsabilidade do Arranjo Institucional para execução das ações e obras;
- avaliação de riscos para execução das intervenções propostas; e
- definição de sistemática de monitoramento e avaliação das intervenções propostas e seus resultados; e
- Comprovação das atividades do Plano de Ação das Demandas Prioritárias Pactuado, como exigido para o trabalho social desta etapa.
- Seminário público para apresentar os resultados à CR, à Municipalidade, aos territórios objeto de Projeto de Urbanização Integrada e à comunidade inserida na macroárea

Produto 3.6: Intervenções táticas implementadas

Objetivo: executar soluções pontuais e de baixo custo para requalificação de espaços públicos ou outra ação tática definida, promovendo melhorias imediatas e engajando a comunidade na transformação urbana do território.

As intervenções de urbanismo tático consistem em ações rápidas para requalificar espaços públicos, utilizando materiais acessíveis e soluções inovadoras que podem ser facilmente ajustadas ou removidas. Podem incluir iniciativas como a instalação de mobiliário urbano temporário, pinturas de solo para reorganização de fluxos, criação de áreas de convivência, hortas comunitárias e melhorias na iluminação. Essas ações não apenas oferecem soluções imediatas para problemas locais, mas também geram dados e feedbacks importantes para orientar futuros projetos de urbanização. O envolvimento direto da comunidade durante a execução das intervenções será fundamental para garantir a adesão e a sustentabilidade das mudanças propostas.

O enfoque de Soluções Baseadas na Natureza (SbN) pode ser integrado às intervenções, quando possível, com o objetivo de promover benefícios ambientais e aumentar a resiliência urbana. Essas soluções podem incluir a criação de jardins de chuva para manejo sustentável das águas pluviais, plantio de árvores para melhorar o microclima e sombreamento, instalação de paredes e telhados

verdes, bem como espaços de convivência que incorporem elementos naturais. Essas ações não apenas contribuem para a qualidade ambiental, mas também fortalecem a conexão da comunidade com a natureza, proporcionando bem-estar físico e mental.

Entregáveis:

- Implementação das intervenções táticas definidas/ priorizadas de forma participativa com base no desenho do produto 1.4;
- Relatório sobre as intervenções com fotos e informações detalhadas;
- Apresentação dos resultados à CR e à Municipalidade.

Produto 3.7 - Sistematização do processo de Mediação e Pactuação das Etapas de Projeto com a população

Objetivo: Sistematizar toda a mediação e pactuação feita com a comunidade ao longo da elaboração dos produtos entregues anteriormente.

Este documento é a síntese de toda a mediação e pactuação que foi feita junto à comunidade desde a entrada da Assessoria Técnica no território, contemplando o relato de todas as atividades realizadas e toda a pactuação feita e os compromissos assumidos com a comunidade, de forma a apoiar a elaboração técnica dos projetos e a implementação das ações, sendo uma consolidação final do Plano de Ação Periferia Viva e sua integração com as etapas subsequentes de intervenção no território, focadas em especial na ação de Urbanização Integrada financiada pelo PAC.

Inclui ainda comprovação da realização das atividades previstas no item Proposta de Comunicação Social sobre a intervenção estabelecida, obrigatória na execução do Trabalho Social.

Entregáveis:

- Oficina Técnica com Prefeitura Municipal para consolidação da devolutiva à população quanto às Etapas de Projeto e sua implementação;
- Atividade de Atualização Técnica com as equipes do município em torno dos temas do Programa Periferia Viva nesta fase;
- Relatório com síntese que evidencie o processo participativo em apoio à elaboração dos projetos técnicos incluindo a comprovação da realização das atividades previstas no item Proposta de Comunicação Social sobre a intervenção estabelecida e os acordos firmados acerca das ações do Periferia Viva subsequentes ao Plano. A síntese abrangerá o processo participativo realizado no conjunto das etapas do Plano de Ação Periferia Viva e as pactuações estabelecidas em relação às ações a realizar

Resultado 4 - Planejamento e gestão da área de urbanização integral conduzidos de forma transparente, com comunidade fortalecida e participando ativamente nas decisões sobre o desenvolvimento de seu território.

Produto 4.1: Projeto de Trabalho Social elaborado de forma participativa

Objetivo: elaborar o planejamento e detalhamento metodológico da execução do Trabalho Social associado à execução do Projeto de Urbanização Integrada, por meio do Projeto de Trabalho Social – PTS.

Este Produto contempla todo o Planejamento do Trabalho Social a ser executado ao longo das obras e ações no perímetro definido. Conforme definido na Portaria MCID 75/2025 ele deve ter como base uma leitura técnico-comunitária da realidade que abranja as diferentes dimensões de ação e integre uma visão de futuro, observando as especificidades da modalidade de intervenção Urbanização de Favelas e atendendo aos cinco eixos temáticos do trabalho social, a saber:

Eixo I - Mobilização, comunicação e participação social

Eixo II - Sustentabilidade da intervenção ou operação

Eixo III - Sustentabilidade Ambiental, Segurança Alimentar e Promoção da Saúde

Eixo IV - Desenvolvimento Socioeconômico

Eixo V - Direitos Humanos, Educação, Cidadania e Cultura

Entregáveis:

- Atividade de Atualização Técnica com as equipes do município em torno do Projeto do Trabalho Social;
- Oficina Técnica com Prefeitura Municipal para consolidação dos termos da elaboração do Projeto de Trabalho Social, considerando diagnóstico, parâmetros do PAC e demais elementos;
- Relatório contendo o Projeto do Trabalho Social
- Relatório contendo o processo participativo associado à elaboração do Projeto de Trabalho Social, abrangendo:
 - Consolidação do diagnóstico social considerando a leitura técnico-comunitária da realidade segundo as estratégias participativas definidas no plano de ação;
 - Consolidação da construção da Visão de Futuro e estratégia de ação do Trabalho Social
 - Identificação de lideranças representativas de grupos em situação de vulnerabilidade;
 - Apresentação dos resultados à CR,
 - Apresentação dos resultados à população residente no território periférico e nas poligonais de urbanização;
- Apresentação dos resultados à Municipalidade, com a consolidação pós processo participativo.

Produto 4.2 Assessoria Técnica Territorial – ATT implementada ao longo do período da parceria e Relatórios pertinentes elaborados

Objetivo: Garantir a gestão continuada das atividades previstas no escopo do Programa Periferia Viva e PAC Urbanização, apoiando o Município no desenvolvimento do programa, incluindo estudos e ações específicas de apoio à municipalidade.

Este produto abrange a articulação institucional com as secretarias municipais e a Unidade Executora Local (UEL) de forma apoiar as ações do Programa Periferia Viva e PAC Urbanização. Inclui a realização das seguintes ações: i) identificação de áreas de reassentamento e consolidação da proposta de solução para o tema, caso este tipo de intervenção seja necessária; ii) elaboração de Termos de Referência para contratação de equipes especializadas que venham a ser necessários, com destaque para execução do Trabalho Social com a população e para a execução da regularização fundiária de poligonais de intervenção integral; e iii) elaboração de outros estudos de suporte que se façam necessários nesta fase.

Entregáveis:

- Relatório contendo ações de Apoio para implementação do Programa Periferia Viva na fase de elaboração do Plano de Ação
- Relatório contendo estudo de áreas de reassentamento com potencial de atender a todas as famílias que precisarem ser realocadas devido às obras de urbanização, garantido que o reassentamento ocorra o mais próximo possível da área de moradia, em boas condições de inserção na cidade, com acesso a infraestrutura completa, assegurando o direito à moradia adequada nas novas unidades habitacionais que serão construídas no âmbito do projeto, caso esta ação se faça necessária;
- Termo de Referência para contratação da execução do Trabalho Social nas Poligonais de Intervenção integral, conforme normativo vigente
- Termo de Referência para contratação da execução de Regularização Fundiária
- Relatório Final consolidado com a sistematização das ações de ATT realizadas e recomendações para a fase de implementação de obras e ações.

5. Duração e Cronograma

O prazo de vigência do aditivo I se iniciará a partir da sua assinatura, podendo o seu prazo ser prorrogado mediante acordo por escrito entre as partes. Para esta proposta, sugere-se uma duração total de 14 meses de implementação, ampliando a vigência total do projeto em 20 meses.

	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
Produto 3.1: Posto Territorial gerido ao longo do período da parceria	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Produto 3.2: Plano de Mobilização, Organização e Capacitação Social elaborado	X	X	X											
Produto 3.3: Diagnóstico com leitura técnico-comunitária conduzido		X	X	X										
Produto 3.4: Estratégias de ação planejadas				X	X									
Produto 3.5: Plano de ação consolidado e arranjo institucional					X	X								
Produto 3.6: Intervenções táticas implementadas							X	X	X					
Produto 3.7: Sistematização das etapas pactuadas com a população						X	X							
Produto 4.1. Projeto de trabalho Social elaborado de forma participativa		X	X	X	X	X	X							
Produto 4.2 Assessoria Técnica Territorial – ATT implementada ao longo do período da parceria e Relatório elaborado	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
Atividades de Encerramento													X	X

6. Orçamento

O orçamento previsto para o aditivo encontra-se no documento anexo.